

ATA DA 306ª PLENÁRIA ORDINÁRIA do CEAS-MG, REALIZADA EM 25 DE

ABRIL DE 2025. Aos 25 de abril de 2025, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo Horizonte-MG, realizou-se a tricentésima sexta plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo presidente Marcelo Armando Rodrigues. Estavam presentes **os conselheiros/as titulares:** Jennifer Danielle de Souza Santos representante do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND. Marcelo Armando Rodrigues, representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Mayra de Queiroz Camilo, representante da APAE, BH. Rosalice Tassar de Almeida, representante do Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo. Andrezza dos Reis Pimenta, representante Lar dos Idosos José Justino Rocha. Luiz Carlos de Castro Fernandes, representante da Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI. Lais Alexandre da Silva representante do CMAS de Ipatinga. Fernanda Regina da Silva, representantes do CMAS de Campanha. Simone Maria da Penha de Oliveira representante do Coletivo Flores de Resistência. Isac dos Santos Lopes representante da Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce. Elder Carlos Gabrich representante da SEDESE. Erica Pereira Alves Beltrame ,representante da SEDESE. Solimar de Assis, representante da SEPLAG, Flavio Christian de Assis Miranda representante do CMAS de Ipatinga. Juliana Coelho, representante do COGEMAS. Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes em condição de titularidade:** Ludmilla Lamartine de Souza representante do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, CRESS-MG. Matheus Borges Gonçalves representante do Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Ester Rodrigues Espescht, representante da SEDESE. Cristiane Gomes Mattos Dias, representante do CMAS de Campanha . Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes:** Sandra Regina Ferreira Barbosa representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, SINTIBREF. Altair Rabelo, representante ABVAS -Associação Berg Vingren de Assistência Social. Anália Romeiro de Paula, representante Abrigo São Vicente de Paula de Coluna. Patricia Pinto Valadares, representante da Feapaes. Juscelina Mamedes Nunes, representante do CMAS de Guanhães. Macielle Cristina Botelho Vital representante do CMAS de Teófilo Otoni. João Paulo Freire Jardim, representante da SEDESE. Thomás Pereira de Sá Carvalho, representante da SEPLAG, Paulo Henrique Souza, representante do COGEMAS. Ernane Gonçalves Maciel representante do CMAS de Montes Claros. **Estavam presentes como convidados:** Andreia e Márcia representantes do Fórum Municipal de usuários e usuárias do SUAS. Gabriele Sabrina da Silva, Marcela Santos, Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira, Sofia Benfica Blaso de Souza, Suzane Horta, Mariana de Resende Franco, Roberta Kelly

Figueiredo, Cristiano de Andrade representantes da SEDESE. **Marcelo OAB:** Então vamos às... Por favor, Poliana, verifique, por favor, a... Pode... **Poliana, Secretaria Executiva :** Bom dia. Poliana, Secretaria Executiva. Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND, Jennifer Danielle de Souza Santos. Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo OAB:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais, CRESS-MG, Ludmilla Lamartine de Souza. **Ludmilla:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva :** Assume a condição de titularidade. Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas, SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. **Sandra:** Sandra, SINTIBREF, bom dia. **Poliana, Secretaria Executiva::** APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte, Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva::** Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. **Poliana, Secretaria Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade, ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** ABVAS, Altair Rabelo. **Altair:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Federação das Apaes, Patricia Pinto Valadares. **Patricia:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Lais:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Fernanda Regina da Silva. **Fernanda:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** CMAS de Guanhães, Juscelina Mamedes Nunes. **Juscelina** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** CMAS de Teófilo Otoni, Macielle Cristina Botelho Vital. **Macielle:** Bom dia. Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima, o Leon. Justificou a ausência. **Poliana, Secretaria Executiva:** Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Matheus Borges Gonçalves. **Matheus:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Assume a condição de titularidade. SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** SEDESE, João Paulo Freire Jardim. SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** SEDESE, Ester Rodrigues Espeschit. **Ester:** Presente. **Poliana, Secretaria Executiva:** Assume a condição de titularidade. SEAPA, Anna Karla Ribeiro Silva. SEAPA, Alexandre Soares Moreno Filho. Secretaria de Estado de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. Secretaria de Estado da Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. Justificou ausência. SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar:** Presente.

**Poliana, Secretária Executiva:** SEPLAG, Thomás Pereira de Sá Carvalho. **Thomás:** Presente.

**Poliana, Secretária Executiva:** Secretária de Estado da Saúde, Cristiane Aguiar Vieira. Ela justificou ausência. Secretária de Estado da Saúde, Leticia Dufloth Bianchini. Também justificou ausência. COGEMAS, Juliana Coelho. **Juliana:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** COGEMAS. Paulo Henrique Souza. **Juliana:** já deu, né, o meu presente? **Marcelo, OAB:** Fala de novo “presente”. **Paulo:** Presente. **Juliana:** Juliana, presente. **Poliana, Secretária Executiva:** CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flavio:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** CMAS de Coronel Fabriciano, Karla Martins Carvalho. Ela justificou ausência. CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Assume a condição de titularidade. CMAS de Montes Claros, Ernane Gonçalves Maciel. **Ernane:** Presente. **Poliana, Secretária Executiva:** Nós temos 11 titulares presentes. Encontram em titularidade, nós temos quatro. Um total de... 16. Quinze. **Marcelo, OAB:** Deve chegar. **Poliana, Secretária Executiva** Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND, Jennifer Danielle de Souza Santos. **Jennifer:** Presente. **Marcelo, OAB:** Muito bem, então vamos iniciar os trabalhos. **Marcelo, OAB.** Então vamos iniciar os trabalhos, fazendo a leitura da aprovação ou alteração de pauta, com a inclusão dos pontos do informe. Antes disso, também quanto à apreciação e votação das atas das plenárias que foram encaminhadas a todos vocês, a 303, 304 e 305... Por favor, não havendo qualquer alteração, eu pergunto se podemos já votar por elas e, se formos votar, quem for favorável, por favor, levante o crachá. Muito obrigado. Aprovada as três atas das Plenárias 303, 304 e 305. Então vamos às... **Marcelo, OAB:** Ok. Neste momento, iremos dar posse a dois novos conselheiros: Juliana Coelho, membro titular, representação governamental pelo COGEMAS, e Paulo Henrique Souza, representação governamental pelo COGEMAS, como membro suplente. Através desse termo de posse que vocês assinaram, sejam muito bem-vindos e que possam — e com certeza irão — contribuir muito para o controle social do nosso estado e ao CEAS. Sejam muito bem-vindos e podem... A titular Juliana assumir o seu local. Parabéns!

[Aplausos] **Marcelo, OAB:** Então vamos à nossa aprovação ou alteração de pauta, com inclusão de pontos ou informes. O primeiro ponto: Relatório de Gestão de 2024, Minuta da Resolução do Relatório de Gestão; dois, resolução sobre reserva de cotas para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social; três, resolução sobre diretrizes para atribuições de vagas de delegados estaduais para a Conferência Nacional de Assistência Social; resolução sobre a organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social; quinto, resolução *ad referendum*, que dispõe sobre a realização do ato ou momento de conferir nas Conferências Municipais de Assistência Social; seis: contratação de técnico para a Secretária Executiva.

Informes: Capacitação e Encontro CEAS com CMAS, Regional Timóteo. Site do CEAS, FEM, CIB, CEIMPA, Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial. Relatório CGU. Retorno sobre a alteração da Lei Estadual 12.262. Pergunto se temos alteração da pauta e informes. **Elder:** Elder, SEDESE. Inclusive, gente, o pessoal tem pedido pra, toda vez que a gente falar, a gente falar o nome antes, porque facilita na hora de fazer a ata. Eu sugeri só a inversão de ordem de alguns pontos, porque tem alguns pontos que vão dar mais discussão, outros vão dar menos. Aí eu acho que faz mais sentido a gente adiantar os que eu imagino que não vai ter discussão e deixar os que vão dar discussão mais pra frente. Aí eu sugiro que o primeiro ponto mantenha o relatório de gestão. O segundo ponto seria a resolução *ad referendum*, que dispõe sobre o ato de conferir. Ah, então o cinco passaria a ser o segundo ponto. O terceiro ponto: resolução sobre diretrizes para distribuição de vagas de delegados estaduais. Então, manteria. Quarto ponto: resolução sobre a reserva de cotas. E, finalmente, quinto ponto, resolução sobre a organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social. Aí o sexto manteria a contratação de técnico pra Secretaria Executiva. Então, só repassando rapidinho. Um, relatório de gestão; o 2 passaria a ser o ponto 5; o 3 manteria; o ponto 4 passaria a ser a resolução das cotas; o ponto 5: Resolução de organização da 16ª Conferência; e o ponto 6 mantém o mesmo, contratação de técnico. Essa é a minha sugestão. **Marcelo, OAB:** Acréscimos de informes, por favor, se tiver. **Mayra:** insere da sociedade civil. Mas aí na hora, a Patrícia... Ai, desculpa, gente. **Mayra, APAE BH.** Lá no informe, um ponto da sociedade civil. Já inseriu? Ah, então tá. Já inseriu. Tá. É porque eu acho que... **Marcelo, OAB::** Patricia. **Patrícia:** É o que a Mayra falou. **Patrícia Valadares, Feapaes MG:** Eu quero fazer dois informes. Um relacionado ao contingenciamento e o outro da resolução do CMAS Defesa e Garantia... Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos. **Marcelo, OAB:** Ok. Todos de acordo com as propostas de alteração e acréscimos de informes? Por favor, levantem o crachá. Muito obrigado. Contrários? Abstenção? Muito obrigado. Então, vamos lá : Então iniciando os trabalhos deste... **Marcelo Armando, OAB.** Iniciando os trabalhos desta 306ª Conferência. Mais uma vez, agradeço a todos pela presença. E vamos ao ponto 1: Relatório de Gestão 2024, Minuta de Resolução, Relatório de Gestão. Quem está... **Mayra:** É **Mayra, Apae BH.** Ontem nós fizemos a discussão do relatório de gestão, né, lá na Comissão de Política. E aí a Rose... Cadê a Rose? Ela vai passar pra gente. Ela fez uma apresentação e aí... Dos pontos todos que a gente dialogou, a gente pediu pra que ela fizesse essa apresentação, é uma apresentação breve, um resumo, sobre essa questão do Relatório de Gestão, e depois nós colocamos os pontos que nós discutimos e o nosso parecer da Comissão de Política. **Rose:** Bom dia. Rose, SEDESE. Então, ontem, na Comissão de Política, a gente fez

uma breve discussão sobre o Relatório de Gestão. Uma longa discussão. **Rose:** É, uma longa discussão. É. Breve porque foi só um pouquinho da tarde, né? Mas, assim, foi longa mesmo. Foi... Foi calorosa, né? E aí a gente... Porque, na verdade, eu trouxe uma apresentação... Porque o relatório, ele é um documento muito, né, robusto, muito grande. E aí a gente trouxe alguns pontos principais do Relatório de Gestão. Então o Relatório de Gestão, ele é um instrumento para descrever as principais ações que foram realizadas na gestão da política, durante o exercício de 2024. Então, o relatório, ele traz a... Detalha as ações que foram executadas no ano de 2024. Lembrando que essas ações, esses... A execução de 2024, ela já foi aprovada por esse Conselho, por meio de uma resolução... Acho que é a 884, né, Elder, que aprovou a prestação de contas final do exercício de 2024. Então, aqui a gente só traz mesmo o detalhamento dessas ações que foram executadas. E aí a gente... De acordo com a lei, a Lei Estadual 12 mil... 1262. O órgão gestor, ele precisa de elaborar esse relatório e trazer aqui pro Conselho, pra este Conselho, para deliberação. Pode passar, por favor, Edilene. Ele é um instrumento que divulga as ações realizadas com base no objetivo... nos objetivos estratégicos do PEAS, o Plano Estadual de Assistência Social. Esse plano estadual, ele foi aprovado pelo Conselho Municipal... Pelo Conselho Estadual, o ano passado, 2024... 2023... Pra execução 2024 a 2027. E já houve também a primeira revisão desse PEAS aqui nesse Conselho. Então foi... Acho que foi mês passado, mês de março... Foi trago as ações que foram concluídas, o que foi executado, o status de cada ação, para fazer essa revisão e programar aí a as ações pra 2025. Ele... Passa, por favor, Edilene. A organização, como que ele foi organizado? Então, ele foi organizado... Porque, assim, como é um relatório das SUBAS, envolveu todas as áreas das SUBAS. Então, todas as superintendências, né, pra gente conseguir relatar essas atividades. Então a gente colocou uma estrutura normativa... A organização administrativa do SUAS no estado, um panorama do SUAS em Minas Gerais, que não é um diagnóstico, mas são situações... São informações pra basear mesmo a análise das ações, né? As ações que foram realizadas de acordo com os objetivos que estavam previstos no PEAS. Colocamos também uma consolidada execução financeira, da execução físico-financeira que já foi aprovado pelo CEAS, inclusive linkando lá com as resoluções do CEAS, Considerações Finais e, no final, os anexos... A gente colocou os registros fotográficos de reuniões, de eventos, de ações de capacitações no final desse relatório. Nesse panorama, como eu disse, o objetivo dele era propiciar um contexto pra que essas ações fossem analisadas, né? As ações que foram realizadas em 2004 fossem analisadas. Então, nesse panorama, a gente... Até eu coloquei... Pode passar, por favor, Edilene. Eu coloquei... A gente... Coloquei ali nessa apresentação algumas informações que veio nesse panorama, que são o número de famílias cadastradas no CadÚnico, em 2024, total de unidades

da rede socioassistencial, comparando aí, né... Fizeram a DIVISOM A Diretoria de Monitoramento e Vigilância fez um comparativo de 2020/2024 dessas unidades, se houve mais CREAS, se houve mais CRAS... Total de unidades da proteção básica, dados de famílias em acompanhamento pelo PAIF, dados de concessão de benefícios eventuais. Então, assim, não vou ficar lendo aqui, mas são vários dados pra subsidiar mesmo a análise dessas ações. E esses dados estão todos detalhados no documento. Pode passar, por favor. E aí, pra gente construir o relatório, a gente foi construindo... Descrevendo as ações realizadas de acordo com os objetivos estratégicos do PEAS. Então, foram oito objetivos. Então, o nosso plano estadual, ele possui oito objetivos; cada objetivos com várias ações. Então, o Relatório de Gestão, ele traz o objetivo... Por exemplo, primeiro objetivo: ampliar a cobertura da proteção especial de média e alta complexidade no estado. Esse é um objetivo estratégico do PEAS. Dentro desse objetivo, várias ações, sendo que essas ações, elas tinham metas pra 2025... 24, 25, 26 até 2027, quando finda aí a execução, a vigência desse plano estadual. Então, os objetivos eram ampliar a cobertura da proteção social especial de média e alta complexidade no estado; aperfeiçoar o acompanhamento familiar em territórios de maior vulnerabilidade; qualificar a execução dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais; qualificar o atendimento socioassistencial aos grupos populacionais tradicionais específicos e públicos prioritários, considerando as diversidades humanas, populacionais, gerenciais e territoriais; aperfeiçoar a qualidade dos dados e sistemas de informações do SUAS em Minas Gerais; consolidar a educação permanente em Minas Gerais; aprimorar a gestão do SUAS e o controle em Minas Gerais e aprimorar a rede socioassistencial privada. Então, esses eram os objetivos. E aí a gente trouxe aqui... Eu não sei se vocês acham que pode continuar apresentando. A gente trouxe algumas principais... Nós extraímos do relatório umas principais atividades. Por exemplo, o primeiro objetivo, que era ampliar a cobertura de proteção social especial de média e alta... Então, dentro dessas ações que foram realizadas em 2024, a gente destacou que foi a ampliação do cofinanciamento estadual para creches municipais, contemplando mais 69 municípios. Lembrando que, como eu disse, a meta do PEAS eu acho que era 54 ou 51 CREAS, né? Aumentar... Porque, por exemplo, tem 51 pra 2024, cento e poucos pra 2025... E aí vai só crescendo aí com... Ou, então, a ação que estava pra 2024, ela foi concluída inclusive com o valor... Com número de CREAS a mais, né? Então, assim, só pra vocês entenderem que a ampliação do cofinanciamento para CREAS era uma ação, e ela tem metas pra 2024, que era 50, 50 e poucos CREAS, e a gente conseguiu cofinanciar 69. Ela tem metas pra 2025, pra 26 e pra 27, né? Então, assim, é só... É só pra entender como que é a lógica aqui das ações. Teve o aumento do valor do cofinanciamento pra CREAS municipais, que passou de 8 mil para 10 mil reais. A ampliação dos valores repassados

pra custear as equipes de referência da proteção especial, que são aquelas equipes dos municípios abrangidos pelos CREAS regionais, que o valor era de 2 mil e passou pra 3 mil reais. Cofinanciamento estadual pra 12 municípios pro serviço de acolhimento da proteção especial para crianças e adolescentes ameaçados de morte, que são crianças inseridas no PPCAAM, que o valor do cofinanciamento é 3 mil mensais. Houve também a instituição do cofinanciamento para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, contemplando aí 16 municípios, em 2024, com valor aí de 5 mil reais mensais, e o cofinanciamento para um município, para o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, na modalidade Abrigo de Passagem para Migrantes. Então, essas foram as principais ações realizadas em 2024 para o alcance desse objetivo, que é ampliar a cobertura da proteção social especial. Pode passar, por favor. No Objetivo 2, aperfeiçoar o acompanhamento, famílias... Familiar em territórios de maior vulnerabilidade. Nós destacamos aí o projeto Aproximação SUAS, né, que tem esse objetivo de aperfeiçoar o trabalho social com família nos municípios de maior vulnerabilidade. Esse projeto, ele já contempla aí 129 municípios. Ano passado teve 56 do Ciclo 2, 56 novos. Foram elaboradas orientações de modelo do Plano de Acompanhamento Familiar. Conjunto com a CIB, né? A CIB instituiu uma câmara técnica pra discutir o Plano de Acompanhamento Familiar, onde aprovou um modelo para esse plano, orientações para utilização desse plano de acompanhamento familiar para o PAIF e para o PAEFI, para os dois serviços, tanto na proteção básica quanto na proteção de média complexidade. A manutenção dos quatro CREAS regionais e a realização de capacitações sobre o SICON, que é aquele sistema lá do Cadastro Único do Bolsa Família, de condicionalidades, que ele amplia esse conhecimento aí sobre as desproteções nos territórios de maior vulnerabilidade. O Objetivo 3, que é qualificar os serviços e programas de benefícios socioassistenciais. Então, pra esse objetivo, pra alcance desse objetivo, a gente destacou aí o aumento do valor do piso mineiro, né, que passou de 81,700 milhões para 116 milhões. Então, o CEAS acompanhou todo esse processo do aumento do piso, e o piso, ele cofinancia serviços e benefícios. Então, é dessa forma... Entende-se que melhora o atendimento lá... Os serviços que são executados, e os benefícios também. Amplia aí a questão dos benefícios.

**Jennifer, Psind:** Qual que era... **Rose, Sedese:** O valor? Valor anual. Eu coloquei o valor anual. 81,7 milhões. Passou para 116 milhões anuais. **Rose, Sedese:** Isso, é, que já foi aprovado. É, exatamente. É, isso mesmo. Sendo que os municípios que recebiam 2 mil passou com o mínimo de 5 mil reais, né? Porque tinha muito município que recebia 2 mil reais e o mínimo foi de 5 mil reais. Passou pra 5 mil reais o mínimo. Realização de 19 encontros regionais com o SUAS na Prática, que abordou a execução dos serviços e programas; adesão ao MUPs, que é uma estratégia do Ministério,

identificando os municípios prioritários aí para apoio técnico específico. Em 2024, foram atendidos 84 municípios, que eles... Inclusive, no relatório, a gente demonstra a melhora dos resultados desses municípios em relação ao Cadastro Único, ao cumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família. Realização das ações para qualificar as respostas socioassistenciais nas situações de emergência e calamidades públicas. Então houve várias ações, produção de materiais, para essa... Para essa situação de emergência nos municípios. Pra apoiar os municípios, orientar nas situações de emergência e calamidade pública. Ações de capacitação e apoio técnico, além de elaboração e publicação de diversos materiais de orientação técnica. Então, houve... No Blog SUAS tem muito material que foi elaborado e publicado de orientação e de apoio técnico aos municípios. E a execução do Projeto Centro Dia, que contemplou aí 326 unidades, em 303 municípios, que é pra fortalecer os Serviços de Proteção Especial para Pessoas com Deficiências e suas famílias. Então, houve também esse cofinanciamento, que foi... Que repassou aí pra essas unidades um valor de 40 mil. **Jennifer:** Pode interromper? **Rose, Sedese** Pode. Acho que pode interromper. **Jennifer, Psind:** 40 milhões. **Jennifer, Psind** Rose, esse é o cofinanciamento que foi aprovado, né? Então, acho que a gente tá vendo o quanto que foi um trabalho conjunto. Eu acho que... Né? Só... Já começando a agradecer, já começando a falar assim de ótima apresentação, mas você já consegue falar pra gente quantos que já começaram a ser executado dessa... desses que a gente aprovou que tá essa destinação, que a gente sabe que alguns municípios demoram, né? E a gente tinha um prazo. Eu lembro que a gente estendeu um pouco esse prazo. É, mas você consegue trazer pra gente quantos que já foram implementados. **Rose, Sedese:** Eu acho que a Roberta... **Jennifer, Psind:** Quantos que já foram implementados desse cofinanciamento, quanto que a gente já está em execução? Só pra gente ter uma visão, né? **Mariana:** Bom dia, gente. **Mariana, Sedese.** Então, todos os cofinanciamentos aprovados no final do ano passado já estão em execução. Todos. O que acontece é que alguns municípios já tinham os serviços em funcionamento, outros estão implantando agora, mas já com os planos de serviços preenchidos, com recurso... Porque, salvo engano, o prazo que eles têm pra implantação... Cadê? Cadê meu... Pra CREAS novo, por exemplo, eles têm um prazo de até seis meses. Por exemplo, o município, ele assinou um Termo de Aceite, fez o plano de serviços lá no SIGCON e aí ele começa a receber. Porque ele tem um prazo de seis meses pra implantar. Porque ele tem que comprar equipamento, alugar a casa, mas aí tá dentro do previsto já. Ok? **Roberta:** Só complementando, também, informação, né? **Roberta, Sedese.** Desculpa, Marcelo. **Roberta, Sedese.** Só complementando a informação também. Nos CREAS, por exemplo, ano passado, a gente já iniciou... A gente tem... a medida que os municípios estão assinando os Termos de Aceite, a gente já abre o plano de serviços e dá

sequência nos procedimentos, tá? Aí o... Se o número total, se todos já aderiram, eu não tenho de cabeça agora. **Mariana, Sedese:** Já assinaram. **Roberta, Sedese:** Todos já assinaram, né? Então, a Mariana já tem essa informação. Beleza? **Marcelo, OAB:** Patricia. **Patricia: Patricia, Feapaes.** É, eu queria entender... Assim, a gente passou aqui, a gente aprovou a ampliação dos CRAS e dos CREAS. E aí eu queria saber como que é esse processo de implantação no apoio técnico em relação às equipes, né? Porque ontem, na sociedade civil, uma das pessoas, dos trabalhadores, até colocou como que tá precário a situação dos trabalhadores dentro dos CRAS e dos CREAS. E a implantação também não é só um repasse de recurso; é um apoio e qualificação desse público para o serviço, de fato, acontecer. **Mariana, Sedese :** Primeiro, é o que a gente já falou, a Roberta já comentou, tem o Termo de Aceite, o plano de serviços, aí inicia o repasse do recurso. As nossas equipes fazem reuniões virtuais, as Regionais também fazem as reuniões com os municípios. Então, exemplo, o município, ele tem lá esse prazo de seis meses. Nesses seis meses, a gente manda as orientações técnicas escritas do que que ele tem que fazer, o que ele tem que contratar, o tipo de estrutura que ele tem que ter, o tipo de equipamento, e aí a gente vai acompanhando e monitorando junto com a Regional, orientando mesmo os procedimentos administrativos, até que a unidade de serviços seja realmente inaugurada e comece a atender a população. Então, resumindo, é a equipe de Proteção Especial de Média da SEDESE, junto com as regionais, orientação em reunião presencial, virtual, envio de material técnico, teórico, e conversas mesmo. **Marcelo, OAB:** É importante isso que Mariana coloca. É... Mas, Mariana, o que a gente percebe, pelo menos de alguns municípios que a gente conhece, é que, mesmo ultrapassando esses seis meses da implantação e da execução, a fragilidade desses equipamentos, né, desse... É irreal, não é? A gente percebe a falta de... Inclusive de equipe mínima pra poder atender esse pessoal. E aí vem uma questão... Como... Aí, enquanto trabalhador, né, principalmente. Esses trabalhadores, eles ficam totalmente desamparados. Eles estão fazendo trabalho sobre-humano, não é? Todas as dificuldades pra que esses trabalhadores possam executar. Às vezes, a demanda, ela é extremamente superior àquilo que ele necessita. É algo, assim, que tanto o CEAS e acho que a SEDESE, se a gente puder mesmo trabalharmos juntos, no sentido de buscar algum mecanismo pra poder resolver isso, seria muito importante. Se a gente não consegue 100% da resolutividade, que a gente, pelo menos, a gente consiga minimizar esses problemas que está virando... Sai da regra. Não, sai da exceção e passa a ser uma regra. Hoje, aquilo que deveria ser uma exceção, ela virou regra. Praticamente os municípios não estão cumprindo aquilo que é necessário, né? Então, fica aí pra gente fazer essa reflexão. Nós, ontem, na Mesa Diretora, nós pautamos a necessidade de melhorarmos as nossas atuações aqui dentro do CEAS. Aproveito a

oportunidade até pra dizer isso. Nós entendemos que o nosso... O CEAS, ele está muito voltado pra dentro. Ele está muito voltado pra resolver deliberações que chegam pra gente fazer. E nós não estamos discutindo isso que acabo de dizer. Eu... A gente, eu acho, sabe, companheiros, conselheiros e conselheiras, nós temos que começar a criar pautas da defesa da política de Assistência Social no nosso estado. Então eu peço que todos nós tenhamos esta compreensão, que a gente passe a criar formas pra gente discutir a política, as suas fragilidades e seus avanços. Muito obrigado. Patricia. **Patricia, Feapaes:** É só dando continuidade, referendando o que o Marcelo colocou. É porque a gente vê muitos CREAS e CRAS que não têm uma equipe mínima atuando, né? Mas a população... Uma equipe de referência. Mas a população com a necessidade que deveria ser atendida está ali. Então, eu fico pensando qual que é o nosso trabalho, né, assim, enquanto Conselho, enquanto SEDESE, pra gente fazer uma inferência a esse município também, né? E esse ano... Assim, pensando, lógico, numa questão, assim, do viés de empresa, de instituição, foi soltada a norma N1, que coloca o risco psicossocial, também, como risco de trabalho, né? E a gente vê isso muito também no serviço público. Como que a gente vai fazer uma incidência também desses trabalhadores adoecidos, dos funcionários adoecidos? Como que a gente pode fazer uma incidência pra melhorar isso? **Mariana: Mariana, Sedese.** Então, eu concordo e acho muito relevante essas ponderações aqui. E aí, pensando muito no papel do CEAS, que eu acho que seria orientar e direcionar a atuação também dos conselhos municipais, porque a SEDESE, ela atua como apoio técnico. A SEDESE não é fiscal de prefeitura, né? O Estado não fiscaliza a prefeitura porque nós temos autonomia administrativa, tanto Poder Executivo estadual quanto Poder Executivo municipal. E aí, na prática, quando a gente conversa tanto com trabalhadores quanto como gestores, a gente ouve também precariedade de ausência de concurso público, baixos salários, falta de profissionais. Então, assim, na... Recentemente, alguns municípios aqui do Vale do Rio Doce, as gestoras falavam: “Ah, mas a gente não acha mais psicólogo pra contratar, porque os psicólogos preferem trabalhar na Saúde.” Aí a gente pergunta: “Mas qual o salário do psicólogo da Assistência Social?” Porque geralmente é salário mínimo. Um município de 3 mil habitantes tá pagando salário mínimo pro psicólogo e pro assistente social. E aí a gente fala: “Mas ele vai pra Saúde, porque a Saúde está remunerando melhor.” A lógica do mercado e o profissional, obviamente, não vai aceitar esse tipo de salário. Só que aí o gestor fala assim: “Ah, mas é porque não tem na região, é porque está faltando.” Então, assim, são uma série de questões, gente... A gente tem que conversar, a gente tem que apoiar, a gente tem que orientar. Aí o gestor fala assim... Aí a gente pergunta: “O município tem um plano de carreira? Qual a última vez que o município fez concurso público?” Nós vamos fazendo essa orientação com o gestor, pra

sensibilizar e falar com ele os passos administrativos que ele tem que seguir. Tem que melhorar o salário, tem que convencer a Câmara de Vereadores, o município e tal. Enfim. Como que a gente pode atuar do ponto de vista, vamos dizer, mais fiscalizador? Entraria o Conselho Municipal e, depois do Conselho Municipal, o Ministério Público. Então eu acho que o CEAS, principalmente esse ano, que é ano de conferência, talvez... Vou falar aqui porque eu pensei agora, mas um ofício circular também, falando sobre os Conselhos Municipais pautarem nas suas conferências municipais avaliação das condições de estrutura de trabalho das unidades da assistência. Porque... Em tom de orientação, do CEAS para o CMAS. Por quê? O CMAS, gente, eles também precisam de questões objetivas. Eu acho que às vezes a gente dá orientações genéricas. Então, em termos de perguntas, direcionando a atuação do Conselho Municipal. Olha, Conselho Municipal, você sabe quanto é a remuneração dos profissionais? Quantos profissionais tem? Tem concurso público? Não tem? Então, é direcionar um pouco a atuação do Conselho Municipal pra prática, pra que ele possa fazer essa atuação mais assertiva. **Marcelo, OAB:** Bom, eu, primeiro, quero pedir desculpas à Rose, da gente ter entrado na sua apresentação, mas o debate, infelizmente, ele surgiu e a gente vai ter que acabar com ele. Se me permite, a gente continua. Só quero reforçar, viu, Mariana, que você tem razão. Acho que... É por isso que eu disse que o papel do Conselho Estadual, a partir de agora, é ser... A gente ser mais propositivo, né? E que a gente vá a campo, que a gente vá na questão da orientação. Ok? E... E é isso. **Juliana, Cogemas** Queria só uma questão de ordem. **Marcelo, OAB:** Uma questão de ordem, Juliana. **Juliana, Cogemas:** Colaborando com isso tudo que está dizendo e da importância dessa discussão, né, já que o SUAS nós não temos medicamentos, exames para nos ajudar nas intervenções, né? Nós só temos nós, trabalhadores. E só por uma questão de ordem, isso foi pautado, inclusive, na Comissão de Política, ontem. A nossa coordenadora deve apresentar. E que a gente vai trazer uma proposta especificamente dessa pauta aqui pra ser referendada na plenária. Então, só por uma questão de ordem, a gente vai abrir essa discussão. Então, eu sugiro da gente continuar com a apresentação e depois a gente retorna nesse tema. **Simone, CFR:** Jennifer, Ludmilla, Mayra, Ester, Juliana... **Marcelo, OAB:** Conselheiros... **Mayra, Apae BH:** Aqui, só por uma questão de ordem. Na verdade, era isso que eu ia pautar. Eu tinha pedido a fala aqui exatamente pra isso. Não pedi questão de ordem, porque entendi que era um fluxo aqui. Mas, enfim... A gente vai trazer isso também. E aí, só completando que... Eu acho que acabou que a gente interrompeu a apresentação da Rose, mas eu acho que foi num momento pertinente pra trazer o assunto aqui, inclusive dessa questão da importância do apoio técnico. E eu acho que não tem jeito, a gente acaba esbarrando na questão orçamentária. E todas essas questões de precarização, elas acabam caindo na questão orçamentária. Então,

como que nós vamos, até nesse ano de conferência, pautar essa questão que sempre a gente tá discutindo o mínimo, o mínimo. Ontem a gente discutiu também que hoje grande parte do orçamento da Assistência Social tá por meio de emendas parlamentares. Isso nos municípios, no Estado, no governo federal. Então, como que a gente também vai pautar isso, porque eu acho que tudo vai perpassar por essa lógica, também, orçamentária. Mas aí, na hora que for apresentar, a gente vai apresentar o que que a gente tá orientando, em termos da execução mesmo, do monitoramento, em... Pela... Que é uma proposta da Comissão de Política. E essa questão do apoio técnico é... A gente realmente precisa olhar mais pra isso, porque isso a gente tá na representação lá do CEIMPA. A fragilidade dos municípios está aparecendo também. Então, isso foi muito colocado, né? Como que às vezes os municípios que não têm CREAS, mas têm essa demanda, como que foi colocado? Mas era só pra completar, tá? Obrigado.

**Marcelo, OAB:** Eu gostaria... Eu gostaria de agradecer as intervenções de vocês, enquanto questão de ordem, mas as questões de ordem, elas se referem à infração ao código... Ao nosso Regimento Interno. O que não é o caso. Então, portanto, a gente vai continuar com as inscrições e vamos pedir àqueles que forem manifestar que, por favor, manifestem com mais presteza nas suas falas, porque hoje nós temos uma pauta bem, bem... Elástica.

**Ludmilla, Cress:** Eu acho que foi bem colocado as falas. Eu entendo a colocação da SEDESE, na fala da Mariana. Eu entendo também a colocação da Patricia, né, enquanto... As falas em relação aos trabalhadores. Enquanto representante do CRESS eu só queria reforçar e referendar que realmente isso precisa ser discutido. Eu entendo que vai ser tratado, né? Então, é só uma sinalização do que a gente pode trazer nessa pauta, porque, na verdade, infere diretamente nas condições de trabalho no SUAS, infere diretamente na ausência, inclusive, de trabalhadores, na precarização do trabalho dos que estão e infere também na qualidade da política pública que chega para os usuários. Uma vez que os vínculos do SUAS estão muito fragilizados, cada vez que esse usuário chega num CRAS e ele é atendido por um trabalhador diferente, isso interrompe todo o trabalho de vínculo, de fortalecimento, de intervenção, né? Como que é também pra esse usuário perder constantemente essa referência, perder constantemente aquele trabalhador que já conhecia a sua história e ter que novamente passar por uma triagem, um novo momento de acolhida, com um novo trabalhador... Então, como que isso também fragiliza os vínculos dos trabalhadores com os usuários que estão sendo atendidos. Como que isso desmobiliza o território, como que isso leva à descrença dos CRAS, dos CREAS, de que: “Ah, eu não vou lá de novo, não. Cada vez que eu vou, é uma pessoa diferente, que me trata de uma forma diferente, que não conhece minha história, que não tem vínculo comigo.” Então passa forte pelos trabalhadores, mas impacta diretamente no público atendido. Então essa discussão, ela não pode deixar de ser

levada, né? Mesmo o Conselho Estadual tendo esse papel de orientar e a responsabilidade sendo dos municípios, precisa ser uma força coletiva, porque impacta em todos que estão na esfera da política. Obrigada. **Marcelo, OAB:** Ester? **Ester, Sedese:** Eu retiro pra discutir no âmbito da proposta da comissão. **Marcelo, OAB:** Luizão. Eu encerro com o Luizão. **Luiz:** ARMI Serra dos Aimorés. Justamente... Seria até bom a Mariana estar presente, mas ela acabou de sair. Porque, quando ela fala a questão da capacitação, os Conselhos Municipais de Assistência Social, ela deixou claro que o CEAS só tinha condições de fazer dois atendimento a duas Regionais no ano. Os Conselhos Municipais estão pedindo, solicitando a Comissão de Apoio presencial, e a linguagem que nós levamos é uma linguagem genérica. Nós não conversamos de conselheiro para conselheiro, no sentido da questão... Se não está atendendo, denuncia no Ministério Público. Eu cheguei aqui no CEAS pensando que o CEAS tinha essa condição de ser fiscalizador. O Conselho não está resolvendo, não está atuando, o município não está atuando... Nós vamos, sim... Nós, CEAS, vamos denunciar o município e denunciar o Conselho Municipal também. Então, eu cheguei aqui e, infelizmente... Infelizmente, pra mim... Falei assim: "Ai, o CEAS..." O que que é o CEAS? É só orientador? E como é que nós, nos conselhos municipais... Se apegamos a quê? Então, minha fala, viu, presidente, é no sentido de que, em um momento adequado, a gente possa rediscutir essa questão das capacitações presenciais e online. Tá aqui o nosso presidente anterior da Comissão de Apoio. Tentamos fazer uma capacitação com vários municípios, ninguém compareceu, ninguém está interessado em capacitação online. Eles querem capacitação presencial. E, enquanto tiver atendendo duas regionais por ano, é insuficiente. Muito obrigado. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado. Eu retorno, então... A Jennifer, ela estava escrita, mas não está presente. Eu retorno, então, pra... Ah!: **Jennifer, Psind:** Gente, eu ia falar assim... A gente precisa também focar que existe sindicatos, né? Trabalhadores, gestores que são nossos parceiros, né? Orientem os trabalhadores a fazer as denúncias nos seus sindicatos. Porque o sindicato vai proteger tanto o sigilo, né, o nome do trabalhador, e a gente vai poder fazer, às vezes, essa denúncia mais rápida, essa... Ah, tá em descumprimento, o município tá em descumprimento, a gente... É necessário. Todos os órgãos aí de defesa são necessários. Então, é isso. Eu ia falar outras coisas também, mas eu acho que aconteceu algo aqui que é bem isso, sabe? É o trabalhador sofrendo com tudo isso, com a falta, sabe? E eu ia trazer também... Eu vou formalizar pro CEAS uma denúncia que a gente esteve em um município e... A privatização da gestão dos nossos recursos, que também leva a todas essas questões de precarização, de mau atendimento ao usuário, de alta rotatividade. Então, municípios que estão aí passando a gestão pública para empresas, para... Para a mão de gestores privados, e os nossos recursos não chegam no nosso usuário de fato. Então é algo que vou

formalizar pelo sindicato. Ainda não formalizei por falta de tempo. Vou formalizar pro CEAS, para que a gente possa fazer esse trâmite de... “Ah, por que... O que que o CMAS tá fazendo, o que que não tá fazendo?” Mas também seguirmos juntos aí nessa defesa. **Rose, Sedese: Mas eu acho que é pertinente, viu, Marcelo, a fala, porque a gente tá falando de qualificação dos serviços. Então o eixo é qualificação dos serviços e benefícios. Então, se você não tem... Você precisa do trabalhador pra qualificar esse serviço. Não tem como você fazer... Com recurso só também não adianta, gente. Não adianta só ter o recurso pro serviço, mas não ter profissionais ali capazes de... Bem, pra poder tratar do serviço. Então, eu acho que foi pertinente, sim, a discussão. E lembrando que eu acho que é isso, sim. A SEDESE vem investindo em capacitações, sim, em orientar os municípios para fazer seus planos de capacitações, educação permanente. Repassando recursos, ampliação de recursos. Mas tem essa questão que infelizmente, né, foge da nossa... do nosso gerenciamento em muitas vezes e envolve aí os conselhos de classe, né? Como foi falado, os sindicatos e o Conselho Municipal, que é o fiscalizador ali no âmbito local, né? Então, eu acho que precisa voltar essa discussão de capacitação dos conselhos municipais e fortalecimento desse controle social nos municípios. Mas, indo pro Objetivo Estratégico 5, que é aperfeiçoar a qualidade dos dados dos sistemas de informação do SUAS em Minas Gerais, nós destacamos aí a realização de 53 turmas das capacitações do CadÚnico do Bolsa Família, né? Execução do projeto executivo do Programa do Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único, o PROCAD-SUAS. Elaboração de três painéis gerenciais. Esses painéis são os painéis que a gente fala em BI, uma língua lá da Tecnologia da Informação, que o objetivo é o acesso fácil às informações. Então, esses painéis, eles são postados no blog do SUAS e os municípios conseguem várias informações em relação ao Piso Mineiro de Assistência Social. Tem o painel, também, da Bacia do Rio Doce, da Bacia do Rio Paraopeba, que estão nesse... Dentro do Blog SUAS para que os municípios consigam facilmente acessar essas informações desses recursos repassados. Realização de ações de apoio técnico, orientação aos municípios para o preenchimento do sistema da rede SUAS. Então, a DIVISOM faz esse monitoramento constante, né, para que os municípios consigam o preenchimento desses sistemas. E a manutenção do sistema SIGCON, com algumas correções e erros, né? E implantação de pequenas melhorias nesse sistema, que abarca lá a questão do plano de serviços do piso mineiro e também de prestações de contas dos recursos repassados do governo federal, estadual. No Objetivo Estratégico 6, que é consolidar a educação permanente em Minas Gerais, nós destacamos aí as reuniões do Núcleo... do Núcleo Estadual de Educação Permanente, que é o NEEP-SUAS/MG. A elaboração do Plano de Educação Permanente, que tem a vigência em 2024 e 2027. Realização**

de encontros regionais. Foram realizados vários encontros regionais aí, com a participação de 1600 pessoas, aproximadamente. Oferta de cursos de capacitação na modalidade EAD, por meio da plataforma Educa SUAS. E a realização de ações de apoio técnico, que contabilizaram aí um total de 24 mil... Mais de 24 mil participações e 850 municípios. Marcelo, OAB: Tem uma intervenção. Matheus: Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Eu não sei se foi desatenção da minha parte, mas eu senti falta do Objetivo Estratégico nº. 4, sobre os grupos populacionais, tradicionais e específicos. Não sei se foi mencionado. Rose, Sedese: Matheus, eu acho que não... A gente tava nele, aí começou a discussão, e aí eu passei pro 5. Mas eu posso voltar nele, tá bom? Matheus: Tá bom. Rose, Sedese: A gente volta nele. Isso. O 4, o anterior. Então, é porque a gente tava aqui, a gente... Aí começou a discussão, e eu passei. Já estava na metade dele. Mas, enfim... O Objetivo 4 é qualificar o atendimento socioassistencial aos grupos populacionais tradicionais, específicos e públicos prioritários, considerando as diversidades humanas, populacionais, geracionais e territoriais. Então é nessa... Para cumprimento desse objetivo, que, como eu já disse, que tem... Que teve metas que foram executadas em 2024, tem metas pra 25, 26 e 27. Em 2024, nós destacamos as seguintes ações: elaboração conjunta com a SUBDH e a Organização Internacional pra Migração do Guia de Atendimento a Pessoas Migrantes nos Serviços Públicos de Minas Gerais; Realização de capacitações para instrutores e entrevistadores do Cadastro Único, com conteúdo específico, destinado a orientar a inclusão e atualização desse público; A realização de webinários de direitos e inclusão da população em situação de rua, em conjunto também com a SUBDH e UFMG, e o município de Pará de Minas. Foi elaborada, também, uma cartilha, “Garantia de Direitos da População em Situação de Rua”, sobre essa ADPF, que é uma arguição de descumprimento de preceito fundamental, que é um documento... É um instrumento jurídico, que foi aprovado lá pelo STF, que trata aí dessa... Dessa implementação da política nacional para a população em situação de ruas. Ou seja, como garantir esses princípios fundamentais dessa população nos atendimentos. Elaboração e publicação da cartilha de orientações do trabalho infantil em Minas Gerais, “Reflexões e Estratégias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil”. Então destacamos essas ações. Agora, podemos passar pro 6, né? Que a gente já tava no 6. Consolidar a educação permanente em Minas Gerais. Então, foram realizadas cinco reuniões do NEEP, como eu já disse. Elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente de Minas Gerais. A realização dos encontros, a oferta de cursos. Eu acho que eu já falei tudo, né? E a realização das ações, aí, que participaram mais de 24 mil pessoas. No Objetivo 7, que é aprimorar a gestão do SUAS e o Controle Social em Minas Gerais... Então a gente destaca aí vídeos, 23 vídeos curtos, que a DIVISOM elaborou pra fazer... Pra orientar os municípios em relação a várias questões da

gestão. Realização do evento do Fundo Nacional pelo Brasil, que foi um evento que aconteceu com muita... Com uma boa participação. Foram três dias de evento aqui em Minas Gerais pra discutir gestão orçamentária e financeira do SUAS e os cofinanciamentos. Fortalecendo aí essa gestão dos recursos do SUAS. A realização de apoio técnico aos municípios, em relação ao cumprimento do art. 30, e também esse monitoramento constante dos municípios irregulares no CAGEC. Porque a gente sabe que é no CAGEC que os municípios demonstram o cumprimento do art. 30, que é condição para o recebimento do recurso, inclusive... Do recurso do estado, também da União. Publicação de resoluções da SEDESE, a fim de orientar os municípios na gestão municipal do SUAS. Então, no relatório, a gente destaca resolução por resolução. Foram realizadas oito reuniões da CIB e publicado 10 resoluções, que a CIB tem esse papel, também, de discutir e pactuar sobre as ações para o aprimoramento da gestão do SUAS, em Minas Gerais. Foi implantado o projeto Portas Abertas, que é um projeto que... Tem como objetivo o atendimento particularizado aos municípios. Então o município, ele é atendido naquele assunto que ele precisa, naquelas dúvidas, né? Então, é um atendimento particularizado. A gente tem... Tem... Esse ano continua com esse projeto. E ele inclusive expandiu pra outras áreas da SUBAS, o Projeto Portas Abertas. Publicação de muitos materiais. Então, lá no... De relatório vocês vão ver vários materiais que foram... No Relatório de Gestão, a gente coloca todos esses materiais que foram publicados, inclusive linkando lá com o blog, né, com... Dá pra quem quiser ter o acesso. Aí a gente destacou também as realizações do CEAS. Então, a SUBAS garantiu o funcionamento aí do Conselho Municipal, aprimorando aí o controle social. Garantia de participação dos conselheiros em várias atividades também, além das reuniões do CEAS. A realização de ações específicas também para o Conselho Estadual e várias ações de capacitação e apoio técnico para os conselhos e órgãos gestores sobre o controle social no SUAS. E, no último objetivo, que é aprimorar... Aprimorar a rede socioassistencial privada, nós destacamos aí a execução do Projeto Centro Dia, contemplando aí as 326 unidades, em 303 municípios. Realização de webinar e de um evento de apoio técnico para entidades, órgãos, gestores e controle social sobre o tema entidades, organizações de Assistência Social e o vínculo SUAS. A gente tem feito muito... Muitas capacitações para as entidades em relação ao vínculo SUAS. A elaboração de materiais orientativos, como, por exemplo, perguntas e respostas sobre esse tema. Apoiamos também a execução do Programa Nota Fiscal Mineira. Então, a gente vem apoiando esse programa desde a sua implantação. Em 2024, o programa contemplou aí quase 5 mil entidades, com recursos, com prêmios, né? E a publicação da Resolução 116, que define os critérios do recebimento de emendas parlamentares pelas organizações de assistência... Da sociedade civil. E, no final do relatório, como eu disse, a gente colocou em registros

fotográficos de todas as nossas ações... De algumas, né? De todas não, mas de algumas dessas ações que a gente não conseguiria. Mas de algumas de nossas ações, em 2024. Era isso, gente.

Mayra, Apae: Não, é porque agora... **Mayra, Apae BH.** Agora é... Porque, se não tiver mais nenhuma considerações, nós vamos passar pelo parecer da Comissão de Política, e aí, se tiver mais alguma consideração, a gente faz. Você já quer antes? Jennifer: **Jennifer, Psind.** Eu quero falar antes. A TDAH tem que ter... Tem que ter o horário. Mas eu tenho. Então, vamos lá, gente. Parabéns para nós. Eu acho que é importante frisar isso, né? O trabalho que foi apresentado pela Rose, aqui, é um trabalho conjunto da... E, assim, grande parte da nossa militância, sociedade civil unida, conseguindo avançar também na disputa por recursos. Estamos muito aquém, viu, Rose, ainda. Vocês viram que eu não tenho papas na língua, não. Eu falo mesmo. Entendeu? Ainda... Cinco reais ainda é muito pouco. Mas dobramos, né? Sociedade... Márcia tá aqui? Aí, ó, Assembleia, Audiência Pública. Estamos sempre lutando, vamos continuar lutando. Mas eu acho que a gente tem que parabenizar tanto a equipe... As equipes que executaram o serviço na SEDESE, consegue fazer essa apresentação pra gente. Ouvir, né, que o cofinanciamento... Que todos os municípios já fizeram a carta eu acho que é maravilhoso. Eu acho que a gente tá avançando, sim. Ter apoios, como o do COGEMAS, aí, junto com a sociedade civil. Avanço é isso. Esse ano de conferência eu acho que a gente tem tudo pra poder, né, construir conjuntamente, e vamos continuar brigando, né? Brigando muito. Mas eu acho que é... É parabenizar todos nós aqui, essa gestão do CEAS, pela luta conjunta, pela forma de tratativas, né, que a gente consegue, mesmo na divergência, muitas vezes, manter o diálogo e debater... Ter teorias, sem exaltar, sem ofender um ao outro. Comissão de Ética existe, mas está lá, quietinha. Maravilha! Isso mesmo, ela só precisa existir pra estar ali. Ela não precisa existir pra funcionar. Então, é parabenizar a gente mesmo. **Rose, sedese:** Não, eu só queria ressaltar, Jennifer, desde o princípio que você falou, eu queria ressaltar que no relatório a gente coloca muito isso, né? Tanto na apresentação como na conclusão do relatório, que é essa questão da parceria, né? É CEAS, é CIB, são os trabalhos das instâncias, das diretorias regionais. Então a gente tem, né, no texto, lá, tanto na apresentação quanto na conclusão, a gente resalta muito esse trabalho conjunto aí pra conseguir cada dia avançar um pouco mais. **Marcelo, OAB:** Mayra, por favor, vamos encerrar essa... Mayra, Apae: Vamos, gente. **Mayra, Apae BH.** Então, né, foi feito assim... A Rose fez uma apresentação lá na Comissão de Política. Nós debruçamos em cima de alguns... Algumas questões. Queria inclusive destacar aqui e desejar mais uma vez boas-vindas pra... Gente, fugiu o seu nome. Juliana, que já chegou chegando, já chegou contribuindo muito. Inclusive ela fez uma consideração lá que eu falei: “Nossa, vou anotar isso pra vida”, porque ela... Né? Ela fez uma leitura tão minuciosa que ela identificou que uma

resolução da CIT estava com o número errado dentro do documento, porque não era daquela pauta que se tratava. Mas, na mesma hora, a Rose já fez contato lá e já fez alteração. Então, já foi, o documento já está alterado. Então, isso é muito bom, né? A gente sente até mais seguro na hora dessa análise geral, assim. E aí, assim, considerando que o Relatório de Gestão é um desdobramento do PEAS, até a gente já aprovou o PEAS, considerando que as ações, elas já foram executadas, então a comissão, ela aprova o Relatório de Gestão. As considerações vai pra uma aprovação, e a gente fez uma avaliação que, como as ações do relatório, elas já foram executadas, a gente sente falta de um monitoramento, a curto, médio e longo prazo. Então, a gente quer propor que a gente possa, a Comissão de Política com a Comissão de Monitoramento, a gente fazer aí uma parceria pra que a gente possa fazer essa avaliação e um acompanhamento preciso dessas... Das ações, né? Pra não chegar assim... “Ah, então passou o ano, apresentou o que apresentou e justificou o que não justificou.” Mas pra gente já ir monitorando e já ir entendendo, inclusive pra vir aí indicadores que a gente possa ir apontando, até pra contribuir com esse apoio técnico, com essas questões que a gente discutiu aqui hoje. Então, né, a gente faz essa sugestão. É... E é isso, que aí a gente faça esse acompanhamento... Inclusive, no Relatório de Gestão, cita que eles fazem esse... Também esse monitoramento e esse acompanhamento. Então, pedi pra que eles nos enviem o que eles têm lá, pra poder nos subsidiar nessas análises. Então, é isso. Marcelo, OAB: Bom, mas... **Marcelo, OAB:** Vocês caminham pela aprovação? **Mayra, Apae: Aprovação, falei.** **Marcelo, OAB:** Com ressalva ou sem ressalvas? **Mayra, Apae: Sem ressalvas.** **Marcelo, OAB:** Sem ressalvas. **Mayra, Apae: Só pedindo... Fazendo essa proposta de avaliação do monitoramento de acompanhamento. Que aí é... Vai ser uma parceria da Comissão de Política com a Comissão de Monitoramento.** **Marcelo, OAB** Ok. Sandra; depois, Érica. Sandra: **Sandra, Sintibref.** Como membro lá da Comissão de Política, a gente discutiu também a necessidade de retomar isso que... Quem que falou aqui a respeito... Que estava apresentando o relatório? Sobre a gente discutir a política no aprimoramento da política. Não é só a questão da precariedade... Quando vem a questão dos CRAS, da precarização... Isso nós vamos trabalhar muito no nosso Seminário de Trabalhadores. Vamos tirar a estratégia pra conferência. Porque já tá passando, né, do limite as questões aí da precarização para os municípios. Mas a gente já... Eu já tinha falado, né, quando Érica tava na coordenação, porque a gente ficou muito tempo e passa pela Comissão Política tratar das denúncias. Mas a gente estava assim, com 70, 80% do tempo discutindo as denúncias e vendo as tratativas e quais seriam os encaminhamentos, e a discussão da política. Por exemplo, a questão da comunidade terapêutica. A soltou.. o CNAS Não vai aceitar, não vai acatar ou... Trazer alguém pra poder falar pra gente sobre a comunidade, o porquê do não. É discutir a

política, por que que isso não tá? Porque não está no serviço tipificado. Então, assim... Isso surgiu já... A gente já vinha trabalhando isso com a Érica, da importância da... De discutir a política e não ficar só reativo, aprovando, igual o Marcelo falou. Chega aqui, a gente delibera e aprova. E esse relatório, se não tiver esse monitoramento, chega no final do ano, que eu sei que ele é... Ele é fatiado em quatro anos, que tem essa programação. Ocorre que... Aí depois... “Ah, não, não foi... Não foi executado. O que é que faz? Cadê o recurso?” Então a gente sugeriu... Até a Comissão de Monitoramento da deliberação, que a gente acredita que deliberações está no plano que a gente aprovou, né, da última conferência, a gente fazer esse... Esse monitoramento e voltar a discutir a política de Assistência Social, no âmbito do usuário, do trabalhador, das entidades. E vamos que vamos. Obrigado. **Marcelo, OAB:** Érica, por favor. **Érica: Érica, Sedese.** Então, pra fechar aí o raciocínio da comissão, gente, a ideia não é nem questionar o trabalho que está sendo feito. A gente entendeu que é uma entrega bacana, por meio do Relatório de Gestão. Mas nós achamos assim... Até pra dar visibilidade pros outros conselheiros que não estão na comissão ou não estão fazendo um estudo mais detalhado do material, que a gente tivesse a possibilidade de ter algo mais visual mesmo, né? Uma tabela entre o que deveria ser feito e aquilo que conseguiu se concluir. Então, dá uma visibilidade pro trabalho que está sendo realizado. Pra nós, a gente percebe que as ações que foram apresentadas, nós acompanhamos isso ao longo dos... Do ano aqui, né, por meio de aprovações e verificação das resoluções. Então, assim, tá tranquilo pra gente. A gente só queria a possibilidade de ter um material mais visual e, de fato, a gente não esperar chegar o relatório pra gente ver se aquilo aconteceu, mas fazer um acompanhamento mais de perto, porque, de fato, isso que diz respeito sobre o controle social. Marcelo, OAB: Poderia colocar, por favor... **Marcelo, OAB.** Colocar a resolução. Vou fazer a leitura da resolução e, em seguida, coloco em votação. “Resolução CEAS 884, de 25 de abril de 2025. Aprova o Relatório de Gestão Anual do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, de Minas Gerais, relativo ao ano de 2024.” Peço pra passar pelos considerandos, se os conselheiros estiverem de acordo, e vamos direto ao art. 1º. “Aprovaram o Relatório de Gestão Anual do Sistema Único de Assistência Social, referente ao ano de 2024, apresentado pela Subsecretaria de Assistência Social do Estado de Minas Gerais... do Estado e Desenvolvimento Social de Minas Gerais. Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 25 de abril de 2025. Assinam”. Favoráveis, então, ao relatório e à resolução, levantem o crachá, por favor. Pode abaixar. Contrários? Abstenções? Então, aprovada a resolução. Quero agradecer a Rose pela apresentação. Muito obrigado, Rose. Segundo ponto de pauta: resolução *ad referendum*, que dispõe sobre a realização do ato ou momento de conferir nas Conferências Municipais de

Assistência Social. Elder, por gentileza. **Elder** Essa resolução, gente... **Elder, SEDESE**. Essa resolução, ela foi feita *ad referendum* pelo seguinte: na nossa penúltima reunião do GT da Conferência, que era a reunião sobre a capacitação pras conferências municipais... E teve um momento que o Marcelo, ele levantou que muitos municípios não realizam o ato de conferir nas suas conferências municipais. O que é meio maluco, né? Porque quase todos... Inclusive a Érica... A Érica faz muitas conferências municipais, inclusive. Então, ela fala com muita propriedade. E isso é muito maluco, porque você aprova um monte de deliberação. Aí chega na próxima conferência, não se apresentam as deliberações anterior, e aí os delegados e delegadas não sabem se foi aprovado, se não foi, se faz sentido pedir uma coisa de novo e se não faz. E aí lá a gente começou uma discussão bem rapidinha sobre fazer alguma coisa, pra... Pra incentivar e falar com os municípios da importância de fazer o ato, o momento de conferir. Aí tivemos a ideia de fazer essa resolução *ad referendum*, que ela é bem simples. Ela já está publicada, mas aí seguindo o rito que tem que seguir uma resolução *ad referendum*. A gente vai ler ela aqui, pra ter o referendo da plenária a respeito dela. Mas ela é bem curtinha. “Então, Resolução *Ad Referendum* CEAS nº. 11, de...” Número 11... Faltou um número ali, na verdade. “Dia 11 de abril de 2025. Dispõe sobre a realização do ato ou momento de conferir nas Conferências Municipais de Assistência Social de Minas Gerais.” Vou pular os considerandos... Nos considerandos, a gente cita as resoluções de conferência e também o informe CNAS nº. 2, que é justamente o informe que fala da metodologia das conferências. “Resolve. Art. 1º: Nas Conferências Municipais de Assistência Social de Minas Gerais, em 2025, ou nas pré-conferências municipais que as antecederam, deve ser realizado o ato ou momento de conferir. Parágrafo Único: O ato ou momento de conferir consiste na atividade de apresentar as deliberações da conferência anterior, coordenada pelos segmentos governamental e sociedade civil, para avaliar quais foram, totalmente ou parcialmente cumpridas, quais não foram cumpridas e as razões para o não cumprimento; Art. 2º: Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.” **Marcelo, OAB:** Esclarecidos os conselheiros? Podemos votar? Favoráveis à resolução *ad referendum*, levantem o crachá, por favor. **Elder, Sedese:** Só um momento, que a Simone tem uma dúvida. **Marcelo, OAB:** Ah, desculpem. **Elder, Sedese::** Qual a dúvida, Simone? Fala aí no microfone. Ah, tá. A Simone estava com uma dúvida sobre... Que a data estava 15 de abril, mas foi a data de assinatura. **Marcelo, OAB:** Então, voltando a votação. Favoráveis à resolução *ad referendum*. Muito obrigado. Contrários? Abstenções? Então, aprovada a resolução. Ponto 3: resolução sobre diretrizes para a distribuição de vagas de delegados estaduais para a Conferência Nacional de Assistência Social. Elder, por favor. **Elder, Sedese:** Essa resolução é a seguinte: vamos ter a Conferência Nacional de Assistência Social,

que eu não lembro exatamente os dias. Se eu não me engano, é 5, 6, 7 e 8 de dezembro. E já saiu o informe, dividindo as vagas por estado para a Conferência Nacional. Lá nesse informe, ele apresenta duas informações. Minas Gerais tem 204 vagas pra Conferência Nacional, sendo 186 vagas para delegados municipais e 18 vagas para delegados estaduais. Os delegados municipais vão ser escolhidos lá na Conferência Estadual, que tem aquele momento da eleição pra Conferência Nacional. As vagas para delegados estaduais, elas têm que ser distribuídas pra nós, conselheiros do CEAS, porque nós somos delegados estaduais, e eventualmente pra algum delegado da SEDESE que vier a suprir alguma vaga na Conferência Estadual que sobrou. Então, essa resolução é pra distribuir essas 18 vagas de delegados estaduais para a Conferência Nacional. Aí eu vou ler o texto, a gente pode ir discutindo. A ideia dessa resolução é explicar como é que vai ser esse processo de distribuição dessas vagas. Quem está no CEAS há mais tempo, Rosa também está... Já foi secretária-executiva. Geralmente, gente, é uma conversa mesmo. A gente conversa e acorda quais são os critérios, quem que vai e quem não vai. Mas, pra dar transparência a esse processo, a gente está fazendo essa resolução. “Dispõe sobre a distribuição de vagas de delegadas e delegados estaduais para a 14.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social.” Pode ir pro texto direto. Aí eu só citei o informe número 5, que ele fala da divisão das vagas. Art. 1º: Resolve regulamentar a distribuição de vagas de delegadas e delegados estaduais de Minas Gerais para a 14.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social, a ser realizada no período de 6 a 9 de dezembro de 2025, em Brasília, Distrito Federal. Parágrafo Único: Conforme disposto no Informe CNAS 05/2025, a delegação do estado de Minas Gerais para a 14.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social será composta por 18 delegadas ou delegados estaduais.” Pode passar. Art. 2º: A distribuição das vagas de delegadas e delegados estaduais se dará da seguinte forma: Nove vagas para o segmento governamental. Podem ocupar essas vagas as conselheiras e conselheiros do CEAS MG, representantes do segmento governamental e as delegadas e delegados da SEDESE. Inciso II: Nove vagas para o segmento da sociedade civil. Podem ocupar essas vagas as conselheiras e os conselheiros do CEAS MG, representantes da sociedade civil, a saber, usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores, representantes de entidades e organizações de Assistência Social. § 1º: Os segmentos governamental e da sociedade civil do CEAS deverão se reunir separadamente até a plenária anterior à realização da 16.<sup>a</sup> Conferência Estadual, para definir quais serão os delegados que ocuparão as vagas mencionadas no inciso I e II. § 2º: Em caso de haver mais candidatos do que o número de vagas para a 14.<sup>a</sup> Conferência Nacional, no segmento governamental, deve se priorizar a seleção de conselheira ou conselheiro do CEAS.” Esse artigo é porque delegado estadual tanto pode ser conselheiro governamental do CEAS quanto representantes da

SEDESE. Então, se temos nove vagas, se tiver mais gente querendo ir na Conferência Nacional, a prioridade são sempre para os conselheiros do CEAS. § 3º: Em caso de haver mais candidatos do que o número de vagas para a 14.ª Conferência Nacional de Assistência Social do segmento da sociedade civil, deve-se priorizar a seleção de conselheiras ou conselheiros que estejam finalizando seu segundo mandato no CEAS MG.” Então gente, na hora que vocês forem distribuir as nove vagas na sociedade civil, tem que se priorizar os conselheiros que já estão no segundo mandato, porque no próximo mandato eles já não estarão aqui; então não poderão ir pra conferência. Lais. Lais: **Laís, CMAS Ipatinga**. Eu acho que poderia tirar esse “finalizando o segundo mandato”, porque a gente tem, por exemplo, a Fernanda. A Fernanda, que eu entendo, é o primeiro mandato dela, só que ela não vai poder se candidatar no segundo, porque no município dela... Aí, então, esse segundo mandato... Assim... Eu acho que precisaria tirar. **Patricia, Feapaes**: A gente entende ali... A gente pode modificar pra “pessoas” ou “representação”, porque a representação dela já não pode ficar, que é o segundo mandato. A gente resolveu colocar... Isso foi até uma discussão que eu solicitei, pensando que todos nós acabamos o mandato. Então a gente tinha que diferenciar uma questão de priorização, né? Na última conferência, a gente não teve problema. Tem pessoas que não têm condição de ir, mas são só mecanismos de diferenciação, se a gente tiver empate, né? Então, a gente colocaria, eu sugiro, “representação”, né, porque eu represento, por exemplo, a APAE ou Federação, não sei, e a “pessoa”, que é o que a gente coloca nas próprias eleições, né? Elder, **Elder, Sedese**. Esse critério é pra sociedade civil. Então, essa ideia do segundo mandato foi uma ideia do último mandato que pediu pra colocar. Aí, se vocês acharem que deve alterar... Isac: **Isac, Ccqamrd** Aquele parágrafo quarto, sobre os empates, ali, deve priorizar os usuários. A gente não vai ter a... As vagas de delegados da sociedade civil, nelas, os segmentos não serão separados? A entidade divide as vagas em entidades; os trabalhadores, as vagas de trabalhadores; e usuários, de usuários? Que anteriormente a gente fazia dessa forma. Chega na sociedade civil, cada segmento tem o seu número de vagas e elege ali entre eles. **Elder, Sedese** Tem mais alguém? É o critério de vocês. Se vocês quiserem dividir... O que vocês mandarem. Patrícia: **Patrícia, Feapaes** Eu acho que, então, podia colocar aí, né... Assim, são nove vagas da sociedade civil, dividindo três pra... Isso. Elder **Elder, Sedese** Volta, então. Vai no artigo de cima, por favor. Isso. Pode subir mais, pode subir mais. Então, eu sugiro o Inciso II ficar: “Nove vagas para o segmento da sociedade civil, sendo três para usuários e usuários, três para trabalhadoras e trabalhadores e três para representantes de entidades ou organizações da sociedade civil.” Vou esperar um pouquinho pra dar tempo do pessoal escrever. “Nove vagas para o segmento da sociedade civil, sendo... Sendo...” Pera aí, gente, senão o pessoal da Secretaria Executiva não

consegue anotar. Só um momento? “Três para usuárias e usuários, três para...”. **Simone, CFR:** Eu estou na frente, Flávio. Simone; depois, Flávio. **Simone, CFR.** Também acrescentar, né, sobrando na no segmento, a vaga vai pro usuário. Lembrando que a gente tem quatro usuários, né? Então, assim... Aí era só pra reforçar isso aí, porque senão a gente acaba tirando um. Flávio: **Flávio, CMAS Ipatinga.** Era sugestão da Mariana aqui, em vez de alterar em cima, colocar lá: “A saber, três...” Já fizeram lá. Três usuários, três trabalhadores. **Elder, Sedese:** Ok. Não, tá errado. Pera aí. Marcelo: **Marcelo, OAB.** Então, vamos... Pergunto aos conselheiros se, da forma como foi apresentado, se está tudo... Conselheiros, por favor! Peço a atenção dos senhores e das senhoras, conselheiras e conselheiros, pra gente retornar aos trabalhos. **Elder, Sedese:** Pode descer, porque agora a gente vai mexer no artigo... Pode passar o primeiro, eu já li. Parágrafo primeiro. Três também, 3, 3 e 3, até dar 9. **Elder, Sedese:** Pode descer. Parágrafo quarto, eu sugiro colocar, antes de “persistindo o empate”, colocar assim: “Caso...” § 4: “Caso...” Não apaga nada por enquanto. Só escrever na frente do “persistindo”: “Caso...”. Não, é na frente do “persistindo”, por favor. Na frente. “Caso...”. Eu vou escrever ainda, vai dar certo. “Caso...” “Caso...”. **Marcelo, OAB:** Gente, nós discutimos, nós discutimos... Marcelo, OAB. Nós discutimos na Mesa Diretora, discutimos na sociedade civil, que a gente pudesse ter calma e paciência para que a Secretaria Executiva possa executar os seus trabalhos, né? Todos manifestando pra onde que tem que colocar, onde que não tem... Então, eu peço que aquele que está com a fala, ele... Ele dê condições pra Secretaria Executiva fazer o seu trabalho. E aí, como o Elder está na fala, eu peço a ele, então, que resolva essa questão, por favor. Elder Gente, então... **Elder, Sedese.** O texto vai ficar assim: “Caso todas as vagas do segmento da sociedade civil não sejam preenchidas pelas representações mencionadas no inciso II — ou seja, três para o trabalhador, três para entidade e três por usuário — e persistindo o empate na situação mencionada no parágrafo terceiro — que é a situação do segundo mandato, que a gente também tem que mexer —, deve-se priorizar representantes do segmentos de usuárias e usuários.” Todos de acordo? E aí, vamos mexer no art. 2º. A Patricia sugeriu: “Deve-se priorizar a seleção de representações.” Representações ou instituições, gente? Eu acho que faz mais sentido... Ok? Ou... Conselheiros e conselheiras do CEAS MG? Não, acho que não é aí, não. É no outro. Eu errei, desculpa. Pode dar o Ctrl Z aí, por favor. Eu acho que é “instituições.” É no... Pera aí. Obrigado, Laís. § 3º: “Em caso de haver mais candidatos do que o número de vagas para a 14.ª Conferência Nacional, no segmento da sociedade civil, deve-se priorizar a seleção de instituições, conselheiras ou conselheiros que estão finalizando o segundo mandato no CEAS MG.” Patricia, tá... Gente, a nossa discussão... É que, assim, uma instituição pode estar no segundo mandato. Representação é sociedade civil... Representação é trabalhador, usuário e

entidade. Se colocar “representação” ali, o texto fica sem sentido. A gente está falando da instituição, de quem que você representa, entendeu? Que está dizendo: “Esse artigo é...”

Suponha, por exemplo, o CRESS está no segundo mandato. Então, quer dizer que depois ele não vai poder participar mais. Então, mesmo que o representante do CREAS seja o primeiro mandato dele, aí ele pode ser priorizado. É isso mesmo, não é, Patricia, a ideia? Ok. Então todo mundo entendeu? Estão todos de acordo? **Lais:** Não... **Elder, Sedese:** Veja bem... **Lais: Lais, CMAS Ipatinga.** Porque a representação dela pode voltar. Ela poderia voltar, só que, lá no município dela, no Conselho dela, ela não pode. **Elder, Sedese:** Mas é exatamente isso. Por exemplo... **Lais** Não, pra mim, não tá claro, gente. **Elder, Sedese** Fernanda representa o CMAS de... De Campanha. O CMAS de Campanha, no próximo mandato, ele não pode voltar para o CEAS. A Fernanda... **Lais, Cmas De Ipatinga:** Por quê? **Elder, Sedese:** Porque ele vai estar... Ele já tem dois mandatos. **Lais, Cmas De Ipatinga:** Ah, desculpa, gente. Desculpa. A Fernanda está no primeiro mandato. Pode falar, Simone. **Simone: Simone, CFR,** O meu Coletivo Flores de Resistência, ele pode voltar; a minha pessoa não pode. Mandato anterior, CMAS, esse mandato agora, pelo coletivo. **Lais:** Entendi. **Isac: Isac, Ccqamrd,** No caso da Simone, faz todo sentido. Agora, no caso da Fernanda, não. Porque pelas... Considerando as regras da última... processo eleitoral, a pessoa, ela pode participar por uma outra organização. Pode. Vão verificar lá que pode. Considerando a regra anterior, pode, sim. **Marcelo, OAB:** Gente, gente, por favor. Conselheiros, por favor. Conselheiros, por favor, vamos lembrar a minha fala há uns minutos atrás, não é? É... Quem? Alguém está inscrito. Andreia? Andreia, por favor, está inscrita? Andreia, uma querida companheira usuária, por favor. **Andreia, Fórum Municipal dos Usuários e Usuárias do SUAS:** Aqui... Só pra gente compreender... Pra gente compreender as coisas direitinho. Eu tô entendendo que... Você falou do caso da... Deu um exemplo aí, né? Ela não volta pela entidade, mas ela, usuária, pode. É isso que eu tô... Pela instituição, não. **Elder, Sedese:** É, mas, se ela mudar a instituição, ela pode voltar... **Andreia, Fórum Municipal dos Usuários e Usuárias do SUAS:** Porque o mandato da instituição se encerrou, mas a usuária... A usuária tem... Ah, entendi. **Marcelo, OAB:** Conselheiro, nós vamos continuar então com a leitura. **Elder, Sedese:** E, gente, lembrando, essa resolução, ela é muito específica. A gente tá falando de distribuição de vaga para a Conferência Nacional. Aí não sanções de processo eleitoral do CEAS e tal. E é um critério de desempate. Se tem nove vagas... Se chegar num ponto em que tem mais pessoas do que vagas, estão sendo criado critérios para desempate. Então a gente nem está entrando em discussões mais aprofundadas, de segundo mandato e tal. Mas é o que eu disse: se também acharem que não faz sentido esse critério, podem tirar. Tá? Ok, vamos lá, então. Parágrafo Quarto? § 4º: “Caso todas as vagas do

segmento da sociedade civil não sejam preenchidas pelas representações mencionadas no inciso II — que é o que a gente acabou de mexer — e persistindo o empate na situação mencionada no § 3º, deve-se priorizar representantes do segmento de usuárias e usuários. § 5º: Persistindo o empate, deve-se priorizar a eleição de candidata ou candidato com maior idade.” Esse critério sempre aparece no final, gente, que é o critério mais objetivo. § 6º: “Caso todas as vagas destinadas ao segmento governamental não sejam preenchidas, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por conselheiras e conselheiros da sociedade civil, priorizando as representantes e os representantes de usuários e usuáries.”

**Isac: Isac, Ccqamrd** Essa resolução pra tirada de delegados do CEAS, ela também vai observar a resolução de cotas do Conselho Nacional? Eu acho que precisava constar aí também. **Elder, Sedese:** Podemos colocar, mas... Pode fazer, não tem problema. Pode colocar um artigo terceiro. Aí eu acho que vai ter que copiar lá da outra resolução, porque é um parágrafo bem longo. Vamos colocar um artigo terceiro assim: “A distribuição de vagas...”. Art. 3º: “A distribuição de vagas de delegados e delegadas... De delegados e delegadas para a 14.ª Conferência Nacional de Assistência Social observará os critérios de reservas de cotas, definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, normatizado pela Resolução...” É 187? Alguém pode pegar? “Resolução CNAS 187/ 2025.” Todos de acordo com o novo artigo? Ok. Eu nem previ possibilidade de sobrar a vaga do segmento da sociedade civil, porque eu acho muito pouco provável que nove vagas e 20 conselheiros vá sobrar vaga. Nem coloquei. E aí, gente, já é... Já é um... Tá. Só terminar esse... Já é um ponto que, quando sobra vaga do segmento governamental, a gente passa pra sociedade civil. **Luiz: Armi Serra dos Aimorés.** É só que, no caso, a Resolução 187, de 2025, do Conselho Nacional de Assistência Social, ela vai ser pra cada segmento, né? No caso, segmento da sociedade civil, usuário e tal, aí vai ter essa observação em cada segmento, né? E não entre os nove, né? Em cada segmento, vai fazer sua observação. **Elder, Sedese:** Posso responder? **Marcelo, OAB:** Pode. **Elder, Sedese.** Na verdade, Luizão, na Resolução CNAS fala que os 30% é pro grupo todo. Então, pra sociedade civil, 30; pro governo, 30. Não é 30% pro usuário, 30 pro laborador, porque senão seria até muito difícil de operacionalizar, né? **Luiz, Armi:** Mais uma vez. Por exemplo, aí... Quero ter o entendimento. Dos 30%. Aí, digamos que nós temos que ter lá pelo menos três representatividade. Se um determinado grupo já escolheu aquela representatividade, naquele segmento, não significa que eu tenho que ir com o mesmo argumento pra outro segmento, pedindo também a mesma representatividade. Isso que eu quero dizer. Porque muitas vezes já está contemplado dentro da sociedade civil, no... no segmento Y. Aí a gente vai com o mesmo argumento pro X e pro A. Enfim, tem que ser observado se está contemplado entre os nove, não é isso? **Elder: Elder, Sedese.** A minha sugestão, na hora que

vocês forem distribuir as vagas, é a seguinte: são nove vagas, 30% é por cota; então, três, que dá 33,3. Primeiro, dentro do segmento da sociedade civil, vocês verifiquem quem se autodeclara pessoa LGBT, indígena, quilombola, pessoas com mais de 60 anos e tal. Aí, primeiro, ver quem do grupo se identifica dessa forma e essas pessoas concorrem a essas três vagas. Preenche as três vagas, as seis vocês distribuem entre os demais e entre os que não foram aprovados dentro das três vagas. Acho que aí consegue fazer tranquilo. Que é uma ideia que eu penso até pra pré-conferência, a gente fazer algo similar.

**Marcelo, OAB:** Conselheiros, então, vamos a... Esclarecido sobre esta resolução, eu pergunto se todos estão de acordo e, se forem favoráveis, levantem o crachá, por favor. Muito obrigado. Contrários, abstenções. Aprovada a resolução. Próxima. É a resolução... O item 3. Resolução... Resolução sobre a reserva de cotas para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social. Peço a todos a compreensão da leitura para a gente dar continuidade aos trabalhos, considerando que é uma resolução um pouco complexa.

**Elder, Sedese:** Vamos lá. Como tem muita coisa envolvida... Essa resolução é pequena também. Eu vou pedir só, se vocês me autorizarem, de ler ela toda, e a gente entra em discussão, pode ser? Pode.

**Elder, Sedese** Ok. “Dispõe sobre a reserva de cotas de no mínimo 30% para a eleição das delegadas e delegados para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social.” Lembrando que, nessa resolução, a gente está reservando cotas nas pré-conferências pra Conferência Estadual. Ela não trata de conferências municipais. Aí o próprio município tem que fazer a sua própria resolução. “Resolve. Art. 1º: Fica assegurada a reserva de cotas de, no mínimo, 30% do total das vagas nas eleições de delegadas e delegados para a 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, dos segmentos governamental e sociedade civil, aplicadas a: 1) Pessoas negras, autodeclaradas pretas ou pardas; 2) Pessoas com deficiência; 3) Pessoas LGBTQIAPM+; 4) Pessoas idosas, mais de 60 anos; 5) Jovens de 18 a 29 anos...” Pode passar. 6) Migrantes, refugiados e apátridas; 7) Atingidos por barragens; 8... Aí depois tem que consertar a numeração, tá, gente, que está errada. Esse aí é o oito. “Grupos populacionais tradicionais e específicos, GPTES. § 1º: São considerados grupos populacionais tradicionais e específicos indígenas, quilombolas, ciganos, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades de terreiros, ribeirinhos, agricultores familiares, assentados, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, acampados, atingidos por empreendimentos de infraestrutura, famílias de presos do sistema carcerário, catadores de materiais recicláveis, pessoas em situação de rua e outros que venham a ser atualizados, conforme a normativa pertinente. § 2º: As cotas devem ser aplicadas a delegadas e delegados, eleitas ou eleitos no segmento governamental e sociedade civil, respeitando-se na composição total da delegação a paridade e a proporcionalidade. Art. 2º: A candidata a delegada ou o candidato a delegado, no

âmbito das cotas, deve se inscrever identificando apenas um dos grupos listados no artigo primeiro que pretende representar, sem prejuízo de registro das demais características pessoais e identitárias, na ficha de inscrição de delegada ou delegado, no processo das Conferências Municipais de Assistência Social de Minas Gerais de 2025, para as Pré-Conferências Regionais de Assistência Social.” Aí só uma informação, a gente já colocou no formulário de inscrição de delegados a pergunta sobre cotas. Então, eles já vão ter como se identificar. Art. 3º: “A Comissão Organizadora da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais tomará as providências necessárias para a adequada destinação das cotas, mencionadas no art. 1º, durante as eleições de delegadas e delegados para a referida Conferência, a serem realizadas durante as Pré-Conferências Regionais de Assistência Social. Art. 4º: Na hipótese da inexistência de delegadas e delegados suficientes para o preenchimento das cotas, mencionadas no art. 1º, as vagas remanescentes poderão ser ocupadas pelas demais delegadas ou delegados, desde que respeitados os parâmetros estabelecidos no capítulo 4 da Resolução CEAS nº 882, de 21 de março de 2025. Art. 5º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Podemos abrir a discussão. **Marcelo, OAB:** Algum conselheiro inscrito para o debate? Andreia, por favor. **Andreia, Fórum Municipal dos Usuários e Usuárias do SUAS:** Fala, companheiro... Né, Marcelo? Somos companheiros mesmo. Aqui, Andreia, CMAS BH e Coordenação do Fórum Municipal de Usuários da Assistência Social de Belo Horizonte. Eu... Nós temos notícia. A Rádio Peão contou pra nós essa questão da cota e a questão da idade, né? Tem uma orientação da Nacional, de 12 a 16. Bom...Dezessete, completo, sim. Aí eu quero saber que história é aquela ali de... Dezoito? Eu quero... Sim, quero entender como é que foi que o CEAS chegou nessa... Para os jovens pra vir participar, tomar o espaço, né, e tudo, com essa idade. Eu não sei como e da onde apareceu, mas eu... Nós estamos curiosos com isso. Veio uma orientação para os Conselhos Municipais dizendo de 12 a 16, né? Dezessete incompleto. Aí o CEAS me coloca aí 18 anos. Aí... É isso aí que eu quero saber. **Marcelo, OAB:** Ok, muito obrigado. Isac. Desculpa. Patricia. Depois... Patricia, Sandra e Isac. **Patricia Feapaes:** Patricia, Feapaes. A minha discussão é parecida com a da Andreia, né? Assim, a gente recebeu umas diretrizes do Conselho Nacional de Assistência Social, que prevê de 12 a 17 anos. É lógico que a gente tem algumas questões dificultadoras, mas, quando vem diretrizes, e nessa diretriz fala o funcionamento da Conferência, e no seu último parágrafo fala que, se a gente não tiver, tem que fazer uma justificativa formal, eu acho que a gente tem que inserir essa faixa etária e fazer uma previsão, né, das regulações, de como que vão ser o atendimento a esse público. Assim, o responsável legal, né? Como que essas pessoas vão chegar até a conferência. Porque os movimentos, como a Andreia... Já estão mobilizando perante a diretriz do Conselho Nacional.

Então, a gente pode ter nas inscrições esse público né? E eles vão se basear em cima da resolução da... Das diretrizes do Conselho Nacional. **Marcelo, OAB:** Sandra, e depois Isac. **Sandra Sintibref:** É porque já começou uma discussão na sociedade civil, né, sobre essa questão. Concordo também, tem que incluir este público, e a gente vê depois quais são os protocolos... Eu estou falando aqui agora... Vou sair da caixinha da Assistência Social, como Frente de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, ao qual sou coordenadora e membro do CONANDA. Estou no Conselho Nacional. Tem todo um protocolo, tem todo o fluxo, como que é a participação de adolescentes em conferências, porque lá na Criança e Adolescente é tranquilo. O acompanhante é financiado. Então, o “como” nós vamos ter que resolver internamente. Agora, negar e não seguir a diretriz... Eu, inclusive, acho que teria situações... Não vou falar retaliação, do Conanda, da Frente de Defesa, porque a gente quer, gente, o protagonismo. Agora, como que vai ser... Como que vai ser distribuído, aí é outra questão. Nós tivemos meninos, gente, dentro do sistema socioeducativo, e acautelados, né, que não são presos, que foram pra Conferência Nacional, né? Com o seu responsável. Então, assim, tem todo um protocolo direitinho pra gente não ficar preocupado que nós, conselheiros, que vamos ser responsáveis pelos adolescentes. Não é. **Marcelo, OAB:** Bom, conselheiros e conselheiras, temos 10 inscrições. Então, eu peço que a gente seja bem objetivo na fala, tá ok? Muito obrigado. **Isac, Ccqamrd:e.** Eu vou um pouco na linha dos colegas que me antecederam. Participei um pouco da discussão sobre o tema, no grupo da organização da Conferência. Para mim, é novidade Minas Gerais querer proibir a participação de adolescentes na Conferência, considerando que adolescentes são um público importante entre os usuários da Assistência Social, e nós temos a necessidade de fortalecer todos os públicos, pra garantir uma diversidade na participação. Como coloquei em outros momentos, eu vejo de forma muito positiva o Conselho Nacional ir na linha contrária a Minas Gerais, incentivando a participação desses diversos públicos. Eu entendo, como o governo colocou, que é desafiador, né? Algumas pessoas da sociedade civil também colocaram que é desafiador trazer adolescentes. Entendo também que é desafiador trazer diversos públicos da Assistência Social, e o papel do Conselho Estadual, no sentido da garantia de direitos, não é proibir a participação desses públicos, por ser uma participação desafiadora. O nosso papel eu entendo que é lutar pra garantir e ampliar esses direitos, pra que esses públicos participem com segurança. Então, eu entendo que... Entendo que o trabalho do Conselho não vai ser discutir a proibição, não. Acho que a gente não pode cortar os direitos desse público, que lutou muito, mas muito mesmo, pra conseguir o direito à participação nos espaços de decisão. O nosso trabalho vai ser estudar formas de trazer esse público e trazer com segurança. Um pouco nesse sentido a minha fala inicial. Jennifer Psind:

**Jennifer, Psind.** É o seguinte, gente: o ECA, ele já traz aí as diretrizes de como o público de crianças e adolescentes devem ser acompanhados dos seus responsáveis em todos os lugares onde eles são... Eles precisam adentrar. São um público prioritário, né, como um todo. Então, criança e adolescente, eles são a prioridade da prioridade. Assim como nós temos lá a pessoa com deficiência, que também vai ter direito a acompanhante. A pessoa idosa que precisa de acompanhante vai ter direito. Isso já é lei. Isso não há discussão. Então, outra coisa é nosso público prioritário. Eles estão dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos? Eles estão no PAIF, eles estão no PAEFI. Eles estão no socioeducativo. Eles estão em cumprimento de medidas socioeducativas. São o nosso público. Então, deve estar. Minha proposta é o seguinte: incluir, como fala a resolução do CNAS... Tá ouvindo, presidente? Minha proposta. Incluir e incluir o parágrafo que fala que as crianças e os adolescentes... Os adolescente, eles devem, necessariamente, estar acompanhado do seu responsável legal. Crianças e adolescentes. No caso, os adolescentes, porque é de 12... É a partir de 12 anos. E da criança, não? Não, é adolescente. É porque aí ta falando de uma pessoa que já pode se pronunciar, né, de ter um entendimento pra isso. A criança, ela pode ser acompanhante do pai, no caso, mas eu acho que é discutível também. Mas do CNAS vem 12. **Marcelo, OAB:** Gente, por favor, façam as falas. Não entramos em debate em cima de outras falas, por favor. Paulo. Paulo Cogemas: **Paulo, Cogemas.** Bom, eu vou fazer coro com os meus colegas que já me antecederam, em cima da Resolução 187. Eu acho que não há o que se discutir nesse princípio. Não tem como esse Conselho cercear a participação de adolescentes na Conferência, nessa condição. Até porque, enquanto gestor, o nosso público-alvo de serviço de convivência, como já foi dito, de medida socioeducativa em meio aberto, especificamente, é adolescente, e eles têm direito de se manifestar e estarem nesses espaços. E acho que é papel nosso garantir que eles possam ocupar também essas vagas de cotas. **Marcelo, OAB:** Muito obrigado, Paulo. Outra inscrição. Bom, é... Eu também quero fazer coro. Quero entender que esta resolução, ela responde... A nossa resolução responde à Resolução 187 do CNAS. Quero também dizer que, quando fizemos a nossa resolução orientativa das conferências, ela foi elaborada antes do CNAS iniciar as suas resoluções de funcionamento. Ou seja, a nossa resolução, ela é antes do dia primeiro de abril, né? Eu não vejo nenhuma dificuldade para que se cumpra o que se está tratando na resolução. Devemos, se for o caso, alterar a resolução pra poder consignar a participação de todos os públicos prioritários. Não vejo que haja qualquer questão jurídica para ser analisada nesta resolução, por entender que ela é, no meu ponto de vista, ela é autoaplicativa. Ela atende aquilo que está sendo apresentado. Ao mesmo tempo que ela fala que nós temos que seguir as diretrizes, o seu artigo final já fala das... Como disse a conselheira

Patricia, né, ele já fala da eventualidade de não haver cumprimento das cotas, a gente tem que justificar formalmente. Então, não é simplesmente uma diretriz pra apontar que se faça algo, mas, sim, pra que a gente cumpra aquilo que está apontado. Mas, a princípio, é isso minha fala.

**Matheus Movimento Lgbtqia+de Cláudio: Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio.**

Fazer coro com as companheiras e companheiros e fazer o registro de que... O óbvio precisa ser dito. O óbvio precisa ser dito, e o significado político da inclusão das pessoas adolescentes nesse espaço faz a gente pensar... E eu trouxe essa reflexão para a sociedade civil, quero trazer essa reflexão para a plenária, de pensar o espaço da Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Ele não é um espaço adequado para as pessoas adolescentes, que são sujeitos e sujeitas dessa política? A gente... Será que a gente está compreendendo isso? Os nossos serviços, eles não olham a idade. Tudo que gira em torno da política não olha a idade. É de quem precisar, e quem precisar pode ser uma criança, pode ser uma pessoa adolescente. E um espaço importantíssimo, de um significado de construção, de avaliação, da política, de avanço, da gente produzir coisas novas, a gente vai restringir a participação de um público? A reflexão que eu trago não é, em nenhum momento, desconsiderando que os desafios são complexos e enormes, principalmente porque um espaço como esse, com a qualidade que ele precisa ter, e principalmente com a quantidade de pessoas e com desafios orçamentários, entre outros que a gente tem, compromete a gente a pensar: “Nossa, é muito difícil.” E realmente tem que ser difícil mesmo, se tratando de SUAS, se tratando de política de Assistência Social. As violações de direitos, elas também não são fáceis e elas não vão escolher a faixa etária que elas vão acometer os sujeitos delas. Então, é muito importante. Acho que... Minas Gerais é referência. Esse CEAS também precisa se colocar como referência de inclusão. Inclusão de um público e de uma reflexão de pensar. A gente não tem que fazer a Conferência... É a 16ª no estado. A gente não faz no mesmo formato que a gente fez a primeira, segunda. A gente está vivendo complexas transformações. Essas transformações, inclusive na linguagem, no formato, precisam compreender a inclusão dessas pessoas, e as dificuldades... Acho que a gente... Nesse levantamento das dificuldades, não só pro público das pessoas adolescentes; todos os públicos, eles vão ter dificuldades, necessidades de adaptação, dentro da Conferência. A gente precisa, na Conferência, de um momento para as pessoas entenderem que o nome social tem que ser respeitado, que os pronomes das pessoas têm que ser respeitados, que toda a questão que envolve uma pessoa que é autodeclarada preta ou parda, uma pessoa negra, isso tem que ser respeitado. A gente precisa sinalizar que nós estamos numa perspectiva de inclusão, de avanço e atenção a essas diversidades, que constantemente estiveram marginalizadas e fora desses espaços, que são decisivos pra gente construir uma política pública adequada e consciente da

realidade e dos desafios que a gente tem. **Marcelo, OAB:** Obrigado. Ludmilla. **Ludmilla Cress:** Ludmilla, Cress. Minha fala vem no sentido de endossar a necessidade de respeitarmos os direitos garantidos, os direitos conquistados, de fazermos valer. Mas, pelas falas dos meus colegas, eu, até o momento, eu percebi, então, que já está estabelecido que esse CEAS, ele vai seguir a resolução, que ele vai seguir os direcionamentos. Então, o que nós temos que definir, na verdade, é como efetivar, com segurança, com garantia de direitos, pra que esse direito seja garantido e que não haja nenhuma violação por trás. Então, eu só queria endossar essa fala e queria trazer uma reflexão aí pra Mesa Diretora a respeito da importância dos debates, né? A organização, ela é fundamental. É importante que nós tenhamos organização nas plenárias, mas, quando a gente entende que um assunto tem que ser trazido para debate na plenária, a gente precisa fomentar, incentivar e propiciar, realmente, esse debate com qualidade. Porque, inclusive, foi uma coisa que nós debatemos nos meses anteriores, que a plenária estava encerrando cedo. Por quê? Porque os debates... Não estava tendo debates suficientes. Então, assim, se a gente traz pra debater, é pra debater, né? Com todas as inscrições, com todo o tempo, com todos os argumentos, pra que a gente possa sair daqui convictos e seguros de que todos os atores foram envolvidos, de que todos os pontos foram efetivamente discutidos, antes de qualquer decisão. Então, só essa reflexão, realmente, pro grupo, pra gente aprimorar e aprofundar nos nossos debates, não deixá-los rasos. Obrigada. **Marcelo, OAB:** Sim, eu quero agradecer, viu, Ludmilla, sua fala. Penso que essa Mesa Diretora, ela busca atender desta forma, como você está pautando. E nós não esqueceremos disso. **Jennifer Psind:** **Jennifer, Psind.** Gente, assim, são duas coisas. Uma das coisas é exatamente fazer coro com o que a Ludmilla, a nossa companheira, acabou de falar. Eu sinto... Eu tenho sentido, nas plenárias, que tem tido um... Um incentivo a correr muito com os debates, algumas falas, assim: “Ah, não pode falar de novo.” Eu entendo, a gente passar aqui duas horas, né, falando sobre isso, vai chegar um momento que a gente vai... Ou uma hora, por exemplo, falando sobre isso, vai chegar um momento que a gente vai ter que encerrar as inscrições, né? Mas, às vezes, eu sinto que está tendo uma sensação, assim, de que... Não é... A gente tem que... “Vamos partir logo pra votação.” Eu não sei, né? Eu acho que... Eu estava sentindo isso, mas a Ludmilla expressou que ela tá lá, nem tá aqui na Mesa. Então eu acho que a gente realmente tem que ter esse momento, sim, de debate. E às vezes vai... Vai... As pessoas vão falar duas, três vezes, e tá ok, se a gente tiver dentro do nosso tempo. Se a gente tiver dentro do nosso tempo de fazer as reflexões, tá tudo ok. O segundo ponto é que eu acho que a gente precisa reconhecer que a primeira resolução que nós fizemos e nós aprovamos, ela estava equivocada. Ela não só... Não foi uma coisa assim... A gente deixou de pensar num público prioritário nosso. Então, para as próximas,

nós devemos pensar em incluir todos os nossos públicos, e não só seguir a resolução que venha do CNAS. Eu não tô falando isso pra nos culpabilizar, pra falar assim: “Ah, a gente...” Nos colocar como... Não tô colocando como carrasco, não. Mas é uma reflexão, né? A gente... Nós, que estamos aqui, na defesa dos direitos das nossas crianças, do adolescente, das pessoas, dos nossos usuários, a gente tinha que ter feito essa reflexão, e nós deixamos passar, e tá tudo bem. A partir de agora, a gente tem que levar isso em consideração e considerar para as próximas, né? Os próximos encontros, próximas conferências, as próximas ações que a gente fizer. É só essa reflexão, essa chamada de atenção aí pra nós mesmos. **Marcelo, OAB:** Eu quero agradecer a fala da Ludmilla... Da Jennifer. Mas, novamente, falando em cima, também, da fala da Ludmilla, eu penso que a Mesa Diretora, em momento algum, está tolhendo a participação dos conselheiros. Em momento algum, nós estamos deixando de atender os conselheiros nesse sentido. E quero reforçar: todas as falas que os conselheiros quiserem manifestar, todos os momentos que os conselheiros quiserem dizer algo, essa Mesa Diretora está dizendo que está aberta a todos os conselheiros. Muito obrigado. **Simone CFR:** Simone, Coletivo Flores de Resistência. Só... Eu acho que a Ludmilla... Não é, Ludmilla? Eu vou fazer... Referenciar você. Quando você pediu a fala e eu perguntei ao Marcelo, não foi pra tolher a sua fala, não. É porque a gente tinha feito um combinado de tirar o Elder, pôr o Elder por último, e ele escutar todo mundo, e depois... Aí eu acho que você ficou incomodada nesse sentido. Eu não estou aqui, em momento nenhum, pra desconstruir fala de ninguém, tá bom? **Marcelo, OAB:** Próxima inscrição. **Simone CFR:** Agora é a Márcia. **Marcelo, OAB:** Márcia. **Márcia, Fórum Municipal dos Usuários e Usuárias do SUAS:** Eu gostaria de cumprimentar a todos. Bom dia! Parabenizar o presidente, pelo espírito democrático, conciliador. Eu acho muito importante você nesse lugar, tratar dessa forma. Eu queria trazer uma reflexão... Apesar de que todos já me contemplaram, mas é sobre essa coisa da não inclusão do adolescente. Porque eu entendo que os espaços estão cada vez mais esvaziados de jovens, né? E as conferências, elas são os espaços de formação de cidadania, de... Que o cidadão começa a interagir com os direitos, defesa, garantias de direitos, cidadania, de uma forma mais completa. Eu acho que... A formação política da pessoa. E eu acho importante que esse espaço aqui faça essa promoção. Nós, lá no Conselho Municipal da Assistência Social, hoje a gente está promovendo, inclusive, essa cota. A gente está no caminho contrário do CEAS, né, promovendo a cota do adolescente, dos idosos. Eu acho que cada vez mais a inclusão... A gente trabalhar na linha contrária, eu acho que a gente causa mais ainda o esvaziamento, principalmente desse jovem, que é cada vez menos presente nos espaços. É isso. Obrigada, viu, gente? **Marcelo, OAB:** Obrigada, Márcia. Conselheiros e conselheiras, eu estou... Diante de... Basicamente, as falas que estão sendo

postas, não estou vendo nenhuma fala dissonante do que está sendo apontado aqui. Portanto, se os conselheiros estiverem de acordo, eu vou encerrar a inscrição no João... No Elder. Teremos ainda a fala da Sandra, Patricia, Luizão, João, e encerro com o Elder. Ok, companheiros? Muito obrigado. **Sandra Sintibref:** Gente, também tô querendo... Um informe, também, que pode dar paz e tranquilidade, que a gente não está indo na contramão. É pedir orientação, chamar o... Qualquer coisa... Provocar, lá, o ou até mesmo o CONANDA, ou até mesmo a frente de Defesa aqui de Minas Gerais, que tem todo o protocolo, toda orientação, que pode até vir neste Conselho, na próxima plenária, pra estar nos ajudando a pensar como que seria isso, essa participação, e dar uma tranquilidade. Primeiro ponto. Segundo ponto: a gente está no caminho, tenho certeza, de amadurecimento, e a gente tem que... Eu penso, no momento, é em trabalhar o máximo possível e ir aliviando as nossas contradições. Eu falo isso na representatividade, quando da questão... E falo com os meus pares. Eles estão aqui, não é porque eu estou no microfone agora, não... É na representação dos espaços, porque fala em representatividade, mas, na hora, né, temos situação... Agora, também, da inclusão, mas, na hora da prática, vão resistir. Então, a gente tentar aliviar isso em nós mesmos, que somos seres de contradição, né, em todos os sentidos aí, na vida pessoal, profissional, mas a gente estuda e... E realmente aprimorar a questão dos espaços democráticos e trazer essa turma jovem, gente, né? Não adianta a gente... Essa diversidade está aí e, se não pôr a cota, não vem, não chega. A verdade é essa. Por isso que tá na cota. Obrigado. **Patricia Feapaes:** Patricia. Patricia, Feapaes. Eu queria só fazer um adendo. Que em nenhum momento... Eu participo do GT da Conferência, né? Em nenhum momento, a gente pensou em não seguir a... “Em nenhum momento eu participo do GT.” Não... A gente pensou em deixar de não contemplar. A gente fez uma discussão, olhou os prós e contras, e achamos melhor trazer aqui. A gente tinha feito uma... a discussão, a resolução, antes da orientação do CEAS, do CNAS. Por isso que a resolução veio dessa forma, tá? Então, em nenhum momento, a gente está indo contra uma decisão, a gente está indo contra a questão da criança e adolescente protagonizar esse espaço, não. **Simone CFR:** Luizão. **Luizão Armi.** Armi Serra dos Aimorés. Acho que é isso mesmo. A gente precisa só encontrar o caminho agora, né? Acho que a discussão é essa mesmo. Não tem pra onde... Pra onde correr. Mas eu queria falar, presidente, o seguinte: eu acho que a forma e a condição que o senhor está conduzindo os trabalhos aqui tem sido muito bacana, tem sido cada vez mais objetivo e é isso que tem que ser. A gente também não tem que ficar num debate cansativo, uma hora, duas horas, só porque a plenária está terminando mais cedo. O que a gente discutiu é incluir discussões novas, incluir pautas novas. Agora, como a Mesa está coordenando o trabalho, eu acho que isso não. Porque, senão, imagina um presidente que só quer ficar ouvindo, não tem

condições de deliberar, não tem condições... Eu digo deliberar no sentido de organizar nossa reunião aqui. Imagina, vamos ficar duas horas, três horas de relógio no mesmo assunto? Eu acho que não. **Simone, CFR:** João. **João Paulo Sedese:** João Paulo, Sedese. Acabou que... Eu estava na lista, mas é um pouco da linha da Sandra. E aí... Mas eu acho importante... Eu pedi a fala pra gente deixar registrado, que também outros colegas já falaram, que ninguém é contra a participação não, né? Acho que o foco da discussão é: como operacionalizar isso e se é possível operacionalizar isso. Eu acho que esse é o ponto de... Acho que de todo mundo que está nessa sala aqui, né? E aí a discussão, pelo menos no GT, foi muito forte nesse sentido. O espaço que a gente quer garantir direito não pode ser um violador de direito. E esse jovem lá pode sofrer N questões. Então, como que a gente garante... Primeiro, a gente tem condição de garantir isso? Esse é o ponto. Eu acho que o ponto da discussão, o centro da discussão, tem que ser esse. Quando a gente pensou, por exemplo, quem que é o responsável... Que a Jennifer trouxe: “Ah, tem que ter um responsável legal.” No CONANDA, a gente tá falando aqui que tem um Conselho específico pra esse público. Na Conferência do CONANDA, o Conselho tinha que se responsabilizar. Nós vamos nos responsabilizar? Vai ter algum conselheiro que vai responsabilizar pela delegação, pelo adolescente que tá lá? Então, acho que o que a gente tem que construir é: é possível a gente garantir essa participação de forma segura, pra Conselho, pro estado, pra nós, conselheiros, pro próprio adolescente e pra criança? Eu acho que essa tem que ser a nossa discussão. A gente precisa amadurecer muito, né? Se a gente, de fato, dá conta disso, né? E, se não dá conta, quando a gente... Se a gente chegar numa conclusão que não dá conta, o vetar seria por isso. Não é vetar a participação desses usuários, desses indivíduos, que é extremamente importante, mas é o como fazer, porque garantir, participar e não dar essa segurança eu acho muito temerário pra nós, enquanto Conselho. **Marcelo, OAB:** Encerrando as inscrições. A fala agora é do Elder, por favor. **Elder Sedese:** Então... Obrigado por todas as contribuições. Inclusive a gente teve 20 inscrições nesse tema. Então acho que deu pra todo mundo discutir e todo mundo teve a chance de falar. Pra fazer a alteração dessa resolução, gente, não é só colocar os adolescentes. Nós temos que colocar os adolescentes; temos que colocar um artigo alterando a Resolução 877, mudando a idade mínima; temos que colocar três artigos falando sobre como vai ser a participação; e, além disso, um anexo do documento que as delegações têm que levar. Considerando isso, que é um trabalho muito longo, e eu não sei se a gente vai conseguir fazer isso aqui agora... Talvez seja até caótico. A minha sugestão é a seguinte: a gente encaminha nessa ideia de incluir os adolescentes, mas eu peço pra que, na próxima reunião do GT da Conferência, eu leve uma proposta nova, que tenha todos esses pontos que eu falei, a gente discute no GT. Nesse meio tempo, a gente entra em contato com o

Conselho, perguntando sobre isso, quais são as orientações, se tem que levar acompanhante, não tem, quem pode acompanhar. Então, a gente não aprova agora esse texto, porque não é só colocar os adolescentes. Leva um texto com tudo isso no GT. No GT, a gente discute. Tendo uma discussão tranquila no GT, eu acho que pode até aprovar *ad referendum*. Porque é só uma resolução sobre cota. Se a discussão for por outro lado, obviamente, não vai ter uma aprovação, porque tem que voltar para plenária. A minha sugestão de encaminhamento é essa. E também reforçando, gente: em nenhum momento, a discussão foi cercear a participação de ninguém, de jeito nenhum. A gente só precisa entender melhor como que essa participação vai ser feita. Participação tem que ser qualificada. **Marcelo, OAB:** Bom, eu agradeço, então, a participação de todos os conselheiros e conselheiras nesse debate rico, não é? E pergunto aos conselheiros se nós vamos... Bom, nós vamos colocar aqui em votação a retirada de pauta desta resolução, para que ela seja encaminhada para o GT discutir e debater sobre o assunto. Favoráveis a esta proposta, levantem o crachá, por favor. Contrários. Abstenção. **Jennifer Psind:** Eu abstenho. **Marcelo, OAB:** Uma abstenção da Jennifer. Obrigado, Jennifer. Próximo ponto... **Elder Sedese:** É da Conferência... **Marcelo, OAB:** Item 5: resolução sobre a organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social. **Elder Sedese:** É isso mesmo. É a resolução... Agora, gente, nós vamos discutir a resolução que organiza a 10ª Conferência Estadual de Assistência Social. Elder, SEDESE. Desculpa, esqueci de falar meu nome. A gente já fez a resolução das municipais, já fez das pré-conferências; agora é da Conferência Estadual. A gente está com muito tempo, no sentido que estamos bem adiantados — ainda bem — sobre essas resoluções. Então, por isso que a gente trouxe ela aqui para a plenária. Essa resolução não foi passada pelo GT. A gente preferiu fazer a discussão aqui diretamente, mas vamos ver quais pontos que aparecem. Vamos começar a leitura, então. Essa é uma resolução muito grande. Então, peço a paciência de todos, porque esse ponto vai durar um pouquinho. “Dispõe sobre a organização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais.” Gente, isso vai definir tudo o que vai ser feito na Estadual. Então é muito importante que todo mundo preste atenção. Pode passar os considerandos. Aquele ponto em vermelho é que, se a gente tiver novas resoluções, que saírem antes da aprovação dessa, a gente acrescenta ali nos nossos considerandos. “Resolve: Art. 1º: Regulamentar e orientar a realização da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais de 2025, a ser realizada do dia 7 ao dia 9 de outubro, em local a ser definido. Parágrafo Único: A data apresentada no *caput* poderá sofrer alterações, por meio de nova resolução CEAS, caso ocorram imprevistos que inviabilizem a realização da conferência na data prevista. Art. 2º...” O art. 2º é a definição dos públicos. Usuário, usuário, entidade, trabalhador, governamental. É o mesmo que está na orientação das

conferências municipais, é o mesmo que está nas pré-conferências. Então vou pedir licença pra não fazer a leitura desse artigo completo. Vou ler só os parágrafos. Pode Passar. “§ 1º: As profissionais e os profissionais com cargo comissionado de direção ou de confiança na gestão do SUAS não podem ser representantes das trabalhadoras e dos trabalhadores, conforme Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015. § 2º: As trabalhadoras e os trabalhadores dos equipamentos da rede socioassistencial ou do órgão gestor da Assistência Social, que não estejam em cargo comissionado de direção ou de confiança na gestão, não podem ser representantes do segmento governamental. § 3º: As vagas destinadas ao segmento de usuários e usuárias não poderão ser ocupadas por trabalhadoras e trabalhadores, representantes de entidades e organizações de Assistência Social e nem por representantes governamentais, exceto em caso de vacâncias previstas nesta resolução. Art. 3º: A 16ª Conferência Estadual de Assistência Social, com o tema “20 Anos do SUAS — Construção, Proteção Social e Resistência”, e o lema “Construindo com união, protegendo com ação e resistindo com determinação”, terá por objetivos...” Pode descer. “1) Discutir e votar deliberações para o aperfeiçoamento da política de Assistência Social no estado de Minas Gerais, conforme eixos temáticos do Processo Conferencial de 2025; 2) Discutir e formular propostas de deliberação para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social no Brasil, a serem enviadas para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social; 3) Eleger delegadas e delegados para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social; e 4) Eleger conselheiras e conselheiros, representantes dos segmentos da sociedade civil e dos Conselhos Municipais de Assistência Social, para compor o CEAS MG. Art. 4º: O Regimento Interno da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social será submetido previamente à consulta pública e aprovado previamente pelos CEAS MG.” Um ponto sobre isso: na Conferência Nacional de 2023, eles fizeram exatamente isso. Colocaram o Regimento Interno para consulta pública, e ele foi aprovado antes da Conferência. Então a gente está seguindo exatamente o que o CNAS já fez. Não é uma novidade... Não é uma invenção do estado de Minas Gerais. E acho que é muito importante, após a consulta pública, a gente colocar no site um relatório, falando de quais foram as contribuições, o que que foi acatado, o que que não foi, e os motivos, basicamente. “Parágrafo Único: A minuta do Regimento Interno a ser submetido à consulta pública consta no Anexo Único desta Resolução. Art. 5º: A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, SEDESE, fornecerá café da manhã, almoço, café da tarde e jantar para todas as delegadas e delegados da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social. Art. 6º: As despesas com hospedagem das delegadas e delegados da 16ª Conferência Estadual de Assistência Social serão de responsabilidade da SEDESE. Art. 7º: O transporte de ida e de retorno de todas as

delegadas e delegados da 16ª Conferência... Até o local da 16ª Conferência, são de responsabilidade da gestão municipal que realizou a Conferência Municipal de Assistência Social, onde o delegado ou a delegada foi eleito. Art. 8º: Será garantido o intérprete de LIBRAS e condições de acessibilidade adequada para a participação qualificada de todas as delegadas e delegados na 16ª Conferência. Art. 9º: A programação da 16ª Conferência será a seguinte.” Então eu peço a atenção de todos nesse ponto, que é a programação, que é o que de fato vai acontecer. “Dia 1, 7 de outubro de 2025, terça-feira, 9 às 18, credenciamento.” Ou seja, o credenciamento vai ser o dia inteiro, porque tem gente que chega mais tarde e tem que ser credenciado. “09h30 às 12 horas, reuniões simultâneas de: Fórum de Usuárias e Usuários...” Pode passar. “Fórum de Trabalhadoras e Trabalhadores; Fórum de Organizações da Assistência Social; Fórum União Estadual de Conselhos Municipais de Assistência Social e URCMAS; Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social, COGEMAS.” Os fóruns, gente, eles são de responsabilidade de cada um dos... Cada uma das representações. Então, o Fórum dos Trabalhadores lá vai ser organizado pelos trabalhadores, com o apoio do FET; o de usuárias e usuários, com os usuários e usuárias; e assim por diante. Então, tem fórum pra todo mundo. Tem fórum pra governo, tem fórum pra sociedade civil... Tem fórum pra... Todo mundo que quiser ir num fórum, vai ter um fórum pra ir. Pode ficar tranquilo. “12h-14h: Almoço; 14h-15h30: Composição da Mesa de abertura; 15h30-16h: Leitura do Regimento Interno; 16h-16h30: Coffee break; 16h30-17h30: Palestra Magna: ‘20 Anos do SUAS: Construção, Proteção Social e Resistência — Análise das Conquistas e Desafios do SUAS, a partir dos eixos conferenciais.’; 17h30-18h30: Debate; 19h-22h: Jantar e apresentação cultural. Primeiro dia a programação começa às 9h30, com os fóruns, e termina às 22, com uma grande festa. Dia 2, 8 de outubro de 2025, quarta-feira. 9h-9h30: Palestras simultâneas sobre a elaboração de deliberações de conferência, a partir de cada um dos cinco eixos conferências; divisão das delegadas e delegados em cinco salas, sendo uma por eixo conferencial. Eixo 1: Universalização do SUAS — Acesso integral com equidade e respeito às diversidades; Eixo 2: Universalização do SUAS — Acesso integral...” Desculpa. “Aperfeiçoamento contínuo do SUAS — Inovação, gestão descentralizada e valorização. Eixo 3: Integração de benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecendo a proteção social. Eixo 4: Gestão democrática, informação e comunicação transparente, fortalecendo a participação no SUAS; Eixo 5: Sustentabilidade financeira e equidade no cofinanciamento do SUAS. 09h30-12h: Oficinas temáticas simultâneas para discussão, ajustes e alterações das propostas de deliberação para o estado de Minas Gerais e para o Brasil, elaboradas durante a Conferência Municipal de Assistência Social.” O segundo dia é o dia inteiro discutindo propostas de deliberação e

escolhendo quais que vão para a plenária final, basicamente. “12h-13h30: Almoço; 13h30-16h: Seleção de propostas de deliberação para o estado de Minas Gerais e para o Brasil, a serem apresentadas para votação na plenária final.” Esse tempo foi até aumentado em relação à última Conferência, porque teve uma sala que não conseguiu cumprir o tempo. Então a gente aumentou o tempo de debate para que todo mundo consiga concluir na hora certa. E isso acabou atrapalhando a eleição pra Conferência Nacional. As pessoas ficaram cansadas. Então fizemos esse acerto. “16h-16h30: Coffee break; 16h30-19h: Eleição de delegadas e delegados municipais para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social; 19h-22h: Jantar.” Dia 3, último dia, 9 de outubro, quinta-feira: “8h-8h30: Apresentação dos candidatos ao processo eleitoral para o mandato do CEAS MG, mandato 2025-2027. Apresentações simultâneas nas salas de votação das seguintes candidaturas: usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores, representantes...” Pode descer. “Representantes de entidades e organizações da sociedade civil, representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social, da sociedade civil e do governo.” Então, de 8 a 8 e meia, em cada sala de votação, os candidatos vão, se apresentam, depois a gente tem eleição. “8h30-11h: Eleição para a composição do CEAS MG, mandato 2025...” Oi? Pode falar. Microfone? **Ester, Sedese:** Ester, SEDESE. Esse início aí, às 8 horas... Não pode ser 9, não? **Elder, Sedese:** Não pode ser por causa do tempo. No terceiro dia, geralmente, as pessoas têm que sair do quarto, já, até meio-dia. Então a programação, ela é menorzinha, pra dar tempo das pessoas irem embora. E é só uma apresentação, gente, 8 à 8 meia, o candidato: “Eu sou o fulano, eu represento a instituição tal. Gostaria de compor o CEAS por causa disso, disso e disso.” A eleição fica de 8 e meia até 11 horas. “08h30-11h: Eleição pra composição do CEAS, pra cada um dos cinco segmentos.” Não vou ler de novo. As eleições... A Secretaria Executiva já entrou em contato com o Tribunal Regional Eleitoral, para pedir urnas eletrônicas pra votação. É, olha, muito chique! Porque a votação em urna eletrônica é muito mais rápida. Isac. **Isac, Ccqamrd:** É até nesse sentido. Porque, assim, a votação, se ela for em urna eletrônica, ela não leva esse tempo todo. A votação normalmente é rapidinha, assim. É o tempo pra que os candidatos... Acho que devemos ter um tempo maior pra aguardar os candidatos chegar, faz a apresentação, a conferência das urnas, e a votação em si não dura cinco minutos, não. É bem rápido, não dá pra... Não é igual quando é votação em cédula, que as pessoas ficam entrando e indo pra votar. Então, eu acho que é o tempo de... Podemos, se for o caso, fazer a alteração disso depois, assim que tiver a confirmação das urnas eletrônicas, porque, com a urna, é muito rápida a votação. **Elder, Sedese:** Tá. Elder, SEDESE. O segmento governamental, ele é muito, muito, muito grande. Por isso que a gente coloca um tempo maior. Ano passado... Da outra vez, quase não deu, mas realmente era votação de papel. Mas acho que

a sugestão é válida. A gente deixa assim, mas, se a gente conseguir as urnas eletrônicas... Ou então já muda 8 às 9 a apresentação dos candidatos, e de 9 às 11, eleição. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Eu gostaria de sugerir que a resolução seja nesses moldes, e lá no dia da Conferência, caso a gente entenda que a gente consiga agilizar, a gente muda o horário. **Elder, Sedese:** Todos de acordo? Ok. Pode passar. “11h-12h30: Apresentação e votação das propostas de deliberação da Conferência... de Conferência por Eixo para o estado de Minas Gerais e para o Brasil. Votação em referendo de moções.” Essa votação é muito rápida, porque não tem rediscussão das propostas. Cada eixo leva um número de propostas e tem que ser escolhidas três. São as três mais votadas. Na nossa última Conferência, isso correu superbem. Não tivemos problemas. “12h30-13h: Apresentação da delegação de delegados para a 14ª Conferência Nacional; apresentação dos conselheiros e conselheiras do CEAS, eleitos nos mandatos de 25 a 27; encerramento. 13h-15h: Almoço. Capítulo 2: Dos Participantes e do Credenciamento. Participação da 16ª...” Alguma dúvida ou podemos continuar? Pode? Ok. “Participação da 16ª Conferência, com direito à voz e voto, um total de 1008 delegados e delegadas, conforme o disposto no § 3º, do art. 11º, da Resolução CEAS nº. 882/2025.” Esse art. 11º, dada a nossa discussão, eu vou pedir até pra que ele seja suprimido, a gente não falar de idade nessa, porque, se a gente alterar das pré-conferências, a idade já vai estar na das pré. Então pode marcar de vermelhinho. Ah, mas aí não precisa renumerar agora, não, porque vai dar muito trabalho. Só marca de vermelho, por favor. E aí, como a idade já vai estar prevista na das pré-conferências... Mariana, SEDESE. Mariana Sedese: **Mariana, Sedese** É só uma questão ali de almoço do último dia, porque, como a gente está pensando aí na contratação da empresa... Volta... Sobe, fazendo o favor, lá, gente, pra eu conferir os horários. É porque... Tá... Só questão mesmo pra verificar com vocês o seguinte: na licitação, na contratação da empresa, a gente prevê almoço a partir de meio dia, e, no último dia, principalmente, tem muita gente que precisa começar a sair a partir de meio-dia, por causa de transporte, porque mora longe, enfim... Pergunto: podemos colocar, mesmo com a... Tendo uma programação até as 13, pode colocar o almoço a partir das 12? É problema pra vocês? Porque, pra quem precisar... Porque, senão, a gente só vai poder falar com a empresa pra servir almoço depois que der as 13 horas... A gente colocar o almoço a partir de meio-dia. É só isso que eu estou pedindo. Doze horas. **Simone CFR:** Não pode ser 11, não? **Mariana Sedese:** É, 11 eu já acho mais complicado. Mas eu acho que meio-dia... Todos os dias, o almoço está de meio-dia às 14. Só colocar de meio-dia às 15h, no caso. É porque... É só isso, só 12 horas. **Marcelo, OAB:** Marcelo, OAB. Eu acho bem prudente que se faça isso e penso que nós podemos ampliar, então, o almoço de meio-dia às 15, considerando que a gente pode terminar às 13, ok, companheiros? Beleza. **Elder Sedese:** Altera o último almoço. Não

precisa mexer nos demais. Estão certos, 12 às 15. **Mariana Sedese:** Só 12. **Elder Sedese:** Isso, 12 às 15. Pode ir. A idade a gente já falou. “Art. 12º: São convidados e convidadas da 16ª Conferência com direito à voz: secretários de Estado do Governo do Estado de Minas Gerais e seus representantes, parlamentares municipais, estaduais e nacionais, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, conselheiros representantes do Conselho Nacional de Assistência Social. Art. 13º: A 16ª Conferência Estadual contará com uma equipe de apoio, com a função de auxiliar na organização e orientações aos participantes, compostas por: 1) Servidoras e servidores da SEDESE...”. Pode ir. “2) Servidoras...” Pode falar. Jennifer Psind: **Jennifer, PSIND.** Elder, assim, só pensando alto, tá? Colocando aqui pra refletirmos mesmo. Será que o Ministério do Trabalho também não? A gente fala tanto sobre a precarização, e assim... Há tanto desconhecimento sobre a Assistência Social, sobre a nossa política, sobre a execução... Sabe? A gente colocar o Ministério do Trabalho eu acho que é importante também. **Elder Sedese:** Então volta lá no dos convidados. Põe um inciso 6. Desculpa, 5. “Representantes do Ministério do Trabalho.” Aí, lembrando, gente, a gente convida, né? A gente não sabe se eles vão vir. **Mariana Sedese: Mariana, Sedese.** Dúvida: é Ministério do Trabalho ou Ministério Público do Trabalho? Que Ministério do Trabalho é do Poder Executivo Federal. É dúvida. **Patricia Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Eu sei que, no processo de eleição, a gente tem que chamar a Promotora, o Ministério Público, pra participar. Então, não colocaria aí também não? Porque ela... A promotora, acho que é Ana Paula, ela sempre participa, não é? **Simone CFR:** Não, mas tá lá, ó: “Ministério Público e Defensoria Pública.” **Patricia Feapaes:** Ah, tá? **Elder Sedese:** Resolveu aí? **Jennifer Psind:** Então, nós temos... Jennifer, PSIND. Então, a gente tem aqui em Minas, eu acho que é... Assim, aqui em Minas, né, pensando em estratégia, também, pra poder apresentar pra essas pessoas, nós temos o Ministério do Trabalho e Emprego, né, que é uma importante instância que a gente pode estar fazendo essa... Eu acho que apresentação mesmo, sabe, muitas vezes, da nossa política, gente. Mas eu acho que é pra isso, assim. É... **Simone CFR:** É do Trabalho e Emprego? **Jennifer Psind:** Ministério do Trabalho e Emprego. **Elder Sedese:** Ministério do Trabalho e Emprego. **Jennifer Psind:** De Minas Gerais. **Elder Sedese:** De Minas Gerais. **Jennifer Psind:** É, é que é Minas Gerais. **Elder Sedese:** É Ministério Regional? **Marcelo, OAB** Gente... Marcelo, OAB. Vamos verificar a terminologia correta, e, se tiver, se for dessa forma, tá ok. Vamos continuar, então. Os termos que estiverem aí equivocados, a gente conserta. “Representantes do Ministério do Trabalho e Emprego em Minas Gerais.” **Elder Sedese:** Pode continuar. Esse eu já tinha lido. “14: O credenciamento das pessoas participantes da 16ª Conferência será realizado no dia 7 de outubro, das 9 às 18 horas. O CEAS enviará...” Aí a gente tem que pensar nessa data agora. “Até x de

setembro e-mail para todas as delegadas e delegados titulares, eleitos nas pré-conferências regionais, com orientações para a confirmação de presença na 16ª Conferência Estadual de Assistência Social.” Vamos pensar numa data agora. **Patricia Feapaes: Patricia, Feapaes.** Eu falei fora do microfone, vou colocar aqui agora. Eu acho que a gente tem que se basear na última... A data da última pré-conferência, né, que o Elder falou que acho que é dia 4. Dar um tempo posterior, que eu acho que uma semana, igual a gente fez, né, ou os dez dias, pra que a gente possa fazer esse trabalho. **Elder Sedese:** Então, sugiro que seja 15 de setembro, que 14 de setembro é uma... É um domingo. Quinze de setembro. Então, é isso, terminou as pré-conferências, a Secretaria Executiva tem até o dia 15 de setembro pra mandar um e-mail pra todos os delegados e delegadas eleitos. Quinze é segunda. Pra dar aos delegados... Todos... Um e-mail com as orientações pra eles confirmarem presença. É disso que a gente está falando. E esse prazo é bom, porque aí sobra tempo pra chamar os suplentes, né? Quando viu que não foram... Gente que não confirmou, já chama o suplente na semana seguinte. **Patricia Feapaes:** Eu colocaria até dia 16. **Elder Sedese:** Dezesesseis? **Patricia Feapaes:** Que tá muito próximo à própria Conferência. **Elder Sedese:** É, a Conferência é dia 7 de outubro. Por isso que a gente também não pode jogar muito pra frente, porque aí a gente não consegue chamar os suplentes. Ok? “A confirmação de presença deverá ser feita até...” Então, 15 de setembro... Eles... Até 15 de setembro o e-mail. Confirma a presença até que dia? Dia 22? Uma semana? Vinte e dois de setembro. A Mariana tá sugerindo 19 de setembro, porque 22 tá muito em cima. Mariana **Sedese:** Então... **Mariana, Sedese.** Qual que é o nosso problema prático, Secretaria Executiva... A Poli estava aqui da outra vez, vai lembrar. Primeiro, as pessoas já sabem da Regional, sabendo o dia da Estadual. Quando elas se candidatam, elas têm já que se manifestar a disponibilidade, se organizar. Quando elas não confirmam, é que dá problema pra gente, porque é aquela correria pra chamar suplente, e a gente tem até em cima da hora... Até no dia lá, tinha gente aparecendo, falando que desistiu, que veio outro, que veio outro. Então, assim, eu acho que a confirmação deveria ser até o dia 19... Ou seja, ele tem de segunda à sexta pra confirmar o que ele já falou lá atrás. E aí, no dia 22, a Secretaria Executiva já tem que estar com a lista de suplentes, porque é nessa... Essa parte que é a que dá mais trabalho pra Secretaria Executiva, tá? **Elder Sedese::** Então, eu sugiro mudar o de cima pra 12... Era isso, Patricia? A Patricia deu a sugestão, na verdade, de mudar o de cima pra 12 e o de baixo pra 19. **Marcelo OAB:** Ótimo. **Elder Sedese:** Ótimo. “Caso a delegada ou delegado não confirme sua presença na Conferência, na data estabelecida no § 2º, o CEAS convocará suplente, eleito na pré-conferência regional, para preenchimento da vaga de delegado ou delegada remanescente. § 4º: As delegadas e delegados suplentes serão convocados para participar da 16ª Conferência e

poderão ser credenciados apenas na ausência do delegado titular. Capítulo 3º: Da Plenária de Abertura. A plenária de abertura tem como objetivo: 1) Dar boas-vindas aos participantes da 16ª Conferência; 2) Realizar a leitura do Regimento Interno; 3) Realizar a Palestra Magna; 4...” Quatro não tem, desculpa. “Art. 16º: A Mesa de Trabalho da plenária de abertura será coordenada pela Mesa Diretora do CEAS ou quem a Mesa delegar. Capítulo 4: Da Reunião dos Fóruns e Oficinas Temáticas. Art. 17º: As reuniões dos fóruns de usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras, em...” Coloca a palavra só antes de organizações de Assistência Social: “entidades e organizações de Assistência Social”, por favor. “Entidades”. Aí o “organizações” deixa. “URCMAS e do Colegiado dos Gestores Municipais, COGEMAS, serão conduzidas por conselheiro do CEAS, preferencialmente do respectivo segmento a que pertence o fórum. Parágrafo Único: A delegada ou delegado deverá participar da reunião relativa ao fórum do seu respectivo segmento de representação... Segmento/representação. Art. 18º: As oficinas temáticas terão como objetivo realizar palestras sobre a situação, apresentar, discutir, ajustar, alterar e selecionar propostas de deliberação para cada um dos cinco eixos temáticos do processo conferencial de 2025, a saber...” São os mesmos eixos que eu já li em cima; então não vou ler de novo, tá? Pode passar. “§ 1º: As oficinas temáticas acontecerão simultaneamente.” Então, no segundo dia, todo mundo se divide em cinco grupos, e as oficinas acontecem de maneira simultânea. Então, todo mundo tem que escolher um grupo pra participar, caso alguém não tenha participado de conferência ainda. “§ 2º: As propostas de deliberação para a Política de Assistência Social no estado de Minas Gerais e no Brasil, elaboradas nas conferências municipais, serão sintetizadas no relatório consolidado das conferências municipais e divididas entre os cinco eixos mencionados no caput deste artigo. § 3º: As delegadas e delegados da 16ª Conferência deverão ser divididos por eixo, de maneira aleatória, respeitando, se possível, a paridade entre as representações governamentais e da sociedade civil. § 4º: Será realizada uma palestra de 30 minutos sobre o eixo temático e, em seguida, serão lidas as propostas de deliberação para o Eixo, extraídas do Relatório Consolidado das Conferências Municipais. § 5º: Após a leitura das propostas, será concedido tempo para que as delegadas e delegados possam sugerir alterações, supressões ou aglutinações nos textos apresentados. § 6: Considerando que as propostas apresentadas são o resumo daquelas elaboradas e aprovadas por delegadas e delegados, nas conferências municipais, não será permitida a criação de novas propostas. § 7º: Findado o período de alteração, as delegadas e delegados da Oficina devem votar sobre a alteração da proposta ou sua manutenção, conforme apresentado inicialmente, sendo aprovada a opção que tiver a maioria simples dos votos. § 8º: Terminado o período de votação, mencionado no § 7º, as delegadas e delegados deverão eleger nove propostas de deliberação por eixo

temático para o estado e 6 propostas de deliberação para o Brasil, para serem apresentadas e votadas na plenária final.” Então, fica o dia inteiro na oficina temática, e aí, depois que a oficina temática termina, são escolhidas nove... Só terminar esse ponto. São escolhidas nove deliberações pra cada eixo, que é pra, na plenária, serem... Se transformarem em três, e seis pro governo federal, pra se transformarem em duas. Então, é sempre três pra um. **Jennifer Psind:** Jennifer, PSIND. Eu não queria ser a pessoa a problematizar de novo, mas volta lá no § 4º. Acho que é 4º. **Elder Sedese::** É da criação de novas propostas? **Jennifer Psind:** Não. É... O § 3º: “Respeitando, se possível.” Acho que a gente tem que tirar o “se possível”, porque isso dá margem pra abertura de a gente não fazer uma incidência de que se respeite a paridade. Então, a gente tira o “se possível” e só... A gente só não coloca a paridade, né, se não for uma coisa extraordinária. Então, tira o “se possível”. É minha sugestão. **Elder Sedese:** Ok. Acho que não tem... Não tem problema. Todos de acordo, gente? Ok, então, “respeitando a paridade”. Capítulo 5... São 11h55. Vocês querem parar pra gente almoçar e voltar às 13? É porque esse capítulo aí é grande. Esse é bem grande. **Elder Sedese:** O presidente pediu pra ir até meio-dia, então vamos até meio-dia. “Capítulo 5: Da Eleição de Delegados e Delegadas Municipais para a 14ª Conferência Nacional.” Essa não é a eleição que a gente falou da resolução anterior; é eleição dos delegados municipais. “A distribuição de vagas de delegados e delegadas municipais se dará da seguinte forma: 93 vagas pelo segmento governamental, 93 vagas para a sociedade civil, sendo 31 vagas para usuárias e usuários, 31 vagas para trabalhadoras e trabalhadores, 31 vagas para entidades.” Coloca só, por favor, “entidades e organizações de Assistência Social”, que é o nome correto. É no C. “Segmento entidades e organizações de Assistência Social.” Não, não, é depois de “entidades”. Muito obrigado. “§ 1º: Fica assegurada a reserva de cotas de no mínimo 30% do total das vagas, nas eleições de delegados e delegadas, para a 16ª Conferência Estadual dos Segmentos Governamentais da Sociedade Civil, aplicadas a...” Aí só tem que acrescentar o... “Adolescente de 12 a 17”. Coloca aí, depois renumera. **Patricia Feapaes:** E depois tem que acrescentar os parâmetros, né? **Elder Sedese:** É. Patricia trouxe um ponto importante. Quando a gente tiver esses parâmetros... Por isso que é bom a gente ler, mas não aprovar ela hoje, só porque, quando tiver os parâmetros, a gente tem que colocar aí também. Ou aprova e fica pendente só isso. Os grupos tradicionais... populacionais tradicionais específicos são os mesmos que eu li há pouco tempo, então não vou ler. Pode descer. “§ 2º...” Esse não precisa ler, que a gente já falou disso há pouco tempo. “§ 3º: As cotas devem ser aplicadas a delegadas e delegados, eleitas ou eleitos, no segmento governamental e sociedade civil, respeitando-se na composição total da delegação a paridade e a proporcionalidade. § 4º: A candidata à delegada ou candidato a delegado, no âmbito das cotas,

deve-se inscrever identificando apenas um dos grupos listados no § 1º que pretende representar, sem prejuízo dos registros das demais características pessoais e identitárias na ficha de inscrição de delegados para a 16ª Conferência Estadual. § 5º: A Comissão Organizadora da 16ª Conferência tomará providências necessárias para a adequada destinação das cotas, mencionadas no § 1º.” Só volta, que eu acho que não é § 1º. Só um momento. Pode subir. É o primeiro mesmo? É o primeiro mesmo. Então, tá certo. Por que eu duvidei de mim? “Durante as eleições de delegadas e delegados para a 14ª Conferência Nacional.” Pode ir. “Na hipótese de inexistência de delegadas e delegados suficientes para o preenchimento das cotas, mencionadas no § 1º, as vagas remanescentes poderão ser ocupadas pelas demais delegadas e delegados, desde que respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 20 dessa resolução. § 7º: Em caso de empate no segmento governamental, deve-se priorizar a eleição de delegadas delegados, representantes de municípios que ainda não foram eleitos. § 8º: Persistindo o empate, deve-se priorizar a eleição de candidata ou candidato com maior idade. § 9º: Caso todas as vagas destinadas ao segmento governamental não sejam preenchidas, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por delegados e delegadas da sociedade civil, priorizando os representantes e as representantes de usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores, entidades e organizações de Assistência Social, nesta ordem. § 10º: Serão eleitas ainda um número de pessoas delegados suplentes, na proporção de até 50% do total de vagas de cada segmento, visando suprir uma eventual vacância dos titulares.” Podemos parar agora, então? **Marcelo OAB:** Considerando... Considerando que o vice-presidente já está com fome, né, e cansado... E a gente pautou como meio-dia, então nós vamos retornar às 13 horas, com início no art. 20, né? Muito obrigado a todos. **Marcelo OAB:** Visitantes, técnicos... vamos retornar os trabalhos da parte da tarde. Convido os conselheiros a tomarem assento aqui na mesa, para que possamos iniciar os trabalhos e já... Poliana, coloca pra gente... Nós vamos continuar os trabalhos daquela resolução a partir do art. 20º, quando nós paramos. Elder, podemos continuar, então? Elder Sedese: Podemos. **Elder, Sedese** Vou continuar a leitura, então. “Art. 20º: Caso a pessoa delegada eleita não tenha comprovado participação em 75% das atividades apuradas na Conferência ou se eleger ilegalmente no segmento errado, a Comissão Organizadora poderá indeferir sua eleição e substituir pela pessoa delegada suplente.” Continuando. Para... **Elder Sedese:** Isso... É, isso é pra... Eleição pra Conferência Nacional. Então se um delegado tá no segmento errado, ele pode ter a eleição anulada. “§ 1º: Não será permitida eleição de pessoa delegada fora do horário estabelecido para início da votação, sob pena de ser invalidada a eleição. § 2º: Não será permitido entrar no local de votação pessoas que não pertençam àquele segmento, exceto qualquer integrante da Comissão Organizadora ou da equipe de apoio da Conferência. Capítulo

6: Da Eleição de Conselheiras e Conselheiros para o Mandato 2025-27. Art. 21º: A eleição de conselheiros e conselheiras para mandato 25-27 do CEAS será regulamentada por resolução específica. Capítulo 7: Das Moções. Para a 16ª Conferência, moções são manifestações escritas e elaboradas por delegados e delegadas que buscam apoiar, recomendar ou repudiar ações sobre o Sistema Único de Assistência Social. § 1º: As moções serão lidas na plenária final, deverão ser assinadas por 10% das delegadas ou delegados, presentes na 16ª Conferência Estadual. § 2º: As moções poderão ser de apoio, recomendação ou repúdio. § 3º: As moções serão entregues à Comissão Organizadora da 16ª Conferência até as 10 horas do dia 9 de outubro de 2025.” **Elder Sedese:** “§ 4º: A entrega das moções se dará pela delegada ou pelo delegado à Comissão Organizadora da Conferência, em formulário impresso próprio, a ser fornecido por essa comissão. § 5º: Somente se submeterão à leitura na plenária final as moções que obtiverem o apoio mínimo apontado no § 1º, ou seja, 10% de quem está presente. § 6º: Cada moção será submetida ao referendo da plenária final e não serão aceitas novas moções durante essa plenária. § 7º: Serão encaminhadas as moções referendadas pela maioria simples das delegadas e dos delegados da 16ª Conferência Estadual. § 8º: Só serão aceitas as moções que contribuirão para o aprimoramento do SUAS. Capítulo 8: Da Plenária Final. A plenária final tem por objetivos: 1) Aprovar deliberações para o estado de Minas Gerais, as propostas de deliberação para o Brasil, relativas à Política de Assistência Social, formulada nas oficinas temáticas; 2) Fazer a leitura e referendo das moções; 3) Apresentar delegadas e delegados eleitos para a 14ª Conferência Nacional; 4) Apresentar as conselheiras e conselheiros eleitos para o mandato 25-27. Art. 24º: A mesa de trabalho da plenária final será coordenada pela Mesa Diretora do CEAS ou quem a Mesa delegar. Art. 25º: Conforme o disposto no Informe CNAS nº 5/2023, na plenária final, serão votadas e aprovadas: 1) 15 deliberações para a Política de Assistência Social no estado de Minas Gerais, sendo 3 em cada eixo temático; 2) Dez propostas de deliberação para a Política de Assistência Social no Brasil, a serem enviadas para discussão na 14ª Conferência, sendo duas em cada eixo temático. § 1º: Não será permitida qualquer alteração de proposta de deliberação da plenária final. § 2º: Serão selecionadas as deliberações e propostas de deliberação com o maior número de votos. Art. 26º: O relatório da plenária final, constando as deliberações aprovadas para o estado, as propostas de deliberação a serem enviadas para a 14ª Conferência Nacional e as moções aprovadas, serão encaminhados para: 1) O CEAS, para homologação e ampla divulgação; 2) Para a SEDESE, para nortear a elaboração e revisão do Plano Estadual de Assistência Social e demais instrumentos de planejamento, gestão e ações da Secretaria; 3) Para o CNAS. Capítulo 9: Das Disposições Gerais. Os casos omissos não mencionados nessa resolução serão tratados pela Comissão Organizadora da 15ª

Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Art. 28º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.” Agora vamos à leitura da minuta de Regimento Interno. A minuta de Regimento Interno, ela é muito parecida com a resolução. É, é bem grande... Na verdade, é idêntico, assim. Não tem nada de novo, e ela vai ser colocada em consulta pública. Aí eu sugiro que a gente não faça a leitura aqui, porque vai ser colocada, e, quando a gente for aprovar, a gente faz a leitura completa. O que vocês acham? Mas o texto é... Mas podemos ler. Fica a critério de vocês. **Patricia Feapaes:** Patricia, FEAPAES. A gente só tem que lembrar das alterações que a gente fez no texto anterior, principalmente no que diz respeito às crianças, né? Constar aí. **Elder Sedese:** Elder, SEDESE. Foi... Bem lembrado. A gente ainda tem que colocar os critérios pra recebimento dos adolescentes nessa. Então, eu sugiro só a gente... Fizemos a leitura, já aprovamos essa parte do texto. Quando a gente fizer as diretrizes pros adolescentes, a gente encaixa aí, e depois põe o Regimento Interno pra consulta pública e aprova tudo. Concordam? Então é isso. **Marcelo OAB:** Os conselheiros estão esclarecidos? Marcelo, OAB. Os conselheiros estão esclarecidos? Essa resolução que nós apresentamos aqui, agora, nós podemos deliberar por ela, dizendo que estamos de acordo com a deliberação daquilo que foi dito, colocando uma ressalva de que esses pontos que foram ditos pela Patrícia e pelo Elder, elas serão objeto de discussão no GT e será trazido novamente pra plenária, pra gente deliberar sobre esses pontos que foram alterados. Todos estão cientes? Quanto ao Regimento Interno, também, como disse o Elder, após a consulta que está sendo colocada pra todos analisarem... Assim que tiver, a gente também coloca pra análise nossa aqui. Matheus, por favor. Matheus Movimento Lgbtquia+ de Cláudio: **Matheus, Movimento Lgbtquia+ de Cláudio.** É só pra compreender... Qual instrumento, na perspectiva de organização da Conferência, vai pensar o bom comprometimento das pessoas naquele espaço, com os Direitos Humanos, com a não violência, com a não agressão às pessoas? Em qual documento, em qual instrumento, dentro desse processo organizativo, vai ser expressado isso? Porque podem acontecer casos de agressões, violências, até violências não necessariamente físicas, mas nas outras perspectivas que todo mundo já conhece, e eu fico nessa dúvida de quais instrumentos vão dizer sobre isso. E até não no sentido já de estabelecer punições, mas orientar que é um espaço de garantia de direitos, de preservação do bom debate democrático, pra não acontecerem situações e pra não ser um espaço desconfortável para... Principalmente, voltando na questão das cotas. Para esse público, um público que já é muito marginalizado, muito violado em seus direitos, e a Conferência não ser o espaço que vai aprofundar ainda mais isso. **Elder Sedese:** Elder, SEDESE. Eu sugiro, Matheus... Faz uma proposta de artigo pra gente colocar tanto na resolução quanto no Regimento Interno. O que você acha? Aí você traz pra cá. **Marcelo OAB:**

Sandra. **Sandra Sintibref:** Não, só lembrando... A gente conversou isso uma vez, na última Conferência do CNAS. Não sei se cabe, se aplica. É uma sala de soluções. **Elder Sedese:** Já tem. **Sandra Sintibref:** Já tem, né? **Elder Sedese:** Acho que a dúvida dele nem é essa. Acho que é tipo assim... Flávio CMAS de Ipatinga: **Flávio, CMAS Ipatinga.** Eu sugiro também, Marcelo, colocar lá no grupo, pra gente dar uma olhada antes, e aí pode até colocar uma enquete lá, né? Aprovo, não aprovo. E colocar um limite também de prazo pra não ficar postergando, né? Dá lá 24 horas pra ler e contribuir com alguma coisa, se for o caso. **Marcelo OAB:** Então, a sugestão... A sugestão é de que... É Marcelo, OAB. A sugestão é que a gente não aprove ela aqui hoje. É isso, Flávio? A gente não aprove aquilo que já foi dito. Coloca para que, em cinco dias, por exemplo, os conselheiros façam uma análise mais tranquila e apresentem propostas. É isso? Numa enquete. Eu acho que... Eu penso assim: aquilo que já foi lido, aquilo que já foi discutido aqui, hoje, eu acho que nós temos condições de aprovar, porque foi amplamente debatido. Agora, esses pontos novos que serão colocados, assim que tivermos a reunião do GT e fizermos o estudo e a apresentação da proposta, a gente coloca... Se isso ocorrer antes da plenária, a gente já coloca pra que os conselheiros possam analisar, Tá bom, atende você, Flávio? **Flávio CMAS de Ipatinga:** Isso, é só as alterações mesmo. O que já passou tá ok. Já fica aprovado. **Marcelo OAB:** Ok. Então, os conselheiros favoráveis a tudo que foi apresentado, com a ressalva do que foi dito quanto à análise do GT sobre esses pontos referentes às cotas... Favoráveis, levantem o crachá, por favor. Obrigado. Contrários? Abstenções? Então, aprovado a resolução com essas ressalvas. O próximo ponto... O próximo ponto é a contratação de técnico da Secretaria Executiva. Então, eu vou passar pra informe, até que a secretária chegue, a Mariana, porque eu acho que é importante que ela ouça a nossa... Ouça e, se possível, nos dê a resposta desse ponto. Então, eu vou já iniciar com os informes. Capacitação Encontro dos CEAS com CMAS da Regional de Timóteo. Quem irá manifestar, por favor? **Elder Sedese:** É a Érica **Marcelo OAB:** Érica. Capacitação Encontros CEAS com o CMAS Regional Timóteo. Por favor. **Érica Sedese:** **Érica, Sedese** O encontro foi um encontro muito proveitoso das avaliações que nós tivemos, né? Todas avaliaram muito bem o evento. A gente conseguiu atingir quase 100% dos municípios da regional. Foram poucos municípios que não estiveram presentes. Conseguimos também atingir pessoas que estavam ligadas diretamente aos Conselhos, né, que não eram só da administração, mas pessoas representando os Conselhos, presidentes de Conselho, secretários executivos. Então, assim, foi um evento muito proveitoso. Inclusive eles pediram mais, né? Pediram uma continuidade. Principalmente... Eles têm muita dificuldade com inscrição das instituições nos Conselhos, né? Isso causa muita dúvida. E aí eu só tenho a agradecer a parceria mesmo do CEAS. A regional ficou muito satisfeita, né? Eu,

enquanto diretora regional, né? Os municípios que envolvem a regional. E agradecer também os municípios que estiveram de frente pra elaboração do evento, que foi o município de Ipatinga, com o apoio do Flávio. Coronel Fabriciano e o município de Timóteo, que foram fundamentais pra que a gente conseguisse executar, tendo em vista que foi uma oferta posterior que a gente fez, e, então, a gente não tinha recurso de lanche, né, porque o contrato tinha finalizado, mas a gente conseguiu entregar aí um evento de qualidade pra todo mundo, tanto nas discussões teóricas quanto na oferta de lanche, na estrutura, e kits também que o pessoal levou pra casa, de bolsas, né, de apoio. Então, foi muito bom isso. Aí, se o Flávio e outras pessoas que estavam lá no dia quiserem também contribuir... Flávio CMAS de Ipatinga: É, o evento, ele foi. **Flávio, CMAS Ipatinga.** Foi de grande valia, né? Principalmente, eu tive um posicionamento do CMAS de Ipatinga. Eles gostaram muito também da parte que foi levado sobre a Conferência, né? Deu uma clareada boa. E aí eu deixo a sugestão da gente tentar articular, da forma que nós fizemos na regional de Timóteo, com os conselheiros que estão aqui das demais regionais que ainda não tiveram atendimento, porque era aquele ponto que o Luiz trouxe, né? A gente viu que duas capacitações só, dois encontros só, por ano, é muito pouco pra atingir essas 22 regionais que nós temos em Minas. E a gente tem observado essa carência mesmo. E... Na tentativa de fazer essas capacitações online, não flui, não tem como, até porque a pessoa, ela não se disponibiliza a ficar ali o dia inteiro, na frente de uma tela, participando. E lá a gente tem esse contato direto com os conselheiros municipais, aonde eles conseguem dialogar, onde eles conseguem tirar as dúvidas dele, e não fica engessado. Então, eu acho que aqui vale reavaliar essa questão aí, né? Esse ano eu não digo, porque esse ano nós vamos entrar nas Conferências aí agora, mas já fica essa proposta pro próximo ano. **Érica Sedese:** Érica, SEDESE. Pra completar o que o Flávio disse, em nome das regionais, elas têm muito interesse sobre isso. Inclusive, Montes Claros fez um encontro ontem, se não me engano, pediu apoio também ao CEAS, né? Foi Montes Claros. Montes Claros... Aí juntou Montes Claros, Salinas e as outras regionais ali perto, que eles têm costume de desenvolver. Inclusive, o conselheiro daqui está dando suporte lá, né, que é o Ernane, né? Então, assim, as regionais, elas têm interesse de fazer essa parceria junto com o CEAS, sabe, dentro daquilo que for possível, e eu acho que a gente tem que buscar estratégias, como nós fizemos, de pegar os conselheiros que estão próximos, pra evitar também uma despesa maior, um desgaste maior. Foi, assim, eu acho que uma estratégia muito boa que a gente conseguiu utilizar lá, levando pra Conferência, pra referência... Pra regional de Timóteo. E estender isso aí, né? Dessa forma que foi feita, achei que fluiu bastante. Então, é só acho que articular a Comissão de Apoio, junto com os diretores das regionais, vão ter um fluxo muito grande, sabe? E às vezes não precisa tanto desprender de muitos

conselheiros, sabe? Dois conselheiros, talvez, é o suficiente pra dar conta ali de... De dar esse apoio, juntamente com as regionais. **Marcelo OAB:** Bom, pelas fotos que... Marcelo, OAB. Pelas fotos que a gente verificou, foi um evento bem legal mesmo, né? Eu acho que essa... Acho não; eu tenho certeza que essa fala que o Flávio e Érica dizem vai muito ao encontro do que nós falamos hoje cedo aqui, não é? Da gente sair do nosso espaço aqui e ir a campo e mostrar... E discutir e debater os problemas que hoje estão existentes e estão frágeis na sua prática, né? Então, eu acho que a Comissão de Apoio, ela tem um papel muito, muito relevante neste momento, de construir um plano, pra poder, a partir do ano que vem, o CEAS começar a executar e já colocar em prática para aqueles conselheiros que aqui estiverem. Eu vou retornar à pauta, então, considerando que a secretária Mariana já está presente, e o ponto, ele vai muito pra ela, com todo respeito. O nosso ponto aqui é a contratação de técnico para a Secretaria Executiva. A gente vem tratando disso ao longo desse mandato, e principalmente após aqui... A gente estar à Presidência deste Conselho. E nós tivemos, por coincidência, a saída de conselheiro... de técnicos da Secretaria Executiva. Que a gente está detectando uma fragilidade pra Secretaria Executiva atuar. E é uma preocupação maior ainda, considerando que nós estamos num momento pré-conferências, né, que antecede conferências. E aí a gente está muito preocupado com isso lá na frente, como vai acontecer. E um outro problema que já está acontecendo e a gente vê como um gravame é não termos técnicos pra poder acompanhar e subsidiar as comissões. Então isso é um problema ainda, no nosso ponto de vista, também, muito, muito grande. E aí eu, considerando que a nossa secretária Mariana está presente, gostaria de solicitar dela uma explicação, por favor. **Mariana Sedese:** Mariana, SEDESE. Então, eu não tenho muita explicação pra dar, pelos seguintes motivos. Eu, desde janeiro, fevereiro, quando a Poliana saiu, a nomeação dela foi feita, a gente solicitou a nomeação da Beatriz. Só que todas as nomeações vão pra o nosso RH, que depois manda pra Secretaria de Governo. E eu tenho cobrado reiteradamente... Já cobreí várias vezes e, por causa das trocas de pessoas dentro da Secretaria de Governo, o processo não andou. Então, assim, tô cobrando já com e-mail, com mensagem, com telefonema, e não tô conseguindo um retorno. Então, assim, infelizmente, eu estou realmente sem... Sem resposta pra dar. O que eu posso dizer é que eu tenho cobrado. Então, se o CEAS também quiser oficializar a SEDESE, puder oficializar, pra reforçar nesse sentido, porque é algo que sai da SEDESE mesmo. Não é nem dentro da SEDESE. **Marcelo OAB:** Sim... Mariana... Marcelo, OAB. Mariana, o CEAS, de fato, ele tem... Ele tem cobrado, seja nas plenárias e também mediante ofício. Mas nós vamos reiterar isso. **Mariana Sedese:** Em ofício... Eu já recebi ofício. É porque esse eu só não lembro mesmo. O outro, que foi o da alteração da lei, inclusive eu fiz, remeti pra SEGOV, respondi o Conselho. Esse eu só

não lembro. Mas aí, se já tiver mandado, eu vou aproveitar e usar o pedido do CEAS pra reiterar os pedidos que eu já tenho feito. **Marcelo OAB:** E se você não achar... Se você achar que não é problema, nós também iríamos enviar, também, um ofício à SEGOV, reiterando todos os pedidos que a SEDESE tem feito pra poder fazer essas contratações. Mas aí me vem uma dúvida e uma pergunta. Essas contratações, elas, necessariamente, elas se dão mediante contratação direta do Estado ou ela se dá pela MGS? **Mariana Sedese:** Não. Nesse caso, é pelo Estado, porque é um cargo de recrutamento amplo. Quando é via MGS, é lista de concurso da MGS. Esse caso não é porque era um cargo de... Era um cargo comissionado da Secretaria Executiva mesmo. **Marcelo OAB:** Sim, mas não poderia fazer essas contratações... **Mariana Sedese:** Via MGS? **Marcelo OAB:** Via MGS? **Mariana Sedese:** A gente pode avaliar internamente fazer uma troca, trocar com... Passar o cargo pra equipe e passar um posto de trabalho. Eu posso avaliar isso, sim. A gente não tinha pensado nisso, não, mas eu acho que é possível de a gente avaliar, sim. **Marcelo OAB:** Eu te agradeço, viu, Mariana? Temos uma pergunta aqui. **Rosalice Cmssvp:** Rosa, Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo. Eu queria ver, Marcelo, porque... Pelo o que eu estava anotando aqui, nós... Vocês estão falando de um técnico, né? **Marcelo OAB:** Dois. **Rosalice Cmssvp:** Dois? Porque nós estamos precisando de três, não é isso? Porque são três... São cinco comissões, é só duas comissões que são técnicas. A Poliana está na Comissão de Normas... Porém, ela é secretária executiva. Ela não pode ocupar a função de um... De um técnico. Então, esse ofício nós vamos estar direcionando pra SEDESE, e solicitando a reposição de três técnicos. Ah, então tá. Eu só queria ter essa clareza. **Marcelo OAB:** Inclusive, até pras comissões... **Rosalice Cmssvp:** Ótimo. **Marcelo OAB:** Obrigado, viu, Mariana? Muito obrigado, Mariana. A gente vai formalizar esse ofício, então, o mais rápido possível, tanto pra SEDESE quanto pra SEGOV. E nesse ofício, dando essa possibilidade de fazer a contratação via MGS, dentro da viabilidade, né? Muito obrigado, Mariana. Dando continuidade, então, aos informes... Site do CEAS. **Poliana Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Na verdade, é um retorno, né, que nós, enquanto Secretaria Executiva, vamos dar para o CEAS sobre a questão do acesso ao site, né? A gente fez um... Nós solicitamos à DGTID para que nos enviasse esse relatório analítico por meio do Google, conforme está ali... Eu estou projetando aqui. E o período foi do dia 30 de março até o dia 20 de abril. Foram 15 mil acessos ao site, conforme está ali. Vocês estão conseguindo ver? Vê bem aí? Deixa eu amentar mais. Aqui está o período, 30 de março até o dia... Até o dia 20, 20 de abril, 15 mil acessos. **Elder Sedese:** Uau! **Poliana Secretaria Executiva:** E aí, assim, é importante destacar que, desses 15 mil acessos, houve 20 mil visualizações. Porque a mesma pessoa, ela pode visualizar várias vezes, né? E, assim, as áreas

que mais estão sendo visualizadas aí, que contempla tudo aquilo que a gente tem dito aqui, também, né? A 16ª Conferência Estadual foram 938 visualizações; resoluções, 275; apoio técnico ao CMAS, 61; “Quem é quem?”, 59; modelos, 48; e atas, 34. Então, esse é o relatório, assim, analítico mesmo, sobre como que tá essa visualização, esse acesso ao site. É importante destacar também que nós, enquanto Secretaria Executiva, a gente fomenta isso com os municípios que entram em contato conosco, né, que todas as informações... O site tem contemplado essas informações. Na ausência de algumas, eles solicitam nosso apoio técnico. Então, é uma resposta positiva, né, de um trabalho que vem sendo feito aí pelo Colegiado. É isso.

**Marcelo OAB:** Eu quero cumprimentar a Secretaria Executiva e todos os conselheiros aqui, pelo trabalho que a gente tem feito. Isso aí é uma demonstração de que, de alguma forma, nós estamos chegando, né? Isso aí. Mas, quando chegar no relatório de CGU, eu vou perguntar sobre os pontos, pra ver pra onde que vai, se vai pra esse site. O FEM, recursos do FEM. É o fundo... O Fundo de Erradicação da Miséria.

**Matheus Movimento Lgbtquia+ de Cláudio:** **Matheus, Movimento Lgbtquia+ de Cláudio.** Ocorreu, logo após nossa plenária, na semana seguinte, aconteceu uma Extraordinária do Grupo Coordenador do FEM, onde a gente foi discutir os pedidos de vista, nas apresentações que haviam sido feitas, e também considerando toda uma... Das apresentações, das destinações, de que cada Secretaria vai fazer, do recurso do Fundo. E também foi uma reunião que trouxe boas respostas, uma conquista que a gente teve da sociedade civil unida e organizada, a partir, também, da mobilização que a gente construiu, inclusive, aqui, e o Conselho assinou a nota de repúdio quanto à destinação de cerca de quase 13 milhões para as comunidades terapêuticas. Não só o nosso Conselho — isso cabe o registro aqui —, mas o Conselho Estadual de Saúde também assinou e várias outras frentes e movimentos de atuação. Então, foi um movimento amplo. O governo compreendeu e ele recuou. Ele, agora, ao invés de colocar os recursos para as comunidades terapêuticas do Fundo de Erradicação da Miséria, ele realoca para um outro programa, dentro da política de saúde, que é o Transporta SUAS. Ainda não é o ideal, pensando fins de erradicação de miséria, mas foi uma sinalização importante. Acho que foi... Foi um recuo significativo, e a gente cumprimenta toda a sociedade civil organizada, todos os Conselhos que lá estiveram presentes, todos os movimentos que se juntaram a nós, nessa defesa, e nessa defesa, que continua, permanece irrestrita, no Grupo Coordenador do FEM, que é: o recurso do FEM tem que ser pra erradicar a miséria. Qualquer tipo de desvio, qualquer tipo de manobra, que tenta colocar destinação pra outra perspectiva, que não seja pra isso, nós estaremos atentas e, com certeza, nos mobilizaremos novamente.

**Marcelo OAB:** Vamos aproveitar que você já está aí... Sobre a CIB, por favor. **Matheus Movimento Lgbtquia+ de Cláudio:** Agora, sobre a CIB. No dia 14, nós

tivemos a primeira reunião, nessa retomada das reuniões da CIB presencial. Foi na Cidade Administrativa. Eu não consegui estar presente, mas eu consegui acompanhar a transmissão. Então já cumprimentando toda a equipe da CIB, o COGEMAS também. Esse esforço da transmissão é muito significativo, porque você poder acompanhar no momento e, depois, estar voltando pra... Pra se situar de algum debate, é muito, muito importante, muito relevante, e democratiza ainda mais esse espaço. CIB teve como pauta discutir o Regimento Interno dela. O COGEMAS compreendeu que a alteração do Regimento da CIT, que é a tripartite, foi identificada também a necessidade Vamos mexer no da CIB. Foi um debate muito interessante, muito participativo, muito colaborativo, pra poder construir um Regimento Interno bacana e também considerar algo que o COGEMAS... E até a companheira que está aqui, o outro companheiro não sei se está, e vão poder dizer, que é essa iniciativa de trazer mais representatividade. E essa representatividade ser de todos os territórios do nosso estado. Um ponto que eles colocaram foi sobre a questão das diárias pros membros suplentes, porque já tem um decreto com a diária para os titulares, mas não tem para os suplentes. Foi uma discussão que se aprofundou, e alguns encaminhamentos vão ser dados, pra tentar avaliar e garantir essas representações. Foi interessante que... E é uma reflexão que foi apontada pelo Paulo lá, sobre acordos que não são legitimados por instrumentos. Eu achei relevante levar para a sociedade civil e trazer pra aqui agora, pra gente ter muita atenção na forma como a gente faz as costuras dos processos, pra estabelecer essas costuras de maneiras institucionais, por meio de instrumentos, pra que processos, garantias e acordos, eles não se fragilizam. Porque hoje nós estamos; em outro momento, outros sujeitos estarão. E acaba que, muitas das vezes, esses acordos que não são firmados e sustentados por instrumentos, eles podem se perder, e aí os prejuízos podem acometer. E é interessante, assim... Eu quis trazer muito essa observação. Foi também apontado pelo COGEMAS a sugestão de criação de duas Câmaras Técnicas. E aí, nesse apontamento, fomos pra um debate sobre... É Câmara Técnica, é Grupo de Trabalho? Porque já tem até uma Câmara Técnica instituída, com representações, inclusive, do Conselho. Um apontamento... Até a subsecretária Mariana fez muita defesa disso. Câmara Técnica tem que ter um produto. Ao final dela, ela tem que produzir algum tipo de resultado e apresentar algum tipo de produto. E acaba que, talvez, o Grupo de Trabalho, ele precisa ainda, até mesmo dentro do Regimento Interno, ser compreendido qual que vai ser o caráter dele. Mas aí o COGEMAS fez uma defesa, explicou que as duas propostas — uma é pra discutir orçamento e financiamento do SUAS; e a outra, normas e a Política de Assistência Social — são muito relevantes, enquanto instâncias permanentes, pra trazer o coletivo da CIB pra discutir esses dois pontos e apontar a possibilidade de melhorias, de novidades, em matéria dos programas. Acaba

que eles até exemplificaram um pouco de um processo que nós, da Comissão de Orçamento, fazemos, que temos apresentação... Anterior à apresentação das Comissões Conjuntas para a nossa Comissão das Prestações de Contas. E eu acredito... Acho que... Na minha avaliação, na avaliação que eu acredito que a gente fez ontem, é muito importante, é muito importante que mais sujeitos que estão dentro desse processo do SUAS e da política se apropriem desses debates, se apropriem mais do orçamento, do financiamento, da própria política, pra gente avançar em coisas que a gente conversou aqui, muito, aqui, hoje, que também vão auxiliar o CEAS, vão auxiliar os Conselhos Municipais e as gestões em todos os municípios.

**Marcelo OAB:** Alguém quer manifestar? Não? Sim? Matheus, eu quero cumprimenta-lo, viu, que você, de forma on-line, participando da reunião da CIB, você conseguiu traduzir, de uma forma muito clara pra nós, aquilo que foi debatido e construído lá nesta reunião. Vamos, então, para o próximo. CEIMPA, Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial.

**Patricia Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Eu... Eu, Mayra... Quem participa, né? Eu, Mayra, a Jennifer e a Macielle. A reunião do CEIMPA, a primeira assembleia, ocorreu mês passado, no final do mês passado. Dentro dessa assembleia, dividiu-se os grupos do GT de Trabalho, né? Então, foi dividido entre o Penal, que é da desinstitucionalização, e o Socioeducativo. Eu e a Jennifer representamos o Conselho no Penal. A gente estava trabalhando em cima de um plano de ação da desinstitucionalização das pessoas... Gente, isso aqui tá muito baixo. Das pessoas que estão acauteladas nos hospitais... Judiciário. A discussão é: o CNJ lançou a Resolução 487, fazendo uma nova política antimanicomial, no Poder Judiciário, né? Então, colocou-se um prazo que até ano que vem... Até esse ano, né, junho, todas as pessoas com medidas de internação, elas teriam que ser... Teriam que ser retiradas do hospital psiquiátrico... Hospital de cautela. Então, tem... Tem representações de diversos entes, né? Conselho de Saúde, o CEAS, as Secretarias de Assistência Social, de Saúde, também, do Poder Judiciário, de Defensoria Pública também. Então, tem uma turma grande discutindo. E os fóruns das pessoas de saúde mental, né, e fórum dos usuários de saúde mental. Foi uma discussão não tão simples, porque o Judiciário acha que a grande... Quem tem que assumir tudo isso é a Assistência Social, né? E a discussão que a gente faz é que a Saúde tem uma responsabilidade grande, né? O Serviço de Residência Terapêutica, ele foi criado justamente para essas pessoas, egressos de hospitais. E a gente tá colocando lá que eles teriam que também ser inseridos nos serviços socioassistenciais, PAIF, PAEFI, né, atividades socioeducativas, reintegração no trabalho. Então, a discussão do plano tá nesse sentido, né? Foi já assinado um termo entre a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Saúde e eu acho que a de Segurança, pra que os três entes assumam essas questões. A gente, na representatividade da

Assistência Social, a gente quer garantir que a Saúde assuma aquilo que é dela. Porque a gente sabe que os municípios pequenos têm uma rede muito frágil da saúde mental, que são as RAPS, né? Então, assim, não é simples simplesmente falar que o município vai assumir esse egresso, se ele não tiver o direito e o local de atendimento, né? E que onde essas pessoas vão estar sendo inseridas. Tem algumas prefeituras que já estão sendo sinalizadas em relação aos egressos. Hoje, dos 9700 processos, 1606 são pra internações de pessoas de transtorno mental. Então, o Judiciário, ele tá tentando fazer uma regulamentação para os egressos da desinstitucionalização e pra que outras pessoas não entrem. E também colocou dentro do plano a criança e adolescente que cometam esses atos e que também tenham transtorno mental. Então, está sendo um grupo, apesar de polêmico, muito positivo, um crescimento e amadurecimento, mas eu ainda... Reforcei diversas vezes, a SEDESE também reforçou, em relação ao orçamento, falta de recurso, a questão dos serviços dentro da política socioassistencial, a Política da Assistência Social, a tipificação dos serviços, que a gente não pode simplesmente sair criando serviços. E agora a gente está num momento de construção mesmo das ações específicas, que cada um vai se responsabilizar. **Mayra Apae BH: Mayra, APAE BH.** Só um minutinho. A Patricia resumiu. Então, não tenho muito a acrescentar. Mas só pra... Que a primeira reunião, ela aconteceu... Assembleia Geral, onde foi explicado. Depois, dividiu-se o grupo. Eu sou do Socioeducativo. Aí dividiu-se em três reuniões. Inclusive a última do Socioeducativo é hoje, tá acontecendo hoje, pra finalizar essa parte do plano de ação. E agora, em maio, nós vamos ter a próxima reunião de Assembleia Geral, pra poder ver o fechamento geral. E aí, quando esse plano, ele tiver finalizado, que ele foi amplamente discutido, ele foi e voltou, ele foi pra consulta, a gente foi, contribuiu e... Tanto é que estavam pensando em uma reunião pra cada eixo, né? E aí já desmembrou em três pra cada um. A gente vai trazendo as devolutivas aqui, mas tem sido muito rico. Essa representatividade da Assistência é muito importante, pra exatamente ir colocando aí essa questão das responsabilidades e de ir discutindo de forma geral também. E de dando até visibilidade pro Judiciário sobre a atuação da Assistência. Então, muito importante mesmo. **Marcelo OAB:** Muito obrigado. O próximo ponto é o Relatório CGU. **Elder Sedese:** Elder, SEDESE. No ano passado, a Controladoria-Geral da União fez um trabalho de auditoria operacional, que é uma auditoria que busca verificar se as coisas estão funcionando da maneira que elas têm que buscar corretamente, com vários Conselhos... Acho que todos os Conselhos Estaduais de Assistência Social e o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. Essa semana chegou o relatório com o resultado desse trabalho. Qualquer conselheiro que queira ler o relatório, ele está disponível no site. Podemos mandar no grupo também, pra que todo mundo veja. E aí ele trouxe alguns pontos, mas, assim, não tem nenhuma surpresa. O primeiro ponto

que ele colocou é que o CEAS, ele é um Conselho que tem transparência, porque as resoluções são postadas no site. Nós temos as atas de reunião também postadas no site, mas ele chamou a atenção que as propostas de pauta de reunião não estão sendo postadas no site do CEAS. Que era interessante que se fosse colocado essas propostas de pauta, no entendimento que, se a gente fosse discutir algum assunto que alguém da sociedade quisesse participar, a pessoa poderia vir aqui. O pessoal da Secretaria Executiva já se organizou e já criou uma aba lá no site, escrito “Propostas de Pauta de Reunião”. E aí, a partir de agora, as pautas vão ser postadas também no site do CEAS. Aí, assim a gente atende a deliberação do CGU. A Poli já deu retorno pra CGU sobre isso. Sobre proporcionalidade e paridade, a CGU, ela entendeu que o CEAS é paritário, porque tem a mesma quantidade de governo e sociedade civil. Mas ele chamou a atenção pra não haver proporcionalidade, porque hoje o CEAS tem quadro cadeiras de entidade, duas de trabalhadores, duas de usuário e duas de CMAS. E essas cadeiras de CMAS, elas podem ser trabalhador, usuário ou entidade. Sobre isso a gente já... A gente não, né, porque eu não estava aqui na época, mas o Plenário da época já até fez uma sugestão de alteração da lei do CEAS, pra que sejam quatro cadeiras pra usuário, quatro pro trabalhador, quatro pra entidade e quatro pra CMAS. Então já é algo que está em curso. A respeito de estrutura física do CEAS, o que foi apontada é que as pessoas entrevistadas disseram que o CEAS, ele funcionar numa região central é extremamente positivo, mas que o local que ele está hoje, que é a Casa de Direitos Humanos, que nós estamos, não é bom o suficiente pra atender todas as necessidades do CEAS. A gente tem problemas aqui dos mais diferentes tipos, desde não ter materiais... e mobiliário, esse tipo de coisa, até as condições do prédio. Sobre a equipe de trabalho da Secretaria Executiva, o relatório, ele mostrou que a equipe tem tanto apoio técnico quanto apoio operacional e apoio administrativo. Isso é positivo. Só que também colocaram que os entrevistados chamaram a atenção que deveriam ter mais pessoas na Secretaria Executiva pro trabalho não ficar sobrecarregado pra algumas pessoas. Acho que foram esses os pontos que foi trazido. E, como eu disse, o relatório está à disposição pra todo mundo que quiser ler. **Poliana Secretaria Executiva:** Foi enviado no grupo. **Elder Sedese:** Foi enviado no grupo, segundo a Poli, aqui. **Marcelo OAB:** Bom, gente, então... Marcelo, OAB. Relatório CGU, esclarecido. O próximo é... O retorno sobre a alteração da Lei Estadual 12262. Isso se, Mariana, nós tivermos algum retorno sobre... Novidade sobre essa alteração da lei estadual. Mariana Sedese: **Mariana, Sedese** Então, esse... A gente até respondeu pra Secretaria Executiva, no processo SEI, mandamos pra SEGOV. Estou acompanhando. A SEGOV despachou de novo pro Jurídico da SEGOV, mas não tem previsão. E aí, eu acho o seguinte: considerando que a gente, o CEAS, tem que iniciar o processo de organização da eleição da sociedade civil, eu não acredito que

essa lei vai ser alterada a tempo. Então, a sociedade civil teria que iniciar a organização do processo eleitoral, considerando a lei vigente. Eu não estou vendo outra alternativa. Mas a gente continuar pressionando, pedindo e reiterando, até que o Projeto de Lei chegue na Assembleia.

**Marcelo OAB:** Muito obrigado, Mariana. Mas, de qualquer forma, eu penso, Mariana, que a gente pode, também, o Conselho Estadual... Da mesma forma que nós vamos enviar pra SEGOV uma demanda, a gente também oficie à SEGOV pra discutir sobre essa lei. E, se for o caso e em última hipótese, também, da gente fazer uma visita... Ou se... Pois não, Mariana.

**Mariana Sedese:** Então, é porque eu ia dizer que o CEAS também pode pedir direto pra Assembleia Legislativa. Não vejo problema, porque é uma resolução desse CEAS. Foi uma coisa que a gente até já “consensuou”. A gente poderia informar pra SEGOV que esse CEAS, diante da necessidade de alterar, pode fazer um pedido pra Assembleia Legislativa. Porque eu eu vejo, assim, muito sensível, até considerando o próprio relatório da CGU, a questão de que nós estamos com essa legislação muito defasada. A gente não cumpre a questão da proporcionalidade da sociedade civil. Isso já é uma orientação que a CGU emitiu, salvo engano, em 2017, a primeira? Foi? Enfim, eu acho que já tem um tempo. E acho que é isso. Acho que é pro CEAS avaliar também, que poderia estar encaminhando. **Marcelo OAB** Achei muito interessante, viu, Mariana?

**Mariana Sedese:** Porque eu estou aqui pensando... Isso não é prerrogativa do Executivo, né? Essa alteração da lei, ela não é uma prerrogativa do Executivo, porque ela... Ela pode ser uma prerrogativa do próprio Legislativo, né? **Marcelo OAB** O que...

Nas técnicas legislativas, de processo legislativo, eles poderão entender que poderá haver despesas. Mas eu acho muito interessante a proposta, mesmo que... Pra gente... O CEAS dar esse encaminhamento de enviar pra lá também. Agora, o que não invalida, também, a gente enviar um ofício pra SEGOV, dizendo, inclusive, desse ponto que você coloca, Mariana, a respeito do relatório da CGU que aponta essa irregularidade, né? E aí a gente manda pra SEGOV, e, ao mesmo tempo, neste mesmo ofício, a gente também já informa que vai fazer essas tratativas diretamente com a Assembleia Legislativa, né? Muito obrigado. É... Tem a

Patricia. **Sandra Sintibref:** Não, ia falar isso. A gente agora pode fundamentar... Desculpa, Sandra, SINTIBREF. Qualificar o argumento, que agora tem mais um elemento, que é a CGU, que aponta que a gente tá em falta com a proporção... Um dos itens lá, né, proporcionalidade.

**Patricia Feapaes:** Exatamente. **Marcelo OAB:** Patricia. **Patricia Feapaes:** É o próximo item.

**Marcelo OAB:** O próximo ponto é o contingenciamento de recursos. **Patricia Feapaes:**

Patricia, FEAPAES. **Marcelo OAB:** Pode tirar o microfone. **Patricia Feapaes:** Tô falando muito hoje, né? Só em relação... Eu faço parte da Comissão de Eleição do processo eleitoral, e a gente tinha colocado como ponto de espera até essa data, até pra gente fazer as nossas

resoluções pro processo eleitoral. Acho que tem que caminhar em paralelo, né? E aí a gente vai acabar... Começar estruturando na lei anterior, mas... Na lei vigente, né? Isso. Na lei vigente. E, se tiver alguma outra alteração nesse caminho, a gente faz uma atualização dela, né? A gente não pode esperar mais. A questão... É um informe mesmo, mas eu acho que a gente tem que pensar sobre. O governador Zema deu uma informação, que o governo vai fazer um contingenciamento de 2 bilhões. E que isso que vai impactar todas as Secretarias. Então, ou seja, todas essas Secretarias vão ter que reduzir o seu orçamento pra atender essa demanda, né? E aí eu fico pensando, e acho que a gente tem que pensar também, quais são os impactos disso dentro da área da Assistência Social. Sabe, Mariana? Não? **Mariana Sedese:** Notícia boa a gente tem que dar com festa. Mariana, SEDESE. Aproveitar aqui... Gente, assim... A gente também ficou muito apreensivo, porque a gente sabia que ia ter um contingenciamento, antes de ter. A gente só não sabia quais áreas que seriam afetadas. Mas, graças a Deus, à SEPLAG, à SEDESE, eu acho que ao CEAS... Todo mundo, inclusive, tem esse Conselho fazendo parte do Comitê Gestor do FEM. Não teve contingenciamento no FEAS. Teve na SEDESE, em outras áreas, bastante, mas nós não fomos atingidos, graças a Deus, a nós, a todos. **Patricia Feapaes:** Mariana, uma notícia ótima pra gente. Mas, assim... Vai reduzir profissional? Também não? Ah, não, então ótimo. É porque não... O recurso da Assistência não é só do FEAS, né? Tem um tesouro. **Mariana Sedese:** Eu estou falando do... Mariana, SEDESE. Eu estou me referindo especificamente ao Fundo Estadual de Assistência Social. É o que eu falei, na SEDESE, várias áreas afetadas, principalmente Criança e Adolescente, mas vinculadas à Subsecretaria de Direitos Humanos. Mas os nossos recursos de... Continuados, de piso, de serviços... O que a gente tem no nosso planejamento, que a gente já aprovou aqui, a gente vai conseguir dar sequência ao nosso planejamento, da forma como ele já foi aprovado. **Patricia Feapaes:** Positivo. Agora, a próxima pauta é um informe que eu solicitei também, em relação à resolução do CNAS, que fala das entidades de assessoramento, defesa e garantias de direitos. Acho que mais ou menos... Mais pro início do ano, teve uma consulta pública, do qual a gente chegou a discutir de última hora, aqui nesse pleito, só que agora ela já está em vigor. Isso. Ela está em vigor, e eu acho que, como o CMAS... A Comissão de Apoio aos Conselhos, a gente vem escutando muito a questão, assim, que o CMAS está fraco, não tem condição, precisa de apoio, eu fico muito preocupada com essa nova resolução. E eu acho que tem que sair um encaminhamento do CEAS e um posicionamento do CEAS de como que a gente vai atuar em cima dos Conselhos. Nem que seja de uma forma orientativa, né? Aqui, em Belo Horizonte, o Fórum das Organizações da Sociedade Civil está fazendo uma discussão regionalizada, junto com o CNAS e o pessoal do Ministério, em relação à Diretoria de Renda, pra gente discutir essa

resolução aqui em Belo Horizonte, né? Eu senti falta do Conselho Estadual em relação aos CNASs. Então, como vocês falaram anteriormente que a gente também tem que pautar algumas ações, eu acho que a gente tem que ver o que tá acontecendo e começar a pautar pra gente fazer encaminhamentos. **Sandra Sintibref:** Eu não... Só complementando. **Sandra, Sintibref:** Já está chovendo de questionamento das entidades lá no SINTIBREF, perguntando a nossas regionais... Porque vai ter mudança do relatório, não é? Tem mudança nos relatórios. Como é que faz isso? Inclusive, eu já envolvi o patronal das entidades pra poder assessorar lá. Falei com José Ismar, aquela... Turma do patronal, porque vai ter que dar orientação pras entidades. Todo mundo com muita dúvida né? E eu falei que eu ia buscar mais conhecimento, mas, assim... Vai muito de encontro... É o que ela fala: a gente precisa de nós também nos capacitarmos, inclusive dos detalhes, porque as instituições já estão nos questionando, nos chamando. **Matheus Movimento Lgbtquia+ de Cláudio:** **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio.** Só fazer um retrospecto na memória aqui. A gente já teve um diálogo aqui, inclusive indicações, pra gente trabalhar o Plano de Fortalecimento do Controle Social. E ouvindo vocês, ao longo da plenária, e todas essas discussões, essas sinalizações, essas aflições dos Conselhos Municipais, e pensando, assim, propositivamente, como que a gente consegue capturar tudo isso que a gente está levantando? Que a Comissão de Apoio... Companheiro Luizão fez uma fala acho que muito, muito relevante, pra gente ter uma atenção do formato, da forma, da gente realmente pensa na linguagem. Como a gente vai conseguir, de uma maneira propositiva, que consiga encaminhar, que consiga estabelecer prazo, organização, saber como o CEAS vai ter parâmetro organizativo pra discutir sobre isso... Como... Como seria? Eu pergunto como seria, como... Como até... Está funcionando, se não está funcionando. Apesar que a gente está com a demanda das Conferências. Mas essa questão do fortalecimento do Controle Social, porque, justamente, a gente está aqui nessa plenária, muito envolvido, muito... Afetado por isso, mas acaba que, se a gente não consegue positivamente direcionar pra talvez um instrumento, uma perspectiva que a gente já tem conformada num trabalho, aqui dentro do Conselho, a gente não vai conseguir dar as respostas, e aí depois a gente retorna às mesmas falas, e aí fica um processo que não consegue avançar. **Marcelo OAB:** De fato, Matheus, a gente já falou disso, né? E você traz isso no momento que a gente também está extremamente cheio de demanda, mas extremamente de necessidade, né? Eu, conversando com o Elder aqui, a gente pensava... Isso aí seria uma demanda da Comissão de Política, né? Entretanto, ela já está extremamente demandada de trabalho. E a gente pensou o seguinte: por que nós não fazemos um Grupo de Trabalho pra poder trabalhar sobre esse tema, não é? E aí a gente vai discutir isso na Mesa Diretora e traz posteriormente pra vocês. Tá bom? Então, agora, Mayra com a palavra. **Mayra Apae BH:**

Mayra, APAE BH. Isso é sobre o assessoramento ou sobre o plano, de forma geral? Sobre a resolução. Não, sobre o plano ou sobre a resolução? **Marcelo OAB:** O Plano Estadual de Fortalecimento. **Mayra Apae BH:** Não, o Plano Estadual. O que eu queria perguntar aqui... O Plano Estadual está na Comissão de Apoio, não? Não tem um Plano que está na Comissão de Apoio? **Isac Ccqamrd:** Eu acho que o Plano está sendo feito no GT, que está composto por diversas comissões. A última discussão foi isso. **Mayra Apae BH:** Então, seria essa ação que o Marcelo está falando? **Marcelo OAB:** Então, mas... O que eu estou querendo saber é isso. Porque eu não estou... Esse GT, então nós precisamos... Ontem... Conselheiros! Marcelo, Marcelo, OAB. Ontem, nós conversávamos isso na nossa comissão, com o João. O João até... Também a gente estava falando. Essa comissão estava com uma, com uma... Com um prazo de 90 dias pra poder dar a resposta. E parece-me que... Aí eu queria saber, aqueles que são membros da Comissão, se essa Comissão tem algum resultado, se ela trabalhou, se ela não trabalhou, quais são as necessidades e por que não... O que que está acontecendo? Vamos lá. **Mayra Apae BH:** Mas só por uma questão de ordem. **Marcelo OAB:** Só um minuto, só um minuto. Mayra está com a palavra. **Mayra Apae BH:** Só um minutinho, João. Porque, na verdade, distorceu o assunto aqui. Mayra, APAE BH, eu já tinha falado. Eu queria voltar na questão de um encaminhamento, na questão da resolução, e saber até se a SEDESE, enquanto... Porque a gente acabou de passar pelo Plano, pelo PEAS. Eu não estou me recordando... A gente leu tanto, mas não estou recordando se tinha alguma ação específica de capacitação, no Plano de Capacitação, sobre essa temática. Então, pra gente tirar aí como encaminhamento... Verificar e, se não tiver, da gente verificar com a SEDESE, também, o que a SEDESE, enquanto Estado, tá fazendo pra subsidiar essa discussão também. E a gente, no Conselho, tirar algum encaminhamento de fazer alguma... Alguma ação também. Vocês nem escutaram, né? **Marcelo OAB:** Escutei, eu escutei. **Mayra Apae BH:** Não vou repetir, não. **Mayra Apae BH:** 182, de 2025, do CMAS, sobre a questão do assessoramento, da defesa... Garantir direitos. **Marcelo OAB:** Sim. Essa resolução, considerando o que você está apontando... Nós estamos aqui dialogando de nós levarmos esta resolução para a Comissão de Normas, pra gente pensar em alguma tratativa a ser feita, inclusive, se for o caso, criar também um Grupo de Trabalho pra análise desta resolução. **Mayra Apae BH:** Mayra, APAE BH. Reforço que aí seria importante também saber com a SEDESE o que que tem sido pensado nesse eixo também. **Marcelo OAB:** Ok. Muito obrigado, Mayra. Pois não, Mariana. **Mariana Sedese:** Mariana, SEDESE. Então, no planejamento desse ano, de qualificações, tem ação, sim, sobre. Pois é. Mas aí as ações previstas são CNEAS, Vínculo SUAS, Inscrição em CMAS. Não temos especificamente sobre essa resolução de assessoramento, até porque ela é recente, né? Então, óbvio, a gente também

tem que aprofundar o estudo nela, pra depois a gente elaborar alguma coisa. E aí eu sugiro que SEDESE e CEAS até façam juntos, porque a gente vai ter que estudar as alterações, construir novas orientações e aí depois elabora alguma capacitação. Ok? **Marcelo OAB:** A Rose... A Rose quer falar sobre esse... Não, que a Rose quer falar sobre o mesmo assunto. **Rose Sedese:** Sobre esse assunto. Rapidinho, gente. É Rose, SEDESE. O que que acontece? A resolução, essa resolução desse ano, de assessoramento, que 182, de 2025, o que que acontece? Ela tá alterando a Resolução 27, que já falava de assessoramento e defesa de garantia de direitos. Então, qual que é o objetivo da resolução? Era elucidar um pouco mais quais são as ações de assessoramento e defesa de garantia de direitos, que tinha essa questão de dificuldade pros Conselhos Municipais inscreverem essas entidades. E aí... Só que, assim, ela não mudou muita coisa. Ela continua nebulosa, assim, e a gente está tentando... A gente tá tentando decifrar, junto com a rede privada. E a gente tem tido capacitações... Isso, complexa. E aí... Ela elucida algumas coisas sobre equipe técnica, equipe de... As equipes dos serviços. Mas muita coisa ainda não está claro pra gente. E aí a gente tem participado de atividades junto com a rede privada do SUAS, e eles também não sabem. Eles também precisam de estudar mais a resolução. Então, a gente está nesse processo de criar Grupo de Trabalho, de estudo, ter uma proposta... Além das capacitações que a Mariana colocou, de fazer o “Perguntas e Respostas 2”, focando nessa resolução, que está prevista pra gente fazer no final do ano, depois das Conferências... Um “Perguntas e Respostas 2”, por causa, exatamente, dessa nova resolução. Mas, até então, a gente está tentando entender a resolução pra começar a falar sobre ela, gente, que não é fácil. É muita coisa. E é uma resolução que a gente... Não é clara, né? A gente lê e muita coisa a gente não entende ainda. Tá bom? É isso. **Marcelo OAB:** Obrigado. João. **João Paulo Sedese:** Antes de responder a outra... Vem a Patricia, coloca aqui. Aí vem a outra... Estou brincando. João Paulo, SEDESE. Só com relação... Uma sugestão de encaminhamento, já que ambos precisam... O Marcelo falou da Comissão de Normas. Eu, enquanto coordenador de Normas, da Comissão de Normas... Fazer uma reunião conjunta. A Comissão de Normas convidar a SEDESE, pra gente estudar junto, aprender junto, que eu acho que mais cabeças pensam melhor. Então, a minha sugestão de encaminhamento, enquanto coordenador de Normas, é essa: fazer uma reunião conjunta. GT do Plano. Eu, eu, eu... Eu não sou coordenador nem nada. Não sou porta-voz, não sou representante, não. Mas eu vou voltar aqui... Eu vou voltar aqui, porque, na plenária de fevereiro — que na passada eu não participei —, eu chamei a atenção pra esse GT, porque eu faço parte dele. A gente foi nomeado, foi... Foi até uma sugestão que eu coloquei na Mesa Diretora. A gente começou a discutir na Mesa Diretora, no ano passado, sobre a necessidade do Plano Estratégico de Controle Social, porque a gestão

anterior aprovou uma resolução, falando desse plano, instituindo esse plano, mas não há um plano aprovado. Foi o que falou pra gente. Existe a previsão desse plano, só que não existe o plano. Então, o que precisaríamos? Construir esse plano. Eu chamei a atenção na Mesa Diretora, no ano passado. Se não me engano, em setembro, outubro. Fizemos a constituição desse GT, a indicação, com vários representantes. Aí não foi de comissão nenhuma; foram representantes de maneira geral. Foi montado um GT, e não teve nenhuma reunião. Na plenária de fevereiro, eu chamei a atenção que, na resolução, inclusive, coloca um prazo de 90 dias, que inclusive já se foi, e nenhuma reunião foi feita. Eu falei que 90 dias era pouco. A gente até discutiu um pouco sobre isso. Algumas pessoas discordaram, achando que 90 dias era suficiente. Não foi suficiente nem pra uma reunião. Então, assim, eu acho que a gente tem que repensar o prazo, ver se o GT é esse mesmo, colocar um novo prazo, e aí deliberar que esses... Esses conselheiros que fazem parte desse plano se organizem e organizem um Plano de Trabalho pra poder desenvolver... **Marcelo OAB:** Marcelo, OAB. Por favor... Coloca no primeiro artigo lá, por favor. Qual que é... “Criar o Grupo de Trabalho para construção do plano”. Não é? Então, a proposta de construção, que esse Grupo de Trabalho irá trabalhar. Então, quero fazer o encaminhamento de nós prorrogarmos o prazo desta resolução.. Porque ela fala que ela é 90 dias. Prolongarmos o prazo pra mais 90 dias. Vocês acham que está bom? Não, eu quero saber de vocês. Pelo menos para iniciar os... Pois não. **João Paulo Sedese:** João Paulo, SEDESE. A minha sugestão de encaminhamento é pra que esse grupo se reúna e, na próxima plenária, apresente qual que é o prazo que ele precisa, porque o grupo, ele vai ter que discutir qual é o volume de trabalho, qual... Enfim, o tempo que precisa. Então, que o encaminhamento seja que o GT se reúna entre essas duas plenárias e que, na plenária de maio... Nós estamos em abril. A plenária de maio, esse GT dê um retorno com relação a esse prazo. **Marcelo OAB:** Então, só pra... Só pra... Eu gostaria de completar a minha fala. Marcelo, OAB. O que a gente... Até me perdi aqui. Mas, João, eu concordo plenamente da gente... Da gente... Vocês saíram com o prazo mesmo pra... Na próxima reunião, já... Façam a reunião esse mês, já... A gente já pode sair daqui hoje com data marcada pra essa reunião. E já com o entendimento da conclusão desse trabalho ainda neste mandato, antes da Conferência, pra gente já encerrar e não levar pra outro mandato uma coisa que a gente deveria ter resolvido, né? Pois não, Sandra. Sandra Sintibref: **Sandra Sintibref.** Então, teve até sugestão que a Érica falou... A gente tá com muita demanda, Conferência e etc. Depois da Conferência... Não dá... Assim, a resolução... Eu estou falando da resolução. Ela tem que ser priorizada, porque já estão tendo contatos lá no sindicato, acredito que também lá nos representantes de entidades. Porque está falando: “Como é que faz o novo relatório?” Porque tem que apresentar um relatório... Assim, é

muita coisa. Então, eu acho que tem que priorizar a resolução, porque já está tendo... A gente está sendo demandado. E inclusive a gente nem tem o entendimento ainda total, digamos assim, pra poder orientar com qualidade. **Patricia Feapaes:** Patricia, FEAPAES. Eu ia colocar o que o Marcelo falou, pra gente não esquecer de tentar fechar o plano esse ano, que senão seria mais um mandato sem um plano fechado, não tem uma execução. Em relação à resolução, é isso mesmo. O Conselho Municipal de Belo Horizonte, ele pede pra gente dividir um relatório para as atividades de assessoramento e uma pra defesa e garantia de direito. Então fica muito difícil. As entidades estão tendo muita dificuldade em relação a isso. **Marcelo OAB:** Bom, então nós saímos com encaminhamentos aqui. Quanto ao plano, quanto ao plano, o GT já vai sair daqui com uma data de reunião, para que, na próxima plenária, já tenha o resultado. Acho assim... Porque tem que ter alguém pra puxar, né? E parece-me que, por eleição de aclamação, não é, o João foi o indicado pra... E aí uma salva de palmas para o João, por favor. Por favor, gente, vamos... Voltamos. Quem está com a palavra é a conselheira Rosa. **Rosalice Cmssvp:** Rosa, Rosa, do Conselho Metropolitano. Eu sei de que que vocês estão falando, porque eu sou... Nós somos uma entidade de assessoramento. Ainda bem que não é de defesa de direitos, é só assessoramento, que é a nossa inscrição no Conselho Municipal de Belo Horizonte e de Ribeirão das Neves. Mas eu queria acrescentar, nesse grupo de estudo... Porque a gente vai ler. Eu já li, reli, reli de novo, né? E, como muita gente, a gente tá com dificuldade. Nós vamos estar participando da capacitação que o FOSC vai estar oferecendo pra gente, dia 29, com o Conselho Nacional de Assistência Social; ou seja, Belo Horizonte, a prefeitura... O Fórum das Organizações da Sociedade Civil de Belo Horizonte está trazendo o Conselho Nacional. E eu queria propor isso, que o Conselho Estadual também convidasse o Conselho Nacional pra vim falar sobre essa resolução pra nós, porque... A gente vai ler... A SEDESE está lendo. Como diz a Rose, eles estão estudando, estudando, tem um grupo de estudo dentro da SEDESE, estão fazendo... Por que não trazer o próprio Conselho Nacional pra falar: “Que que vocês pensaram sobre isso? Nos capacite?”. Eu queria que o Conselho Nacional viesse aqui e nos capacitasse. Esse é um encaminhamento. **Marcelo OAB:** Então... Nós tínhamos... Nós tínhamos uma proposta, uma proposta que foi feito logo no início, de levar pra Comissão de Normas, e a Comissão de Normas... Em cima da fala do João, de fazer um início de conversa com a comissão... Com a SEDESE, não é? Esse encaminhamento ainda continua... Continua pendente. Já somando ao fato de chamar a SEDESE para a próxima... **Rosalice Cmssvp:** O Conselho Nacional. **Marcelo OAB:** O Conselho Nacional, para uma próxima plenária nossa. É isso, na plenária? Para um diálogo sobre essa pauta. **Rosalice Cmssvp:** É... Ou uma capacitação. Eu acho que presencial é muito bom, porque a gente vai estar tirando as dúvidas. O grupo reúne,

pode ser até virtualmente, Comissão de Normas e a SEDESE. A Comissão de Normas, eu posso falar bem tranquilamente, a gente trabalha bem virtualmente. A Comissão de Normas, ela é bem dinâmica, né, nessa forma também. A gente pode fazer essa reunião virtualmente, pra não ter que esperar a próxima reunião da Comissão de Normas. E, na próxima plenária, se houver uma agenda do Conselho Nacional, ele já vem... E a gente, já com algumas dúvidas, algumas questões que o grupo levantou, a gente pode estar apresentando pra eles, porque essa resolução, realmente, gente, ela é bem complexa.

**Marcelo OAB:** Ok. Todos de acordo com a proposta apresentada pela conselheira Rosa? Levanta o crachá, por favor. Então, esses são os encaminhamentos que foram dados. Próximo ponto é Comissão de Ética. Neste ponto, Comissão de Ética. Ah, Macielle, perdão, desculpa.

**Macielle CMAS Teófilo Otoni:** Macielle, CMAS Teófilo Otoni. Só uma ideia, que eu estava pensando ali, que eu tenho percebido que a gente perde muito o andamento das deliberações. Então, só o fato de ter organizado, né, 90 dias e não saiu nem a reunião, a gente vê o tanto que o tempo está passando, e é muita demanda, muita coisa. Talvez uma ideia de toda reunião a gente fazer um compilado das deliberações, pra, na próxima reunião, a gente iniciar, né? Não tem os informes? A gente já iniciar com essas deliberações. O que foi feito das deliberações da reunião anterior? Fazer o status. Isso. E uma coisa que eu acho que funciona bastante... Nas comissões, tem lá “pauta”, o que foi discutido e a deliberação, não tem? A gente poderia utilizar aquilo aqui também, que aí fica fácil de compilar, que aí... Se não... Eu acho mais fácil a gente visualizar tudo o que a gente discutiu aqui, o que ficou de fazer nesse intervalo entre uma plenária e outra, que aí não se perde... Uma coisa tão importante... O ano já quase no meio, na metade, né, e não teve nem a primeira reunião. É só uma ideia, uma sugestão.

**Marcelo OAB:** Muito obrigado, Macielle. Você quer falar?

**Poliana, Secretaria Executiva:** Poliana, Secretaria Executiva. Na realidade, a gente segue esse parâmetro que a Macielle trouxe para as comissões, também, aqui, em tempo real, junto com vocês, aí. Tem a proposta... Tem a pauta, os encaminhamentos, e o que você está sugerindo é de fazer, no caso, uma planilha mesmo de... O que que foi concluído, o que que tá pendente. É nesse sentido. Está bem.

**Marcelo OAB:** Muito obrigado. Vamos para o próximo ponto. Comissão de Ética. E aí, na Comissão de Ética, nós temos que completar a resolução... Só pra gente lembrar aqui, nós temos uma resolução que está em vigor. Nesta resolução, consta seis representantes titulares e três suplentes. Não é isso? E ontem, por um equívoco de fala, eu disse que essa resolução, ela está irregular e que ela não estaria em funcionamento. Eu quero voltar atrás na minha fala, pra dizer que ela está em vigor, não é? Porém, ela precisa de reparo, porque, no Regimento Interno, constam cinco membros e dois suplentes... E três suplentes. Então, na resolução que está em vigor, constam seis. Então a gente tem que resolver

isso, né? Além disso, nós detectamos que alguns dos membros que ali faziam parte, eles não mais são conselheiros. Então, nós precisamos de resolver essa questão, com a indicação de dois representantes da... Dois representantes do governo que está faltando e uma representação da sociedade civil, que está nesta resolução. Todos estão atentos ao que eu falei, não é? Então, eu pergunto se já temos como dar a resposta da indicação do governo e da sociedade civil na representação do Código de Ética. **Elder Sedese:** Elder, SEDESE. Pelo governo, a gente vai indicar... Os indicados seremos eu e a Juliana, do COGEMAS. Então, questão de governo, para a Comissão de Ética, já tá... Tá resolvido. Então, eu e Juliana. **Marcelo OAB:** Então, no governo, nós temos já a resolução da resolutividade dos nomes. Na sociedade civil, ela não sentou pra discutir sobre isso, né? E a Comissão de Ética... Mesmo porque, também, o Código de Ética que nós estamos trabalhando, ele não concluiu os seus trabalhos. Portanto, não vejo prejuízo pra que a gente leve na próxima plenária, na reunião da sociedade civil, a indicação desse nome, que aí ela será construída coletivamente. E esse Código de Ética ficou... Somente um artigo... Um ou dois artigos pra gente terminar, não é? Então a gente faria esse... Isso tudo já na próxima plenária, ok? Sim. Como eu disse aqui, o Elder... O Elder e a Juliana que estarão compondo a Comissão de Ética. **Matheus?** Matheus Movimento Lgbtquia+ de Cláudio: É uma dúvida, mas não é dentro desse assunto. É só pra compreender se ele já foi superado e eu poderia... **Matheus Movimento Lgbtquia+ de Cláudio** É sobre... Porque foi encaminhado pela Secretaria Executiva, no grupo, foi disponibilizado acesso pra nós, da planilha dos municípios que já demandaram ao CEAS a presença de conselheiros para fazer as palestras e... É compreender... É só retomar mesmo. Como... Como vai ficar conformada? Porque eu percebi no grupo, assim, que a maioria dos municípios... Não sei se foi uma desatenção da minha parte, mas a maioria dos municípios sempre era perguntada no grupo: “Alguém da região metropolitana, alguém da região metropolitana?” E às vezes, assim, eu vi que outras pessoas, não somente da região metropolitana, respondiam, e eu falava: “Nossa, mas eu tenho que também verificar se, de repente, eu não sendo da região metropolitana, e ninguém podendo, eu vou poder participar?” Então, só pra gente compreender e organizar isso. E também uma cobrança que outros grupos, pessoas têm feito pra nós, assim, e uma lembrança de... Até de uma atividade que nós participamos, enquanto CEAS em Brasília, de dizer do quanto pra nós, usuários, é fundamental a gente ocupar esses espaços, a gente ter essa conexão nos municípios, a gente levar o nosso olhar do controle social, nesse momento fundamental da Conferência. É muito importante, a gente precisa ocupar esses territórios e também estender isso pros outros segmentos. Mas eu penso que privilegiando, de alguma forma, os usuários, justamente porque é estratégico. Acho que consegue, de alguma forma, a gente bem alinhado... A gente teve um

momento de capacitação nossa, que foi muito legal, muito bacana, muito, muito intuitivo, assim, que... Eu, pessoalmente, eu me senti muito instigado, provocado. Acho que todo mundo se sentiu muito assim, instigado e provocado, a querer participar desses espaços, a querer dialogar com os municípios. Isso tem relação com o que a gente precisa fazer, que é olhar pra fora, olhar pra fora dessas janelas, olhar pra fora dos limites institucionais desse Conselho, e aproveitar estrategicamente esse momento, e compreender mesmo como vai funcionar, pra gente ir agregando e ir percorrendo, dizendo do nosso controle social, das maneiras que a gente precisa dizer pra... Pra Minas Gerais inteira. **Elder Sedese:** Elder, SEDESE. Só sobre o ponto das conferências municipais, é o seguinte: toda vez que chega o pedido, verifica-se primeiro com o conselheiro que mora mais próximo. Se ele não tiver disponibilidade de ir, aí qualquer conselheiro que tiver disponibilidade pode se manifestar. Só sobre isso. **Marcelo OAB:** Só pra reforçar. **Elder Sedese:** Só mais um ponto. Às vezes, o pedido pra Conferência Municipal vem nominal, vem assim: “Queremos a conselheira Simone.” Aí, nesse caso, verifica-se com a pessoa; se ela não puder, a mesma regra: o mais próximo e, depois, qualquer um que tenha disponibilidade. **Marcelo OAB:** É, mas é importante, então... Considerando o que Matheus traz, a gente vai buscar sempre aqueles que estão mais próximos, né? Mas o que não... O que não impede... Acho que, a partir de agora, então, se isso estava em dúvida, que fique esclarecido: aquele que queira... Aquele conselheiro que tenha disponibilidade de ir pra fazer determinada Conferência, ele já manifesta o seu nome no grupo e, se, por um acaso, não houver naquela relação das pessoas próximas, aí pergunta se o ex-conselheiro tem disponibilidade. Tá certo, Poliana? Ok? Aí eu acho que... Acredito que dessa forma atende... Atende a todo o Conselho. Então... Temos algum município que demandou e não teve resposta de participação? **Poliana Secretaria Executiva:** Não. Todos estão resolvidos? **Poliana Secretaria Executiva:** Sim. **Marcelo OAB:** Ok. Muito obrigado. Encontro Preparatório de Montes Claros, com Ernane. **Ernane CMAS de Montes Claros:** Ernane, CMAS de Montes Claros. Bom, o encontro preparatório lá em Montes Claros foi da Regional Norte só. Só pra dizer que a de Salinas vai ser dia 30, né? Dia 30 vai ser a... Dia 30 vai acontecer lá em Salinas um encontro preparatório. Eu vou estar representando o Conselho lá, e o evento de ontem, lá em Montes Claros, ele foi excelente, né? Teve um público lá de mais ou menos 150 pessoas participando ativamente, e eu tenho que parabenizar a equipe da Regional Norte, lá, que conduziu a organização, a participação lá. Tivemos falando pra grande parte de gestores né? Tinham muitos gestores, muitos trabalhadores, alguns representantes de Conselho. Senti falta lá do segmento, né, dentro do... Falei isso. Eles trouxeram essa dificuldade de garantir a participação dos usuários em eventos como esse, dos conselheiros, né, na representação... No segmento de

usuários. Mas foi um público que se apropriou do... Está seguindo as orientações em relação à efetivação das conferências municipais e das pré-conferências. E foi uma primeira experiência que... Muito interessante, né? Eu quero participar de mais. Me espelhei na apresentação lá do Elder, né? Adorei aquilo lá, falei no... E tô usando, né? Falei dos eixos lá. O pessoal gostou, adorou. Vou ter outra reunião com Salinas, a equipe de Salinas, na segunda-feira, pra organizar essa apresentação e a ida lá no município, viu? E, no que precisar ir nesses eventos, estou à disposição, principalmente se for na minha região, um pouquinho distante, até porque nós estamos acarretados lá em Montes Claros. O Conselho de Montes Claros estava inteiro lá envolvido, né? Então, assim, primeiro, parabenizar as meninas lá que conduziram muito bem e o público... Eu não... Não sei falar se... Quantos municípios participaram. Eu pedi à Anielle, ela ainda não me passou. Então passa aí pra gente agora. **Érica Sedese:** Deixa eu resgatar na minha cabeça. **Ernane CMAS de Montes Claros:** Ontem foi o dia inteiro. **Érica Sedese:** Gente... Érica, SEDESE. Participaram 192 pessoas de 66 municípios. **Ernane CMAS de Montes Claros:** Isso. Então, assim, foi... Mas eu pedi ela agora. Ontem eu saí de lá, ela ficou de passar isso. Acho que ela acabou esquecendo, né? E foi o dia inteiro, gente. Foi, assim... O pessoal envolveu, participou, né? Adoraram a participação da representatividade nossa lá, enquanto Conselho, na minha pessoa. Mandou agradecer o presidente e o vice-presidente, né? Inclusive, o meu secretário lá até pediu o seu contato, o secretário lá da pasta nossa pediu o seu contato no Instagram. Então, assim... Eu nunca... Dentro do meu próprio município, acolhendo as pessoas, eu nunca fui tão bem acolhido pelos municípios ali da região. Então, assim, o pessoal... Pediu, né? E efetiva e vai... Efetivou vários pedidos. E falo pros meninos, né, Luizão, da Comissão, a nossa Comissão, que vai aparecer muita coisa aí, porque eu me apresentei, falei da nossa Comissão lá, falei da responsabilidade do Conselho, dos Conselhos, na organização e realização das Conferências dentro do município, né? Vamos ser muito requisitados aí pra outras coisas, além da Conferência. **Marcelo OAB:** Obrigada, Ernane. Só faltou a cachacinha. Falei até fora do microfone, né? **Érica Sedese:** Érica, SEDESE. Aproveitando só, que eu já tinha dito isso, sobre que as regionais estão acionando o Conselho, pra fazer parcerias... Vai ter também um outro encontro em Salinas, né, Ernane. **Ernane CMAS de Montes Claros:** Dia 30. **Érica Sedese:** Dia 30. E também tem solicitação de Juiz de Fora, também, né? Então, assim, regionais estão buscando parcerias via CEAS. Então eu não entendo que é um movimento somente da regional, né? Um movimento de parceria. E isso é bom porque estende o Conselho até os territórios, sai daqui, dessa concentração aqui na capital e vai pra dentro do estado de Minas. **Marcelo OAB:** Bom, muito obrigado, gente. Vamos lá. Marcelo, OAB. Nós já encerramos os informes e vamos para as Comissões. Convido a Comissão de Apoio dos

Conselhos municipais. Luiz Carlos Armi: **Armi Serra dos Aimorés**. Eu, na verdade, vou iniciar aqui, gente, antes de passar as informações da nossa Comissão de Apoio, dizer o seguinte... Eu vou falar a nível de FONACEAS, que é um Fórum Estadual... Fórum Nacional de Assistência Social. De Conselhos, né? Desculpe. E lá ainda está discutindo a resolução, sem representatividade, legitimidade, paridade. É um Fórum Nacional. Beleza, vamos descer agora pro nosso estado. Com certeza, a maioria de vocês aqui tem condições de viajar muito mais do que eu e visitar muito mais os Conselhos Municipais do que eu. E nós sabemos que nosso estado de Minas Gerais, principalmente nas cidades pequenas, não tem estrutura. Conselho não tem sala, não tem computador, não tem Secretaria Executiva. Ponto. Na maioria das vezes, a lei que cria o Conselho Municipal de Assistência Social já é uma lei totalmente ultrapassada, que não foi atualizada. Aí o Regimento Interno do Conselho segue essa lei que não está atualizada. Quando a gente vai pras capacitações nas regionais, que a gente conversa sobre representatividade, paridade, legitimidade, a maioria dos Conselhos não quer se manifestar, com medo de dizer assim: “Ó, o meu Conselho não está de acordo com a lei.” Então não quer abrir a boca. Segundo, nós temos ainda a representatividade do governo, que não pode falar nada dentro dos Conselhos, não abre a boca, porque tem que... Está lá pra defender a pauta que chega lá do governo. Então, cabe à sociedade civil ainda ficar ali, naquela cobrança. E aí as entidades, que muitas vezes recebem algum recurso dos municípios, também, ficam, de uma certa forma, engessadas, sem poder se manifestar. Então, assim, chegamos numa Comissão de Apoio, que ainda estamos... Mariana está aí? Mariana? Então, nós estamos executando aquilo que foi discutido por Flávio, o ano passado, que era só pra atender as quatro regionais, que não tinha recurso. Então, nós atendemos duas regionais ano passado, e esse ano, duas. Aí chega as demandas na Comissão de Apoio, as demandas... A maioria está chegando agora na Comissão de Apoio. Justamente sobre essa questão da resolução aí, que trata este assunto das entidades de Assistência Social, de monitoramento, de assessoramento... Que eles não estão sabendo como lidar com isso. E nós, Comissão de Apoio, não temos condições de falar assim: “Nós vamos montar uma equipe do CEAS para ir aí te dar um suporte.” Porque nós só podemos duas regionais este ano, e uma já foi. Aí, quando vai pra proposta desse momento on-line, os municípios não estão interessados. Os municípios não querem capacitação on-line. Vocês podem observar, quem faz capacitação on-line lá, que é um monte de slide. E aí a pessoa fala, a pessoa fala, a pessoa fala, e aí está do outro lado, sentado, ouvindo. Na maioria das vezes, com celular, que não dá nem pra acompanhar os slides, que a maioria dos conselheiros não tem computador, não está acessando via computador; é via celular. Aí os slides ficam desse tamanhozinho, não consegue visualizar. Então, assim, a gente não pode

chegar aqui no CEAS e jogar uma responsabilidade em cima da Comissão de Apoio, que não dá o apoio, porque realmente não tem um apoio. Porque, se a Comissão de Apoio tivesse o apoio, nós estaríamos presentes em todas as regionais este ano, independente de Conferência. Nós íamos conversar com os municípios, porque os municípios, quando fala que vai pras regionais... Exemplo... Quantas cidades estavam presentes? Quantas pessoas estavam presente? Agora, se fosse on-line, teríamos esse volume dessas pessoas? Então, é necessário dizer isso. Quando chega a demanda, a gente faz a proposta de on-line, e aí os municípios não têm interesse. Então, vamos lá. Eu, inclusive, presidente, eu encaminhei uma solicitação, que é da nossa companheira, lá na Mesa Diretora, né, de um material, que ela entende que é um material muito importante. Encaminhei ontem, mas ninguém respondeu. Que é uma solicitação dela da possibilidade de entregar esse material nas Conferências Regionais. Imprimir esse material, que é um material muito importante, nas Conferências Regionais. Se há a possibilidade desse material ser entregue. Encaminhei ontem, mas ninguém trouxe nenhum retorno. **Luiz Carlos Armi:** Depois a gente pode... Sim. **João Paulo Sedese:** João Paulo, SEDESE. É só uma sugestão... Porque, assim, esse problema a gente tem lá no nível da Secretaria também, porque nós temos 22 duas diretorias regionais em Minas Gerais. Então, pra gente, também, é praticamente impossível ir nas 22, todos os anos. Então, a gente tem esse problema também, de recurso... De recursos humanos, recursos financeiros, enfim... De recursos. Uma estratégia, talvez, é juntar mais regionais, que a gente faz isso. Tem regionais que às vezes o acesso é mais próximo. Então, por exemplo, pra gente, não vai mudar nada, que é o CEAS, as pessoas, o grupo do CEAS indo lá. Então, ao invés de fazer... Eu não sei como é que tá sendo feito, né? Até a Érica falou que tem regional que tá juntando mesmo. Mas, por exemplo, vai pra Uberlândia, chama outras regionais em volta, porque aí você consegue atender um número... Ter um alcance maior, uma cobertura maior, entendeu? A gente fala... A gente usa essa estratégia lá de não... A gente não consegue fazer 22 regionais todos os anos. Então, tem ano que a gente faz 8, 10, 12, 15, 6, 3, de acordo com a nossa disponibilidade, entende? Então, talvez, pensar estrategicamente isso. Eu acho que a Erica pode ajudar muito como representante das regionais. Como ela trouxe, é uma demanda, eles estão se mobilizando pra isso. E aí ver: qual regional que eu posso juntar com Montes Claros? Aí vai lá e faz o convite para os municípios da região toda, entendeu? É uma sugestão. **Luiz Carlos Armi:** Maravilha, mas eu só falei no sentido figurado. **Mariana Sedese:** Posso complementar também? **Luiz Carlos Armi:** Sim, fique à vontade, Mariana. **Mariana Sedese:** É rapidinho. **Mariana, Sedese:** É só pra complementar. É porque realmente a gente tem uma dificuldade, não é só CEAS, não é recurso só pra viagem... É questão mesmo operacional, porque a gente tem 853 municípios.

Então, gente, é surreal. A gente tem dificuldade, as regionais têm dificuldade. E aí eu vou só na linha do que o João falou. Acho que o CEAS, junto com a Secretaria Executiva, também fazendo reuniões com as regionais... Quando a gente precisa de fazer chegar algumas informações nos municípios, e a gente não dá conta, a gente chama os diretores regionais, faz reunião com eles, alinha o compartilhamento e pede pra eles incluir no Plano de Trabalho. Porque cada regional tem o seu Plano de Trabalho pro seu grupo de municípios. Então, esse planejamento nosso, que a gente aprova aqui todo ano, ele é só das SUBAS. Cada regional tem o seu planejamento e tem os seus municípios prioritários. Eu acho que a gente precisa mesmo é somar esforços pra ganhar escala, otimizar. Porque eu acho também que o CEAS, sozinho, os conselheiros, a Secretaria Executiva, humanamente impossível dar conta, pelo que o João já colocou aqui, pela nossa extensão e quantidade de municípios. **Luiz Carlos Armi:** Maravilha. Mas eu só coloquei no sentido figurado, mesmo porque a própria Mariana falou que era só duas regionais por ano. Inclusive, foi Flávio que fez, né, todo esse planejamento da gente atender essas quatro regionais. Então, deixou isso muito claro. A gente não teve nem condições de abrir pra mais. Inclusive, até o número de participantes que nós tínhamos diminuiu. Que nós tínhamos dois representantes de cada comissão, da Comissão de Apoio, e mais abertura pra pessoas de outra comissão. Diminuiu pra um. Então, assim, na verdade, houve uma redução até na nossa representatividade da Comissão de Apoio, na participação nas regionais. A gente nem criou um novo planejamento. Pode-se criar um novo planejamento dentro daquilo que Mariana falou. Mas e aí? Quantas regionais a gente pode atender dentro do novo planejamento para o ano que vem? Quatro regionais nessa condição? Será que a gente vai conseguir fazer quatro ou vai continuar fazendo duas, né? Essa é uma... É uma pergunta, né, que depois a gente precisa de resposta, pra não parecer que a Comissão de Apoio não está interessada em trabalhar, que as demandas estão chegando e nós estamos de braços cruzados. Não. A gente quer ir. Só que a gente sempre recebe um não, quando se trata da possibilidade de estar presente. Então, nós, da Comissão de Apoio, recebemos uma solicitação de suporte técnico do Conselho Municipal de São João do Manhuaçu, acerca do requerimento de inscrição da Associação de Cafés Especiais da Serra da Seritinga. E, na verdade, nós fizemos a leitura dessa documentação ontem e tivemos entendimento que provavelmente seja uma entidade rural, né? Então, nós solicitamos mais algumas informações e também o Plano de Trabalho do ano de 2024, pra ver quais ações, na área da assistência, de assessoramento ou de defesa e garantias de direitos, no ano de 2024, pra saber se essa entidade tem condições de solicitar o registro ou simplesmente registrar lá, né, Flávio, o serviço, na área de assistência, assessoramento ou de defesa e garantias de direito. Tem uma capacitação na cidade de Três Pontas. E aí eu queria que... Se Isac pudesse falar sobre

essa questão. É porque há a possibilidade de a gente fazer ela on-line. Mas Isac vai estar lá na cidade. E aí, se você puder falar, Isac, sobre a capacitação na cidade de Três Pontas. Isac Ccqamrd: **Isac, Ccqamrd:** Então, tem a solicitação do município de Três Pontas pra capacitação aos seus conselheiros. A gente já tentou, em algum momento, fazer a capacitação on-line e acabamos não conseguindo. E aí estávamos discutindo ontem, na reunião da comissão, e tiramos duas possibilidades. Uma é aproveitar que o município já solicitou o CEAS estar presente na Conferência de Assistência Social deles, que seria Elder ou eu presente... Acabou ficando de eu ir lá. Acho que poderia, se for o caso, a gente... Se for interessante pro município e pro CEAS, a gente fazer presencial mesmo a Conferência. Chegar um dia antes ou voltar um dia depois. Fazer a capacitação com eles. E aí, na Comissão, surgiu a possibilidade de, de repente, ir mais um conselheiro pra fazer a capacitação, se vocês acharem que é interessante. E aí, se não for viável essa proposta, que a gente considere realmente fazer a capacitação on-line, entendendo que presencial poderia ser mais proveitoso, principalmente para o município. **Luiz Carlos Armi:** Nosso entendimento da Comissão de Apoio, uma vez que já solicitaram essa capacitação, e Isac vai estar lá pra Conferência, pode ser um dia antes ou um dia depois, essa capacitação, que é presencial, né? Se tiver a possibilidade também da Secretaria Executiva e uma outra pessoa, de uma outra Comissão, estar junto ainda, dando esse suporte, melhor ainda. Temos outro encaminhamento, que é sobre uma denúncia, né, que veio da cidade de Uberlândia. Ela já foi encerrada, foi encaminhada ao Conselho Nacional de Assistência Social. O entendimento da Comissão de Apoio é de que não houve irregularidade com a participação... Sobre a participação dos conselheiros, né? Os representantes lá da cidade, na área da Assistência. Porque nós temos o entendimento que uma Conferência Municipal de Assistência Social, num horário durante a semana, não pode parar os serviços, né? Tem que haver um manejo, tem que haver um diálogo, pra que todos aqueles órgãos estejam presentes, mas o serviço não pare, devido à questão da Conferência. E a pessoa fez uma denúncia que não houve esse diálogo, não houve a participação, enfim. Mas o pessoal de Uberlândia encaminhou toda a documentação. E tem também aí a nossa... Nosso encaminhamento, né, sobre a capacitação em Montes Claros. Tentar agendar a capacitação para dia 28/05, e Ernane já está em Montes Claros, né? Então, assim, o conselheiro da Comissão de Apoio, viu, Ernane, já seria você. Já está lá. E aí teria que ter o suporte da Secretaria Executiva, né, e também representante de outra comissão, mesmo porque já está colocando outros assuntos. E é isso. Eu encerro minhas palavras. Peço desculpa, viu, gente, mais uma vez aqui. Peço desculpa a todos pelo tom de voz, mas é meu jeito de ser. Falo desse jeito. E na rádio até sempre digo o seguinte: “O que eu disse, eu não retiro uma vírgula, né?” Porque o que eu falo é o que eu penso e o que eu acho.

E uma última questão. Nas capacitações que eu já fiz no passado, na Saúde, no... Que eu era representante do Conselho Municipal de Saúde. Eu ouvi muito bem quando a palestrante falou assim: “Conselheiro é cogestor.” É isso que fala a palavra? Em termo de responsabilidade do recurso... Corresponsável, né? Corresponsável do dinheiro. Quando você vai lá e aprova a prestação de contas do prefeito, você está botando o seu CPF lá. E isso não é dito na Assistência. A gente tem que talvez dizer isso para os nossos conselheiros municipais de Assistência Social, quando fica lá “Aprovado, aprovado...”. “Olha, se dá um BO aqui, você vai responder também.” Então, assim, eu acho que a gente precisa buscar esse diálogo junto com os representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social. Muito obrigado. **Marcelo OAB:** Muito obrigado, Luizão. Só pra... Você coloca dois encaminhamentos, se não me falha a memória. O primeiro é a ida para Três Pontas, para o Isac, pra fazer a Conferência lá em Três Pontas. Os encaminhamentos pra idas de conselheiro aos municípios, ela se dá através de uma parceria com o município. Será desta forma, Isac? **Isac Ccqamrd:** Eu acho que sim. Mas, na verdade, não é isso que a Comissão está colocando. O encaminhamento com relação à Conferência, o município já solicitou, isso já foi acordado com o CEAS e comigo. Está pra organizar a ida. Apenas isso. O que a Comissão apontou é que há uma solicitação de capacitação ao Conselho do município. Inicialmente, essa solicitação foi feita pra uma capacitação presencial... Voltando naquele ponto que o Luizão colocou, no início da fala, das limitações que a gente tem pra fazer... E das presenciais nos municípios. Então, foi proposto ao município a capacitação on-line. Ficamos um tempo tentando executar, acabamos não conseguindo. E, discutindo o ponto, vimos a possibilidade de fazermos essa... Essa capacitação presencial, já que eu já estou indo lá pra participar da Conferência deles. E aí, a Comissão apontou que, de repente, seria interessante ir mais um conselheiro pra participar dessa capacitação. Isso aí é... Com relação... O CEAS decide se é interessante, se não é. Então, a gente trouxe essa possibilidade pra ver o que que a plenária acha disso. **Marcelo OAB:** Sim, isso, pra mim... Pra mim... Marcelo, OAB. Isso, pra mim, estava claro. Eu só estava... Eu só perguntei se estava resolvida a questão da Conferência e que isso... Diante das nossas... Dos nossos entendimentos, né, é pra aquele que é convidado, aquele que está mais próximo, aquelas questões. Mas isso está resolvido, ok, que ótimo! Agora, a segunda parte do encaminhamento é de aproveitar a ida e fazer uma capacitação, não é? Que, no meu ponto de vista, eu entendo extremamente viável, econômico, porque já vai resolver a situação. Por deliberação já deste Conselho, nessas capacitações, sempre vai mais um companheiro pra ajudar o outro conselheiro naquele trabalho, de outra comissão, parece-me. É isso, né? Então, eu penso que isso não passa nem por deliberação, porque isso já é o encaminhamento já decidido de outras deliberações.

Então, portanto, eu acho que nós temos é que, administrativamente, resolver quem vai com o Isac, nesta capacitação lá em Três Pontas, tá certo? Quanto ao segundo encaminhamento... Denúncia para a Comissão. Uma denúncia que vocês receberam. Já está terminada. Então, também não precisamos de deliberar sobre elas, né? Isac, **Isac, Ccqamrd:** Complementando sobre essa denúncia, a denúncia foi feita inicialmente do município para o CNAS, e aí o Conselho Nacional remeteu ao CEAS. A gente fez a solicitação de informações. E, pelas informações, entendemos que não havia indícios, assim, da veracidade dos pontos que foram relacionados na denúncia. Por isso que... O CNAS também acho que entendeu pelo encerramento e a Comissão também. **Marcelo OAB:** Ok, então esse também é outro... Marcelo, OAB. Esse é outro ponto já resolvido na Comissão. Um terceiro ponto que o Luizão coloca também é desta capacitação que será feita em Salinas, né? Em Montes Claros; depois, Salinas. E você faz o indicativo da Secretaria Executiva ir neste encontro. Eu quero fazer uma... Pois não. Flávio CMAS Ipatinga: **Flávio, CMAS Ipatinga.** Não, não... Esse encontro é aquele que já está agendado pra Montes Claros. Participa um representante da Comissão de Apoio, que será o Ernane; um representante da Comissão de Orçamento — que aí a Comissão de Orçamento indica qual vai ser essa pessoa — e um representante da Secretaria Executiva. Então, esses três aí já é daquelas duas liberações que tem com a Mariana. Então, isso aí já é definido. Agora é só o Orçamento indicar qual que vai ser o conselheiro, e a Poliana ver se é ela que vai acompanhar ou se é uma das meninas que vão estar acompanhando. Montes Claros... Isso aí já está definido, essa questão da equipe que estará lá. **Érica Sedese:** Porque orçamento. Flávio CMAS Ipatinga: **Flávio, CMAS Ipatinga.** Respondendo à pergunta da Érica, por que orçamento? Porque foi deliberado que existiria uma pauta agora, dentro da capacitação, para a Comissão de Orçamento. Então, corrigindo, é a Comissão de Políticas. A Secretaria Executiva está falando também que tem que ir um conselheiro da Comissão de Política pra Três Pontas também. **Flávio CMAS Ipatinga:** É em julho. **Marcelo OAB:** Então isso é ponto... Marcelo, OAB. Flávio e Luizão, eu penso que, como eu já disse, são tratativas já deliberadas, que é só mesmo a gente resolver isso administrativamente. Tá bom? Próxima Comissão: Comissão de Normas. **João Paulo Sedese: João Paulo, Sedese.** Poli, coloca, por favor, a pauta. Nós tínhamos quatro pautas ontem na reunião. Apresentar pra vocês algumas decisões pra tomarmos. Primeiro ponto de pauta, com relação ao FONACEAS. A Simone trouxe uma demanda pra gente, pra Comissão de Normas. A Simone, que é nossa representante lá no FONACEAS, hoje está na cadeira de presidente. Que o FONACEAS está começando um debate com relação à avaliação do Regimento Interno do Fórum. Então, nós fomos provocados, enquanto Comissão de Normas. Fizemos um Grupo de Trabalho junto com os representantes

nossos que vão, né? Simone, Marcelo, Érica, Luizão. E fizemos uma reunião pra poder discutir o Regimento que hoje está vigente e que vai ser discutido, tá? Então, fizemos alguns apontamentos, deixando claro que não... Não começou a discussão ainda, né, Simone, lá. Só que a Simone só se antecipou porque provavelmente, na semana que vem, que é a reunião do FONACEAS, 28, 29 e 30, em Brasília, isso vai entrar em pauta. Então, nós já fizemos um primeiro amadurecimento de ideias. Então, assim, a nossa sugestão, inclusive enquanto Comissão, não foi nem trazer pra discutir aqui, porque não começou a discussão lá. A gente fez esse primeiro amadurecimento, junto com os nossos representantes. Eles vão levar esse material com as nossas sugestões, e lá vai começar a discussão. E é claro que os outros estados também devem ter outras sugestões, e aí, sim, quando começar a discussão e tiver já alguns pontos pra serem deliberados, a Simone vai trazer pra gente pra próxima plenária, e aí sim nós vamos apresentar na plenária os questionamentos, enfim, as situações, pra gente poder discutir um pouco, e o CEAS Minas Gerais poder encaminhar, através da Simone, as nossas deliberações e encaminhamentos. Então nós discutimos sobre isso. Foi o primeiro ponto de pauta. Não temos nenhum encaminhamento, nenhuma súmula nem nada pra trazer pra cá. Mas a título de informe. E aí, na próxima, provavelmente, vai ter algum... Vai ter alguma... Algum tema a ser discutido, algum encaminhamento a ser dado. O ponto 2... Sobe, por favor. O ponto 2 foi com relação à Resolução CEAS nº 642/2018. Essa resolução, ela diz sobre... Ela disciplina sobre as denúncias que o CEAS recebe. Então, a Comissão de Normas, ela colocou em pauta, nós fizemos a leitura, sobre a necessidade de revisá-la. E aí eu queria colocar pra vocês o que vocês acham. Se a gente lê... Ela é bem curtinha. Ou se a gente pode apresentar os pontos que a Comissão de Normas acha que precisa fazer ajustes, que são também muito poucos. Lê? Podemos ler. Coloca, por favor, no... Ela é bem curtinha, bem rápida. São alguns poucos ajustes que também nós... Nós, enquanto Comissão, estamos trazendo pra plenária. Mas, claro, os conselheiros fiquem à vontade pra fazer destaque. Coloca ela na íntegra, por favor. É na íntegra que vocês falaram pra ler, né? Isso, original, por favor. A 642. Que aí nós vamos fazer a leitura e depois a gente apresenta os nossos pontos. Resolução nº 642. "... denúncias recebidas no CEAS MG." Vou pular o considerando. Desce, por favor. "Resolve: Art. 1º: Estabelecer os procedimentos aplicáveis no processo de análise e apuração de denúncias, recebidas no Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS; Art. 2º: Considera-se denúncia a comunicação de ato ou fato que aponte eventuais irregularidades, em assuntos de competência do Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS, sendo preservado o sigilo do denunciante; Art. 3º: A denúncia deverá apresentar: Inciso I: Os dados do denunciado, se conhecidos; Inciso II: Exposição clara e precisa do ato ou fato denunciado, explicitando os indicadores de eventuais

irregularidades por escrito ou em plenária do CEAS, que será reduzida a termo para ser anexado ao processo. Art. 4º: As denúncias serão protocoladas por meio físico e/ou eletrônico, na Secretaria Executiva do CEAS, que às encaminhará ao presidente. Art. 5º: O presidente do CEAS, mediante despacho, encaminhará denúncia para análise e instauração, ou não, do processo, conforme o conteúdo, a saber: a) Mesa Diretora, ou b) Comissão de Ética, ou c) Comissão Temática afeta ao assunto, ou d) Comissão criada especificamente para apuração da denúncia, ou e) Órgão competente. § 1º: O CEAS poderá solicitar esclarecimentos antes da instauração do processo. § 2º: Na oportunidade, dará ciência ao denunciante sobre as medidas adotadas. Art. 6º: O processo será encaminhado à Mesa Diretora, comissão responsável ou órgão competente, acompanhado de breve relato, elaborado pela Secretaria Executiva. Art. 7º: Se recomendado o arquivamento, este deve ser apresentado à plenária para a devida deliberação. Art. 8º: Reconhecida a conexão da denúncia com outro processo em análise, ela será apensada ao processo original. Art. 9º: Instaurado o processo, o Conselho deverá notificar para manifestação e/ou esclarecimentos correlacionados ao teor da denúncia. Inciso I: O denunciado, se conhecido; Inciso II: Os gestores públicos; Inciso III: Os dirigentes de entidades privadas; Inciso IV: Os Conselhos de Assistência Social; Inciso V: Outras pessoas, físicas ou jurídicas, que possam esclarecer sobre o objeto da denúncia; Inciso VI: Os demais Conselhos de Políticas Públicas e de Direito, quando necessário; Inciso VII: Outros órgãos. § 1º: A notificação ater-se-á apenas ao ato ou fato, objeto da denúncia. § 2º: De acordo com a natureza da denúncia. As notificações citadas nos incisos I a VII poderão ser emitidas em momentos distintos. § 3º: O prazo para resposta à notificação será de 30 dias corridos, a contar do recebimento do expediente, postado com Aviso de Recebimento, AR. § 4º: Após o recebimento das manifestações, havendo necessidade, poderão ser solicitados pelo CEAS esclarecimentos complementares, que deverão ser atendidos no prazo de 15 dias úteis, a contar ao recebimento da notificação, postada com Aviso de Recebimento, AR. Art. 10º: Terminada a fase de instrução, disposta no art. 9º, a Comissão responsável retomará a análise do processo. Art. 11º: Caso seja necessária a verificação no local, a Comissão responsável pela apuração indicará um ou mais conselheiros, que deverão apresentar relatório circunstanciado, no prazo de 15 dias corridos de sua realização, ou no intervalo de realização das reuniões ordinárias do CEAS. Parágrafo Único: A verificação no local poderá ser acompanhada por técnico com conhecimento especializado ou correlato à matéria. Art. 12º: Apuradas as denúncias e comprovadas a veracidade do seu objeto, a Comissão apresentará à plenária para deliberação dos encaminhamentos, para imputação de responsabilidade pelo órgão responsável pela fiscalização e aplicação das penalidades legais ou medidas de correção para as irregularidades,

acompanhada de relatório circunstanciado, contendo suas conclusões. Art. 13º: Não constatado indício de ocorrência do objeto da denúncia, a Comissão deverá, conforme disposto no art. 7º, pronunciar-se junto à plenária pelo seu arquivamento. Art. 14º: A manifestação de ato ou fato que não caracterize denúncia, mas que tenha questões que devem ser discutidas pelo CEAS, será remetida à Comissão Temática afeta ao assunto. Art. 15º: A natureza das denúncias será definida e disciplinada em resolução específica. Art. 16º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 17º: Fica revogada a Resolução CEAS nº 363/2011.” Então essa é a resolução. Ela é de 2018. Quais são as sugestões e os destaques? Aí eu abro também pros colegas que tenham outros destaques. Primeiro destaque: Art. 9º. Fala que... Publiquemos outra resolução, revogando essa, e com as alterações, que não são muitas, tá? Aí, justificando isso, o próprio Marcelo trouxe... Pra gente não ficar remendando muito as resoluções, que isso atrapalha, porque, se a gente só altera uma resolução alterando um artigo, a gente tem que ficar consultando um monte pra ver qual que mudou, por que é que mudou. Então a gente revoga ela na sua íntegra e põe uma nova, que é a que passa a vigorar naquela redação. O primeiro artigo que a gente propõe alteração é no art. 9º. Ficaria com a redação: “Instaurado o processo, o Conselho poderá notificar, quando necessário, para manifestação e/ou esclarecimento correlacionados ao teor da denúncia.” A alteração é o quê? Antes estava escrito “O Conselho deverá notificar” e listam várias pessoas. Só que esse “deverá” cria um caráter de obrigatoriedade que não compete aqui, porque a avaliação da Comissão e de quem está analisando é que vai avaliar se deve ou não. Então, a gente propõe essa mudança, porque, assim como o Marcelo até trouxe, fica parecendo que tem que... Deve notificar todo mundo, né? E tem pessoas que simplesmente não estão relacionadas. Então, a avaliação de quem vai ser notificado pra prestar esclarecimento, é quem estiver avaliando aquela denúncia que vai indicar. Então, é “poderá notificar” e aí “o quando necessário”, que, apesar de redundante, é necessário porque estava lá embaixo também. No Inciso VI estava assim: “Os demais Conselhos...” Não, pera aí. No V, desculpa. Tinha no final: “Quando necessário.” Todos são “quando necessário”. Então a gente coloca no caput pra não precisar ficar repetindo nos outros. Marcelo. **Marcelo, OAB:** João, nós vamos aqui caminhar da seguinte forma... Não sei se você chegou a falar, porque... Quando eu saí. Esses destaques que você está fazendo, se não tiver nenhum conselheiro para poder manifestar, nós já vamos considerando como aprovado. E nós já temos um destaque aqui. **João Paulo Sedese:** Quem tiver destaque se manifeste, viu, pessoal? **Érica Sedese:** Na verdade, não é um destaque; é uma dúvida. Porque, assim, eu penso que Conselho conversa com Conselho, certo? E, assim, a Comissão, pelo menos de Política, tem tratado as denúncias da seguinte forma: quando chega denúncia, a gente aciona primeiro o Conselho,

sabe? Então, por isso que eu tô aqui nessa dúvida aí. Pode ser que eu tenha perdido algum ponto. Então, porque ali vai... “O denunciado, se conhecido, os gestores públicos.” Eu não sei se a gente tem que trazer essa discussão, se avaliar. Porque, ao meu ver, o meu entendimento, primeiro a gente tem que acionar o Conselho Municipal, porque é ele que tem que dizer se ele está ciente daquilo ali, o que que tá acontecendo, que providência ele vai tomar. A gente não pode ir direto, por exemplo, no gestor público, né? A gente não pode ir direto na instituição, sabe? **João Paulo Sedese:** A gente teve essa discussão na Comissão também. A questão de entender mesmo a estrutura da normativa. Aqui, Érica, a gente está falando da instauração ou não. Então, se quem está avaliando a denúncia precisar de esclarecimento, são esses que nós vamos recorrer. Então, o gestor não é que ele vai ser culpabilizado, notificado. Se, por exemplo, tem uma denúncia no município X, e a gente precisa ouvir o gestor pra saber se essa denúncia é verídica ou não, ele é um ator que pode ser convocado. Então aqui está falando da instauração para esclarecer. Tanto é que fala... Pode ser um depois do outro nos parágrafos. Então, aqui nós estamos na fase de instauração. A denúncia chegou, a Comissão que vai avaliar ou o conselheiro que vai avaliar: É, nós vamos precisar ouvir o denunciado pra saber” ou “Vamos precisar ouvir o gestor ou o Conselho, ou algum técnico, porque é uma área que a gente não tem conhecimento profissional” e por aí vai. Entendeu? Então, aqui nós estamos na fase de instauração. E aqui não é culpabilização. É lá embaixo que vai vir a culpabilização. Aqui é pra esclarecer se é uma denúncia ou não, se ela vai ser aceita ou não. Entendeu? Então, é mais no sentido de dúvida, de esclarecimento. **Rosalice Cmssvp:** O que essa resolução fala, gente, é sobre todas, qualquer tipo de denúncia que chega no CEAS. Não é só sobre Conselho. É sobre barragem, é sobre usuários. Então, todas as ações que envolvem o Conselho, essa, essa resolução, ela vai estar dispendo sobre elas, né? Então, a gente fez... Essa resolução, ela já é antiga, a gente só tá... A gente fez uma releitura dela ontem, na... Como... É um exercício que a Comissão de Normas já está fazendo desde o ano passado. A gente tá pegando todas as resoluções que vão determinando o nosso trabalho aqui, e a gente tá fazendo uma releitura. E vimos que alguns aspectos delas precisam ser alterados. E só deixando claro que é... Sobre tudo o que acontece no CEAS, essa resolução, ela vai vir falando sobre denúncias, tá? **João Paulo Sedese:** Então, essas são as nossas sugestões. Alguém tem alguma oposição ou alguma outra sugestão? Caso contrário, consideramos como acatado. Uma outra alteração no § 2º. “As notificações citadas...” Ah, tá. É porque a redação original do § 2º... É porque ali já está com a nossa alteração. Começava o parágrafo falando assim: “De acordo com a natureza de denúncia.” E lá no art. 15º, que nós vamos chegar lá também, fala que a natureza das denúncias vão ser disciplinadas em resolução própria, que não existe. E a nossa sugestão é inclusive tirar

isso, porque é muito complexo, na nossa avaliação, a gente ter uma resolução que vai ficar tipo trazendo tipologias, delimitando o que é uma denúncia, o que que não é, que tipo de denúncia. Até porque, também... E aí a gente fez essa discussão. Marcelo bem trouxe, lá no art. 2º, já fala que as denúncias são de temas afetos ao Conselho. E aí nós vamos remeter às outras normativas, como a Lei 12262, o que que é nossa competência... Então, tudo que envolve nossa competência é denúncia pra gente. Então foi esse o nosso entendimento. Então a gente não precisa falar: “Ah, a denúncia tem que ser de Conselho, tem que ser de gestão...”. Então, esse conceito de natureza a gente não acha que é pertinente. Então, já adiantando, também, nós vamos propor a retirada do art. 15º, que fala que a natureza das denúncias vão ser disciplinadas por resolução própria. A gente acha que já está bem determinado aqui nessa resolução. E aí, por isso, a gente, concomitante, tirar esse início do § 2º, que fala: “De acordo com a natureza da denúncia, as notificações” tal, tal, tal. Então, a gente propõe suprimir a primeira parte e manter só “as notificações citadas” e por aí vai. **Sandra Sintibref:** Pois é. Então, é sobre essa questão da natureza aí das denúncias. Por exemplo, assédio moral chegou aqui. Vamos supor, está acontecendo uma situação de assédio moral. O CNAS lançou a campanha, agora que ele está começando a estruturar, a gente teve... As entidades de trabalhadores foram chamadas pra ter um momento pra falar do assédio, né, com duas professoras, pesquisadoras e tal. Não é de competência nossa, não é competência do Conselho falar... Agora é competência, chegou aqui, a gente encaminhar. Isso a gente pode encaminhar. Então, assim, nós não vamos ficar falando de cada denúncia, mas nós sabemos como dar a tratativa? Se chegar, por exemplo, um assédio moral, é pro Sindicato? A discussão lá, que era entidades sindicais, confederações, que tem que ir pro Sindicato. O nosso Jurídico, por exemplo, do SINTIBREF, já recebeu várias denúncias. A gente trabalha na mediação entre judicializar aquilo tudo, mas... Porque pode chegar. Que não é só afeto ao Conselho. Dentro do Conselho, pode ter assédio moral e outras coisas. **Marcelo OAB:** João, a gente está dialogando aqui, e aí eu peço a compreensão da Comissão de Normas, para que a gente possa retirar essa... Esse documento da pauta, colocarmos nos grupos dos CEAS, para que todos possam analisar, e, na próxima plenária, a gente já traz pra leitura e aprovação, tá certo? Como ponto de pauta, tá? Pois não. Só um instante. **Patricia Feapaes:** É só uma consideração em relação à fala da Sandra, porque eu acho que a gente também tem que implicar os Conselhos... Porque um assédio moral ocorrido dentro de um Conselho, é o Código de Ética do Conselho, né? Não cabe a gente a lidar com isso. Senão, a gente tem que voltar pro Conselho... Essa questão do Código de Ética, da Comissão de Ética, também, porque senão tudo vai virar denúncia. **Marcelo OAB:** Perfeito. Compreendido, João? Muito obrigado, viu? **Matheus. Matheus Movimento LGBTQIA+:** Pode parecer um pouco precipitado, mas,

transcorridos todos os processos, a gente tendo a resolução já finalizada, fazer o pedido pra Comissão de Normas fazer um momento nas Comissões Conjuntas pra fazer uma formação conosco, pra que todas as Comissões que são envolvidas em denúncias possam compreender, a partir dessa resolução, que vai estar nova, como vai proceder... Porque é sempre uma dúvida... É sempre uma dúvida. A gente sempre tem questões e acaba que, depois da resolução, tendo esse momento, seria importante pra gente ir se apropriando desse debate, enquanto Comissões, no geral. **João Paulo Sedese:** Eu acho muito pertinente a proposta do Matheus. Eu até... Assim, se me permite um ajuste nessa proposta, né? Aí seria uma outra proposta, se não aceitar o ajuste, mas... Da gente fazer, talvez, essa capacitação primeiro pra subsidiar nossa avaliação sobre a resolução. Então, a gente vai fazer uma capacitação sobre a que tá hoje, pra gente entender como é que tá esse fluxo. E aí a gente propõe, logo em seguida, essas alterações. O que que vocês acham? **Marcelo OAB** A gente já pode vir com ela, João, do jeito que nós já construímos na Comissão de Normas, não é? E a gente já traz pra uma reunião conjunta, em cima da proposta dele. A gente já encaminha isso pra todos os conselheiros, pra que, na próxima reunião plenária, na de quinta-feira, a gente faça uma reunião conjunta, já com essas contribuições, se houverem. E aí a gente já qualifica todos nesse sentido. Pode ser assim? **João Paulo Sedese:** Perfeito. **Marcelo OAB:** Então tá bom. Então, qual que é o nosso próximo ponto? **João Paulo Sedese:** Ponto de pauta 3, por favor. Poli. Ponto de pauta 3. Comissão de Normas também foi provocada a discutir sobre a questão, né, que já foi reiteradas vezes aqui, pela nossa colega Simone, e pra gente tentar achar uma solução pra questão do custeio de passagem de quem reside na sede. Então, a gente já... Isso já foi ponto de pauta inúmeras vezes. A Simone já falou sobre várias vezes. Fomos provocados a pensar alguma alternativa, uma solução, e aí discutimos ontem na Comissão de Normas. Temos uma sugestão pra encaminhar, que seria... No artigo... Aí, esse Decreto, o 47045, “dispõe sobre a viagem, serviço e concessão de diárias, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.” Ou seja, é o decreto que regulamenta todo o processo de concessão de diárias. Então, vários conselheiros aqui que recebem. Temos a questão de município-sede. Aí, no caso aqui de BH. Mas isso é aplicável em outros também. Aí, só deixando claro, não fala sobre Belo Horizonte; fala sobre sede. Então, por exemplo, se for lá em Ipatinga, o Flávio não recebe diária nem nenhum tipo. Se for lá em Montes Claros, o Ernane não recebe. Então, quem está na sede não tem direito à diária, ressarcimento pro transporte e por aí vai. Qual que foi a nossa sugestão, enquanto Comissão de Normas, para o Plenário poder apreciar? Acrescentar um parágrafo, no art. 16º deste decreto, com a seguinte redação. Coloca, por favor, Poli. Tem como colocar o art. 16º completo? Você tem ele fácil? Abre, por favor. Só

pra contextualizar todos os conselheiros. Nós vamos abrir o decreto, mostrar qual que é o art. 16º, pra vocês entenderem por que que a gente quer colocar um... Tá sugerindo acrescentar um parágrafo. Não vou ler ele todo, não, gente. Só o art. 16º. Esse daqui é bem grande. **João Paulo Sedese:** Art. 16º, por favor. Obrigado, Poli. “Os membros de Conselhos Estaduais que eventualmente se deslocarem da sede, no desempenho de suas funções, farão jus à percepção de diárias para custeio de despesas com alimentação e pousada, de acordo com as normas estabelecidas neste decreto, e com os valores fixados para a Faixa 1 do Anexo 1, e poderão ter os custos de deslocamento pagos pela Administração Pública. Parágrafo Único: As diárias e o meio de transporte a ser utilizado na viagem dos agentes de que trata o *caput* deverão ser aprovados pelo gestor da unidade administrativa responsável pela autorização da viagem e autorizados pelo Ordenador de Despesa.” Então, hoje é assim que está vigente. A nossa sugestão, enquanto Comissão de Normas, para a plenária é: transformar o Parágrafo Único em § 1º e aí acrescentar o seguinte parágrafo... a seguinte redação. “§ 2º: Os membros do Conselho Estadual de Assistência Social, que não sejam servidores ou empregados públicos, no desempenho de suas funções, poderão ter ressarcidas as despesas de passagens e custos de deslocamentos dentro da sede.” A gente entende que com isso a gente contempla a situação de quem está na sede. Hoje, por exemplo, a situação da Simone, que tá na sede, ela vai ter ressarcimento das despesas de transporte dela, por exemplo. Aberto pra sugestões, comentários... **Marcelo OAB** Eu gostaria de comentar porque parece que os céus, eles começam a pensar juntos, né? Porque foi feito uma fala aqui da reunião da CIB, no Regimento Interno, de se mudar a resolução pra ajustar a questão das diárias para aqueles que compõe a CIB, né? Os suplentes... Os membros da CIB, né? E parece que existe alguma resolução da CIB que trata... Um decreto que trata especificamente das diárias para estes membros da CIB, né? E aí a minha sugestão, que, quando for encaminhar essa proposta, se ela for encaminhada também com uma certa urgência, quando for ser encaminhado essas propostas pra alteração do Decreto da SIB, já vai com a nossa junto, porque aí, quando vai junto Controle Social e Gestão, as coisas começam a fluir de uma forma mais ágil, né? Então... É como sugestão. Muito obrigado. E aí eu pergunto: algum conselheiro... Os conselheiros estão de acordo com essa proposta de acréscimo ao decreto, como sugestão? Então, ok, muito obrigado. **João Paulo Sedese:** João Paulo, SEDESE. Obrigado. Então, a resolução... Aí tem... A minuta de resolução, por favor, que aprova e encaminha pra SEDESE essa solicitação. **Elder Sedese:** Eu entendo que é um ofício, encaminhando, solicitando alteração. **Stefany Secretaria Executiva:** Assim como foi feito com a Lei 12.262, o Conselho aprovou a proposta de alteração. E aí essa proposta foi encaminhada provavelmente pra Assembleia, pra que ela fosse avaliada e ver se realmente a lei ia ser

alterada. Da mesma forma seria o decreto, né? Uma proposta de alteração do decreto que vai seguir pra Assembleia. **João Paulo Sedese:** Voltando, após convencimentos dos desconvençidos... Então, nossa Resolução CEAS aprova a proposta de alteração do art. 16º do Decreto nº 47045, de 14 de setembro de 2016, “que dispõe sobre viagem a serviço e concessão de diária, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências.” Vou pular os considerandos. “Resolve: Art. 1º: Aprovar a proposta de alteração do art. 16º, do Decreto nº 47045, de 14 de setembro de 2016, para passar a vigorar com a seguinte redação. Art. 16º: Os membros de Conselhos Estaduais que eventualmente se deslocarem da sede, no desempenho de suas funções, farão jus à percepção de diárias para custeio de despesas com alimentação e pousada, de acordo com as normas estabelecidas neste decreto e com os valores fixados para a faixa 1 do Anexo 1 e poderão ter os custos de deslocamento pagos pela Administração Pública. § 1º: As diárias e o meio de transporte a serem utilizados na viagem dos agentes de que trata o *caput* deverão ser aprovados pelo gestor da unidade administrativa responsável pela autorização da viagem e autorizados pelo Ordenador de Despesas. § 2º: Os membros do Conselho Estadual de Assistência Social, que não sejam servidores ou empregados públicos, no desempenho de suas funções, poderão ter ressarcidas as despesas de passagens e custos de deslocamentos dentro da sede. Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 25 de abril de 2024.”

**Marcelo Oab:** Conselheiros, esclarecidos? Podemos votar? Favoráveis à proposta da resolução. Ok. Muito obrigado. Contrários. Abstenções. Aprovado. Outro ponto, companheiro? **João Paulo Sedese:** Último ponto, mas aí que não tem encaminhamento. É apenas um informe. Discutimos sobre a alteração de um item do Regimento, que foi uma demanda da Mesa Diretora. É um inciso apenas. Só que nós vamos aguardar a conclusão dos trabalhos do Código de Ética, que também vai ter sugestão de alteração de Regimento. A gente faz uma alteração só. Porque, no nosso entendimento, não é interessante toda plenária a gente ficar mudando regimento, né? Então a gente aguarda, junta todas as mudanças e faz de uma vez só. Mas aí fizemos essa discussão, que na verdade foi da Mesa Diretora, que é acrescentar um inciso com relação à atribuição da Secretaria Executiva em relação à ata. Trazemos num melhor momento. É só isso. Obrigado, presidente. **Marcelo OAB:** Muito obrigado, João, pelas contribuições e pelo trabalho. A Comissão de Normas, ela tem trabalhado bastante mesmo, na construção dos seus documentos e das suas normativas. Próxima Comissão: Comissão de Orçamento. **Ester Sedese:** Ester, da SEDESE. Ontem, não teve reunião da Comissão de Orçamento. **Marcelo OAB:** Ok, muito obrigado. Comissão de Monitoramento, quem é o representante? **Elder, Sedese:** Toda vez que tiver “eu” na ata, é o Elder, tá? A gente discutiu de fazer uma *live* sobre a

elaboração e monitoramento de deliberações das conferências. Ela vai acontecer no dia 15 de maio, das 14 às 16 horas. Estão todos convidados. Os palestrantes serão: Eu, Elder, da SEDESE, e a Laís, da sociedade civil. A gente solicitou que a Secretaria Executiva... De 14 às 16, no dia 15 de maio. A gente pediu pra Secretaria Executiva pra divulgar pra todos os Conselhos Municipais de Assistência Social. E também o segundo ponto é que a gente vai solicitar à SEDESE a atualização da planilha de status de cumprimento das deliberações de Conferência, pra que a gente utilize pra fazer a apresentação do ato de conferir, que vai ser utilizado nas pré-conferências. Só isso. **Marcelo OAB:** Muito obrigado. Bacana. Que bom, Elder, que nós vamos ter uma live pra explicar esse material pra todos os Conselhos Municipais. Comissão de Política. **Mayra Apae BH:** Então, a Comissão de Política, nós discutimos o que... Grande parte da nossa reunião foi o Relatório de Gestão, que a gente já passou por ele aqui. Discutimos cada denúncia. Nós temos cinco denúncias em encaminhamento, mas elas continuam em fase de encaminhamento, onde a gente já mandou pro Conselho, está aguardando os retornos, né? Mas está em encaminhamento. E, além da questão do Relatório de Gestão, a gente tirou o encaminhamento de organização de uma oficina. Na verdade, vai ser uma roda de conversa, sobre a mesa de negociação do trabalho, porque a gente já tá levando isso pra essas capacitações, em parceria com a Comissão de Apoio, né, nas regionais. Mas a gente também... Está no nosso planejamento, no nosso plano de ação, uma ação aqui pro CEAS. Tanto que a gente vai convidar especialistas da SEDESE. Aí tem outros órgãos que a gente também vai estar... Estamos elaborando. E a gente vai tirar essa data pra informar pra vocês, pra trazer pra... Aqui pro CEAS essa roda de conversa sobre a mesa de negociação do trabalho. Então, pra ontem, foi isso. Se alguém da comissão quiser completar... **Marcelo OAB:** Bom, encerramos também os trabalhos das Comissões. E, antes de encerrar a nossa plenária, eu informo aos conselheiros que estarei de férias no mês de maio, e o nosso vice-presidente Elder irá assumir as responsabilidades aqui da Mesa Diretora, durante esse período. Desejo a todos, então, um ótimo final de semana. Muito obrigado. Até a próxima! Temos ainda uma fala. Ok, então está encerrado os trabalhos desta plenária. Muito obrigado. Até a próxima.